

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



CONTRA-ARQUIVO A MOURARIA

Reverter silêncios não naturais,

através de uma prática crítica e interseccional em design

Maria Inês de Sousa Ribeiro

Trabalho de Projeto

Mestrado em Design de Comunicação

Trabalho de Projeto orientado pela Prof. Doutora

Sofia Figueiredo Gonçalves

2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Maria Inês de Sousa Ribeiro, declaro que o presente trabalho de projeto de mestrado intitulado “Contra-arquivo *A Mouraria*: Reverter *silêncios não naturais*, através de uma prática crítica e interseccional em design”, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O Candidato

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2023

RESUMO

A presente investigação debruça-se sobre os arquivos institucionais, os espaços que ocupam, os processos e políticas de aquisição que envolvem, e os discursos que produzem. Os arquivos têm o poder de preservar narrativas e memórias, influenciando o nosso conhecimento sobre a história, ao mesmo tempo que excluem registos, num processo de seleção conotado de poder político. Comunidades socialmente à margem são frequentemente desconsideradas nas políticas de aquisição dos arquivos, dando-se prioridade ao armazenamento de narrativas relativas a grupos dominantes na sociedade. Como consequência, consulta-se a história sob pontos de vista enviesados, perdem-se memórias sociais e culturais, negam-se espaços representativos, o que dificulta a construção de identidades, e perpetuam-se sistemas estruturais de marginalização e/ou opressão já tão enraizados na nossa sociedade.

Ao longo da investigação, procura-se conhecer outros modelos alternativos ao arquivo institucional, que possam servir as narrativas que por norma não têm lugar no mesmo, e encontra-se no contra-arquivo o potencial não só de contestar o arquivo convencional e, consequentemente, o que é ou não conhecimento público, mas também de recuperar registos negligenciados, num espaço alternativo que se constrói por norma sobre uma base aberta e colaborativa. Investigam-se ainda práticas críticas em design, e é na revisão do postulado do design crítico à luz de outras práticas de design não hegemónicas e das teorias da interseccionalidade, que se encontra a postura a adotar durante a componente prática. O projeto de contra-arquivo *A Mouraria* explora na prática as premissas teóricas apontadas, procurando ativar narrativas relativas a um território sobre o qual ainda persiste uma certa estigmatização, o bairro da Mouraria. Recorrendo às experiências da comunidade, acedidas através da colaboração com a Associação Renovar a Mouraria, procura-se com o projeto contar a história e as histórias do bairro, colmatando lacunas de conhecimento sobre o mesmo.

Palavras-Chave:

arquivo; contra-arquivo; *silêncios não naturais*; práticas críticas em design; interseccionalidade.

(página intencionalmente deixada em branco)

ABSTRACT

This research addresses institutional archives, the spaces they occupy, the acquisition processes and policies they involve, and the narratives they produce. Archives have the power to preserve narratives and memories, influencing our knowledge about history, while excluding records, in a selection process connoted of political power. Communities socially on the margins are often disregarded in archival acquisition policies, with priority ultimately given to storing narratives concerning dominant groups in society. As a result, history is viewed from biased points of view, social and cultural memories are lost, representative spaces are denied, and access to and construction of identities is constrained, while structural systems of marginalization and/or oppression that are already so deeply rooted in our society are preserved.

Throughout the research, there is an attempt to find other alternative models to the institutional archive, which can serve the narratives that usually have no space in it. One can find in the counter-archive the potential not only to contest the conventional archive and consequently, what is or is not public knowledge, but also to recover and activate neglected records, in an alternative space that is usually built on an open and collaborative basis. Critical design practices are also investigated, and it is in reviewing the critical design approach in the light of other non-hegemonic design practices and intersectionality theories that the posture to be adopted during the practical component is found. The counter-archival project *A Mouraria* explores in practice the theoretical premises pointed out, seeking to activate narratives related to a territory about which stigma still persists, Mouraria. Using the experiences of the community, accessed through the partnership formed with Associação Renovar a Mouraria, the project seeks to tell the story of the neighborhood, filling knowledge gaps about it.

Keywords:

archive; counter-archive; *unnatural silences*; critical practices in design; intersectionality.

(página intencionalmente deixada em branco)

AGRADECIMENTOS

A presente investigação foi apenas possível devido à participação e contributo de várias pessoas e coletivos, a quem gostava de deixar uma palavra de gratidão:

Em primeiro lugar, tenho de agradecer à professora Sofia Gonçalves, orientadora desta investigação, por me ter acompanhado ao longo deste caminho e por me ter ajudado a questionar, problematizar e eventualmente encontrar o lugar deste projeto, permitindo sempre a minha autonomia e crescimento ao longo do processo de investigação.

Agradeço a todos os que disponibilizaram um pouco do seu tempo e partilharam generosamente comigo o que os move e o que move o seu trabalho. Todas as conversas que surgiram no contexto desta investigação foram profundamente inspiradoras a título pessoal, para além de enriquecedoras a nível académico, no contexto deste estudo. À Rita Madeira (Associação Renovar a Mouraria), à professora Ariana Furtado (coordenadora da Escola Básica do Castelo), ao José Pina (Vice-presidente da Associação Cavaleiros de São Brás), ao Nuno Franco (mediador comunitário da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior), e à professora e designer Eva Gonçalves, obrigada!

Uma palavra de gratidão particularmente dirigida à Rita e à Marina (Associação Renovar a Mouraria), pela partilha de experiências e vivências que me permitiram conhecer melhor o contexto que se vive na Mouraria e dessa forma, desenvolver um trabalho mais assertivo, bem como pelos materiais disponibilizados e que puderam ser aplicados na componente prática desta investigação.

Quero ainda agradecer a quem esteve sempre ao meu lado durante este último ano, e foi força, coragem e alento em todos os momentos. À minha mãe e restante família, ao meu companheiro, e aos meus amigos: obrigada por se fazerem presentes mesmo na distância, e por sempre acreditarem em mim. Por último, dirijo um especial agradecimento à Joana, à Juliana, ao Henrique, ao Frade e ao António pela disponibilidade e apoio concreto no desenvolvimento deste estudo, bem como pela amizade e companheirismo.

(página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
1. COMPREENDER O ARQUIVO	17
1.1. O arquivo enquanto espaço, processo e discurso	17
1.2. Digitalização e arquivos digitais	19
1.3. Arquivos convencionais e estruturas flexíveis	22
1.4. Limitações da prática arquivista	27
2. NARRATIVAS OMISSAS E SILÊNCIOS NOS ARQUIVOS	31
2.1. Arquivo enquanto espaço de poder	31
2.2. Os silêncios presentes nos arquivos	33
2.3. Responsabilidade e justiça social	37
2.4. Descolonização do arquivo	39
3. O CONTRA-ARQUIVO	43
3.1. Contra-arquivo vs arquivo convencional	43
3.2. Contra-arquivo enquanto discurso	45
4. DAS MARGENS PARA O CENTRO	49
4.1. Design crítico e descolonização do design	49
4.1.1. Privilégio subjacente ao design crítico	51
4.1.2. O design também marginaliza?	55
4.1.3. Descolonização do design	57
4.2. Interseccionalidade enquanto postura teórica	60
4.2.1. Opressão compreendida à luz das teorias da interseccionalidade	61
4.3. Design para a diversidade: permeabilidade do design à interseccionalidade	63
II. CONTRA-ARQUIVO: INVESTIGAÇÃO PRÁTICA	67
1. CONTRA-ARQUIVO <i>A MOURARIA</i>	67
1.1. Dimensão conceptual	67
1.1.1. Descrição sumária	68

1.1.2. Objetivos do projeto	69
1.1.3. Limitação geográfica	69
1.2. Dimensão processual	72
1.2.1. Pesquisa inicial	72
1.2.2. Entrevistas	74
1.2.3. Trabalho de campo	79
1.3. Dimensão operativa	82
1.3.1. Conteúdos	82
1.3.2. Estrutura	83
1.3.3. Identidade gráfica	86
1.3.4. <i>Wireframes</i>	88
1.3.5. Protótipo	89
CONCLUSÃO	93
BIBLIOGRAFIA	97
APÊNDICES	103
Apêndice 01: Levantamento inicial de hipóteses de colaboração para o desenvolvimento da componente projetual	105
Apêndice 02: Definição de critérios de seleção do bairro e/ou comunidade a trabalhar na componente projetual	107
Apêndice 03: Guião elaborado para entrevista a António Brito Guterres	109
Apêndice 04: Entrevista a Rita Madeira, representante da Associação Renovar a Mouraria	111
Apêndice 05: Entrevista a Ariana Furtado, professora e coordenadora da Escola Básica do Castelo	133
Apêndice 06: Entrevista a José Pina, vice-presidente da Associação Cavaleiros de São Brás	149
Apêndice 07: Entrevista a Nuno Franco, mediador comunitário da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior	163
Apêndice 08: Proposta de contra-arquivo, apresentada à Associação Renovar a Mouraria, aquando do início do desenvolvimento do trabalho colaborativo	179

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1: Captura de ecrã da interface do site <i>Bak.ma</i> , arquivo autónomo conceptualizado pelo coletivo Videoccupy (fonte: https://bak.ma/)	27
Fig.2: Captura de ecrã da interface do site <i>Archive Counter-Archive</i> (fonte: https://counterarchive.ca/)	47
Fig.3: Captura de ecrã da interface do site <i>Black Archives Sweeden</i> (fonte: https://www.blackarchivessweden.com/)	48
Fig.4: Captura de ecrã de um mapa apresentado por António Brito Guterres, no TEDxLisboa, em 2015 (fonte: https://youtu.be/oFn7oJz__z8)	70
Fig.5: Mapa parcial da área metropolitana de Lisboa, com identificação das hipóteses iniciais de colaboração levantadas	73
Fig.6: Captura de ecrã de uma dupla página da 2ª edição da <i>Nansen Magazine</i> (fonte: https://www.nansenmagazine.com/shop/issue-02-kalaf-epalanga)	77
Fig.7: Esquema da estrutura macro do projeto	81
Fig.8: Esquema das várias tipologias de páginas existentes, bem como dos níveis de informação estabelecidos	84
Fig.9: Esquema da navegação pelo projeto, possível através de dois modos distintos: grelhas de conteúdos ou uso das <i>tags</i>	86
Fig.10: Logotipo desenvolvido para o projeto	87
Fig.11: Paleta de cores definida para o projeto	87
Fig.12: Esquema de uma página de tipologia I – «Glossário» –, onde é realçada a grelha estrutural do <i>website</i>	88
Fig.13: <i>Wireframes</i> das principais páginas do <i>website</i>	89
Fig.14: Página inicial do contra-arquivo, a partir do qual o utilizador pode aceder às várias secções do <i>website</i>	90

Fig.15: Captura de ecrã da página «Sobre o Projeto», onde se destaca a tipologia de página I	90
Fig.16: Captura de ecrã da página «Referências», onde se destaca a aparência visual de uma página de tipologia II	91
Fig.17: Captura de ecrã da página «O Bairro da Mouraria», onde se destaca a aparência visual de uma página de tipologia III	91
Fig.18: Captura de ecrã de uma página de artigo individual, onde se destaca a aparência visual de uma página de tipologia IV	92
Fig.19: Captura de ecrã de uma página resultante de uma pesquisa por <i>tag</i> , destacando esta forma de navegação pelos conteúdos do projeto	92

INTRODUÇÃO

Os arquivos são espaços de poder, preservam narrativas e memórias e ao fazê-lo, influenciam o nosso acesso e conhecimento sobre a história. Neste processo são postas em prática políticas de aquisição de registos que dão prioridade ao armazenamento de narrativas correspondentes a grupos socialmente dominantes, em detrimento de registos relativos a comunidades já por si marginalizadas socialmente. Deste processo de escolha e poder de exclusão resultam silêncios, visões distorcidas ou incompletas dos acontecimentos, perda de memórias sociais e culturais, e uma sub-representação de determinados grupos, o que torna difícil o acesso à sua herança cultural e consequentemente, à construção de uma identidade coletiva. Segundo Rodney Carter, no texto “Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silence and Power in Silence” (2006), os silêncios presentes nos arquivos podem ser naturais, introduzidos por escolha individual ou coletiva, representando uma forma de comunicação, que deverá ser respeitada. Porém, a maior parte dos silêncios que encontramos nos arquivos não são naturais, mas sim resultado de uma atitude sistemática de desconsideração e silenciamento de vozes divergentes (ou que não se enquadram nas referências dominantes ocidentais), que pode ser ativa ou apenas resultado de ignorância ou xenofobia.

O arquivo não é um espaço neutro, é político. E sendo o design de comunicação um campo de atuação com um compromisso ético e político, este pode e deve ter um papel na exposição das lacunas e silêncios existentes nos arquivos, que espelham e contribuem para os sistemas estruturais de opressão existentes e tão enraizados na nossa sociedade.

Partindo deste contexto e motivação, esta investigação foca-se nas lacunas de informação existentes nos arquivos, nos motivos por detrás destes silêncios, e nas suas consequências sociais e políticas, explorando modelos e abordagens arquivísticas diferentes da convencional, que procurem contrariar ou suplementar a prática institucional. Simultaneamente, explora-se ainda a disciplina de design crítico e outras práticas críticas em design, bem como uma postura teórica interseccional, de modo a compreender como o design se pode envolver e compreender esta problemática, traduzindo posteriormente as conclusões apreendidas na componente projetual desta investigação – a proposta de contra-arquivo *A Mouraria*.

Como ponto de partida da investigação, define-se a seguinte questão de investigação: *De que modo pode o arquivo digital comunicar e expor silêncios não naturais, presentes nos arquivos institucionais, promovendo assim a justiça social através da sua forma e discurso?* Estabelecem-se ainda algumas questões secundárias, que complementam a questão central e ajudam a guiar este estudo, nomeadamente: *Que motivos estão por detrás da exclusão de discursos? Quais as consequências sociais e políticas desta omissão de registos? E de que forma pode a prática do design operar perante registos de opressão, no sentido de trazer as comunidades que estão à margem, para o centro?*

Tendo em conta estas questões, a investigação tem os seguintes objetivos:

- 1) expor a existência de lacunas de informação presentes nos arquivos, através da exploração do potencial do arquivo digital na comunicação de narrativas que por norma não têm destaque em plataformas de informação;
- 2) desenvolver um arquivo digital que se apresente enquanto contra exemplo do arquivo convencional, nomeadamente ao nível do conteúdo, do seu discurso, e da discussão que propõe;
- 3) explorar o conceito de contra-arquivo, a sua estrutura e componente discursiva, a partir de aproximações ao design crítico e à interseccionalidade;
- 4) compreender e traduzir as aproximações do campo de design crítico, à possibilidade teórica da interseccionalidade.

De modo a cumprir estes objetivos e a procurar possíveis respostas às questões colocadas, seguiu-se uma abordagem de investigação centrada na prática, considerando que a componente projetual constitui por si só uma forma de pesquisa. Nela e tendo como base as premissas teóricas, procurou-se explorar e testar uma contraproposta ao objeto principal de estudo da investigação: o arquivo.

Este estudo inicia-se assim com um enquadramento teórico, no qual se começa por procurar compreender o conceito de arquivo, as suas potencialidades e limitações, e a forma como este se tem vindo a transformar, nomeadamente através do aparecimento de características e estruturas mais flexíveis que advém da digitalização e computação (capítulo 1). Seguidamente, analisa-se o arquivo enquanto espaço político e de poder, a existência de silêncios e lacunas de informação dentro do mesmo, e as consequências

sociais e políticas destas mesmas lacunas, ao nível da justiça e responsabilidade social, reconhecendo a lógica colonialista subjacente aos arquivos e a importância de um olhar crítico e descolonial perante a prática arquivística (capítulo 2). Investiga-se consequentemente um modelo fundamentalmente oposto ao arquivo institucional, o contra-arquivo, e procura-se perceber o que o distingue de uma prática convencional, o que esta abordagem envolve e propõe, de forma a compreender como aplicar este modelo na componente prática desta investigação (capítulo 3). Por fim, questiona-se de que modo se poderão trazer discursos à margem para o centro da investigação, através de uma prática crítica e justa de design. Nesse sentido, investigam-se diferentes abordagens críticas em design, nomeadamente o design crítico e práticas de design não hegemónicas, analisando as potencialidades de cada uma, e ainda o conceito de interseccionalidade e o que traduz enquanto postura teórica, procurando construir pontes entre o design e a interseccionalidade (capítulo 4).

A segunda parte deste estudo, centrada na componente prática da investigação, começa por definir conceptualmente o projeto, pensando o papel do mesmo como possível contributo às problemáticas até aqui investigadas. Tendo em conta as premissas iniciais e as conclusões apreendidas ao longo da investigação teórica, começa a desenhar-se o conceito do projeto e definem-se ainda os objetivos e os limites do mesmo (capítulo 1.1.). De seguida, estabelecem-se as metodologias a aplicar ao longo do desenvolvimento projetual, nomeadamente a pesquisa, a entrevista e o trabalho de campo. Ao procurar aplicar a investigação num território concreto, segue-se uma fase de pesquisa, para a identificação de indivíduos e associações possíveis de colaborar em entrevistas e no desenvolvimento projetual. Após esta primeira prospecção aponta-se para uma parceria efectiva com a Associação Renovar a Mouraria, e inicia-se o trabalho de campo, de forma a recolher e criar conteúdos a utilizar no projeto final (capítulo 1.2.). Por fim, apresenta-se o projeto de contra-arquivo *A Mouraria*, desde o seu conteúdo, à sua estrutura e navegação, identidade gráfica e por fim, o protótipo, retirando-se algumas conclusões acerca dos resultados práticos alcançados (capítulo 1.3.).

Seguindo esta estrutura, a investigação procurou primeiramente compreender o conceito de arquivo e o seu papel na promoção de injustiças sociais, nomeadamente através de políticas de aquisição que perpetuam *silêncios não naturais*, bem como modelos arqui-

vísticos divergentes e práticas críticas em design que pudessem estar alinhadas com o propósito crítico da prática projetual. Este estudo teórico permitiu não só a aproximação a conceitos essenciais ao desenho da prática projetual, como também um conhecimento de modelos e posturas práticas, passíveis de serem implementadas no desenvolvimento do projeto. Desta forma, as bases teóricas apreendidas permitiram explorar de forma prática uma contraproposta ao arquivo convencional que vinha a ser problematizado ao longo da investigação, com implementação local num território concreto que se procurou valorizar, o bairro da Mouraria.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. COMPREENDER O ARQUIVO

Os arquivos são lugares de preservação de memórias, com a capacidade de transcender limites temporais e espaciais, armazenando registos que vão sobrevivendo à passagem do tempo e das gerações. A sociedade depende da existência de arquivos e da sua prática de preservação de documentos, para que a história não caia no esquecimento (Carter, 2006, p.8). Estes repositórios permitem o acesso a experiências, memórias e identidades individuais e coletivas, além de protegerem os interesses e direitos dos cidadãos, ao albergar documentação que poderá servir para responsabilizar entidades socialmente poderosas. Com os avanços tecnológicos, assistimos a uma transição dos arquivos para o espaço digital, onde surgiram estruturas flexíveis, que não só apresentavam várias características novas e passíveis de serem exploradas, como também permitiam que o utilizador pudesse ser também criador, responsável pela preservação e disseminação da memória cultural.

1.1. O arquivo enquanto espaço, processo e discurso

O arquivo pode ter várias definições, desde o espaço físico ou localização onde se agrega documentação, ao processo de armazenamento de registos neste mesmo espaço. De forma mais conceptual, pode ainda ser descrito como um processo de veiculação de informação, que inclui a criação, estrutura e armazenamento de registos, como parte de um processo de trabalho (Horsman, 2009 apud Dekker, 2017a, p.12).

“Os arquivos são construções sociais. A sua origem baseia-se na necessidade de informação e nos valores sociais do governo, das empresas, associações e indivíduos que os

estabelecem e mantêm.” (Schwartz & Cook, 2002, p.3)¹. Embora tenham surgido como espaços de preservação de registos a longo prazo, nas últimas décadas, esta noção tem vindo a expandir-se. Atualmente já não existem apenas arquivos pertencentes a instituições, que procuram assegurar a salvaguarda dos seus registos, mas sim uma proliferação de arquivos, criados e geridos por comunidades ou indivíduos comuns, encontrando-se a maior parte em formato digital (Dekker, 2017a, pp. 14-15).

Não só a definição e quantidade de arquivos têm vindo a mudar, como também o tipo de discurso que estes envergam, devido ao contexto social e político corrente, e ao aparecimento de novos modelos e processos de arquivo, com diversas ideologias, como é o caso dos arquivos autónomos: “Um arquivo cria ativamente novas formas de pensar em como acedemos às nossas experiências individuais e coletivas. Os arquivos autónomos não só suplementam o que está em falta nos arquivos estatais, como também tornam instável o que está presente.” (Liang, 2016 apud Dekker, 2017b, p. 233)². Os arquivos autónomos motivam os utilizadores a serem ativos e produtivos, sendo que todo o processo se baseia em princípios coletivos e colaborativos, demonstrando ser uma prática completamente oposta à dos arquivos institucionais, que, por consequência, acabam por traduzir uma ideologia e um discurso diferente (Dekker, 2017b). Como exemplo de desvio aos discursos correntes dos arquivos, Rona Sela (2016) reconhece as potencialidades de um discurso de oposição em relação aos arquivos coloniais, no texto “The hump of colonialism, or the archive as a site of resistance”. A autora refere que o uso de arquivos coloniais permite operar contra os objetivos principais dos mesmos, transformando-os em espaços de resistência. A possibilidade de uma intervenção crítica ou criativa (tanto por por artistas como por investigadores) sobre os mesmos permite redefinir os limites destes arquivos e desviá-los de conteúdos tendenciosos, atribuindo-lhes uma função de resistência. Assim, podemos constatar que diferentes modelos, práticas e ideologias conferem aos arquivos discursos próprios, que poderão em determinado momento ser opostos, tornando-se elementos importantes na caracterização e definição dos próprios arquivos.

1 No original: “Archives are social constructs. Their origins lie in the information needs and social values of the rulers, governments, businesses, associations, and individuals who establish and maintain them.” (trad. livre).

2 No original: “An archive actively creates new ways of thinking about how we access our individual and collective experiences. Autonomous archives do not just supplement what is missing in state archives; they also render what is present, unstable.” (trad. livre).

Os arquivos nasceram da necessidade de armazenar registos e memórias, existindo uma ligação intrínseca entre o arquivo e a história. Os registos guardados permitem o acesso às experiências e opiniões de pessoas que já não se encontram entre nós, possibilitando que as gerações atuais tenham acesso à história passada. Porém, o arquivo é mais do que um repositório de recursos históricos; este protege os direitos dos cidadãos, bem como determinados aspetos da sua herança cultural, sendo um recurso que poderá auxiliar na responsabilização dos que estão em posições de poder, a partir dos documentos armazenados (Jimmerson, 2007).

É relevante salientar também a ligação do arquivo à memória individual e coletiva, bem como a questões de identidade cultural: “os arquivos, enquanto registos, detém poder sobre a forma e a direção do conhecimento histórico, a memória coletiva e a identidade nacional, sobre como nos conhecemos a nós próprios enquanto indivíduos, grupos e sociedades”³ (Schwartz & Cook, 2002, p.2). A memória está enraizada nos arquivos, nos registos físicos produzidos por indivíduos e pelas suas atividades, e que ficam armazenados, como evidência do que já aconteceu. Os arquivos são as nossas memórias, validam as nossas experiências, constroem narrativas. Esta memória coletiva que neles encontramos é essencial para o debate de possibilidades futuras, de formas alternativas de organização institucional, social ou política (Del Campo, 2016, p.103). Assim, o arquivo é mais do que uma ligação entre o presente e o passado – poderá ser um ponto de partida para também pensar o futuro.

1.2. Digitalização e arquivos digitais

O desenvolvimento das tecnologias digitais e o aparecimento de novas possibilidades e condições associadas ao fenómeno da *internet*, abriu caminho para a digitalização dos arquivos físicos, bem como para a exploração da construção de arquivos digitais. Devido à estrutura aberta que a *internet* possui, também as relações de poder se alteraram e qualquer

3 No original: “Archives – as records – wield power over the shape and direction of historical scholarship, collective memory, and national identity, over how we know ourselves as individuals, groups, and societies.” (trad. livre).

peessoa pode agora influenciar o conteúdo que está na *internet*, ou mesmo adicionar os seus próprios registos (Derrida apud Dekker, 2017, p.21a). Desta forma, a digitalização permitiu que os utilizadores tivessem outro tipo de envolvência nos arquivos digitais, podendo tornar-se criadores e gestores em alguns dos novos modelos que se instauraram. Os arquivos digitais são maleáveis e reconfiguráveis em diversas formas, não têm de se restringir às estruturas dos modelos e sistemas tradicionais de arquivos, e dessa forma vieram romper com a estrutura tradicional que se conhecia, apresentando novos modelos e, com eles, outras dimensões ideológicas:

“Os novos arquivos digitais são sistemas cada vez mais flexíveis, em que o conteúdo é recontextualizado de forma constante. Assim, apesar da fonte permanecer intacta, como no arquivo original, a sua existência é dinâmica e está sempre a mudar. Por vezes usa-se o termo popular ‘arquivos vivos’ para descrever os arquivos digitais, implicando a abertura, colaboração e criatividade dos arquivos.” (Lehner, 2014 apud Dekker, 2017a, p.16).⁴

Os recursos digitais tornaram possíveis também outras formas de controlo e gestão de materiais, introduziram novas ferramentas de análise, visualização, pesquisa ou otimização de dados, frequentemente incorporadas nos arquivos digitais, cada vez mais mediados por formas digitais (Berry, 2017). Por outro lado, a transição dos arquivos físicos para o espaço digital levantou algumas questões, como a verificação de autenticidade e a fragilidade dos registos. Os materiais digitais são suscetíveis a serem apropriados, são facilmente redimensionados, partilhados ou reproduzidos, tornando-se extremamente voláteis e por isso, poderão ser mal interpretados ou mesmo manipulados (Schnapp, 2016, p.22). Consequentemente, é difícil verificar a autenticidade dos registos, o que tem consequências não só para os utilizadores comuns, mas também para os investigadores, um problema que não existia de forma tão recorrente quando os arquivos eram apenas físicos (Moss & Thomas, 2021b, p.7). Os arquivos digitais estão sujeitos a vários riscos, como acidentes técnicos, dados extraviados, falta de financiamento para a instituição de hospedagem do arquivo, ou restrições dos direitos de acesso, entre outros. Porém, também os arquivos

4 No original: “The new digital archives are increasingly flexible systems in which content is constantly recontextualised. So, even though the source may remain intact, as in the original archive, its existence is dynamic and constantly changing. At times this is referred to with the popular term ‘living archives’, implying that archives are open, collaborative and creative.” (trad. livre).

tradicionais estão sujeitos a perdas, ou seja, nenhum arquivo é uma totalidade capaz de garantir de forma eterna a sua própria sobrevivência (Dockray & Forster, 2018, p.200).

A transição para o digital acelerou os processos de recolha de dados que os historiadores já faziam, visto que a informação passou a estar mais acessível, o que facilitou o progresso da história transnacional (Moss & Thomas, 2021c, p.17). Instaurou também mudanças significativas ao nível do acesso e da transparência da informação, pois tornou-se possível uma pessoa consultar, quase instantaneamente e independentemente da sua localização, um material que esteja disponível *online*. Assim, aparentemente, a digitalização veio promover a democratização do conhecimento e da memória. Porém, existe uma desigualdade de acesso a recursos digitais entre o norte e o sul do globo, como mencionam Moss e Thomas (2021c, p.11):

“A digitalização está a silenciar os registos, pois os investigadores das universidades com mais condições no norte têm acesso a uma diversidade de materiais que não estão disponíveis para os investigadores de universidades com menos condições no sul do globo. Ao mesmo tempo, programas de digitalização podem significar que registos que não são ocidentais, canónicos e quotidianos são excluídos, continuando a silenciar-se os mais pobres e marginalizados.”⁵

Existe também o risco dos investigadores se focarem apenas em registos disponíveis *online* durante as suas pesquisas, ignorando materiais que só se encontrariam procurando diretamente nos arquivos físicos, ignorando assim uma vasta documentação. Se não existir intenção e determinação política em digitalizar os materiais que retratam as vidas e experiências dos grupos menos poderosos da sociedade – materiais não canónicos, não ocidentais e que não se referem a elites – as pesquisas a partir de materiais digitais vão sempre ser tendenciosas (Moss & Thomas, 2021, p.18c).

Ahmed Ansari reflete também sobre o tipo de informação que podemos encontrar disponível *online*, no texto “What knowledge for decolonising the philosophy of technology?” (2018), apontando a falta de visibilidade de conteúdos produzidos fora

5 No original: “Digitisation is silencing records because scholars at wealthy universities in the north have access to a diversity of material unavailable to scholars at poorer universities in the south. At the same time, digitisation programmes may mean that records that are non-western, non-canonical and non-quotidian are excluded, thus continuing to silence the poor and marginalized.” (trad. livre).

da esfera anglo-saxónica no meio digital. O autor aponta como exemplo alguns livros paquistaneses, que poderão ser encontrados fisicamente no país, mas que não se encontram disponíveis na *internet*. Este exemplo vai de encontro à problemática apresentada previamente: se um investigador levasse a cabo uma pesquisa sobre o tema de um destes livros, consultando apenas conteúdos digitais, não teria acesso a esta referência, que ficou à margem por ser escrita numa língua não compreendida pela maioria do ocidente: “É necessária uma descolonização da filosofia da tecnologia para irmos de encontro às condições de pluralidade descritas acima – não devemos aceitar que exista apenas uma forma de tecnicidade, a que pertence ao Ocidente” (Ansari, 2018, p.194).⁶

A digitalização abriu novas portas aos arquivos, não só ao nível das ferramentas digitais, mas também ao nível do acesso e partilha dos conteúdos, permitindo que exista uma maior democratização dos mesmos. Porém, se a digitalização de registos e a sua partilha *online* for feita sem reflexão e sem contemplar determinados grupos e conteúdos, facilmente pode caminhar numa direção pseudo-democrática, contribuindo para a priorização das narrativas ocidentais, em vez de aproveitar as oportunidades do digital para as desafiar (AAVV, 2016, p.6). Por outro lado, se as ferramentas digitais forem utilizadas com sentido crítico, tendo em vista a pluralidade e a diversidade, podem ser valiosas para a descolonização do conhecimento, da tecnologia e dos próprios arquivos.

1.3. Arquivos convencionais e estruturas flexíveis

Os arquivos podem ser categorizados mediante diversos critérios, desde o seu formato, à prática conduzida, ou consoante a estrutura que assumem. No que diz respeito ao formato do arquivo, este pode ser físico, digital ou híbrido, quando inclui registos tanto físicos como digitais, sendo que esta tipologia surge frequentemente associada a repositórios institucionais que decidem expandir o seu foco com o passar do tempo, começando a recolher registos não institucionais como acrescento ao seu trabalho. Em relação

⁶ No original: “A decolonising of the philosophy of technology is necessary in order to meet the conditions of pluriversity outlined above - we must not accept that there is only one form of technicity, that which belongs to the West.” (trad. livre).

à prática do arquivo, podem distinguir-se as instituições que gerem apenas os seus arquivos, das que administram também arquivos externos, como arquivos pessoais, de instituições, entre outros, sendo que por vezes as práticas se sobrepõem ou intersejam, tornando esta classificação ambígua (Millar, 2017). No que diz respeito à estrutura dos arquivos, podem distinguir-se os arquivos convencionais das estruturas flexíveis, que, por sua vez, se ramificam em diferentes modelos. Com as novas condições tecnológicas possibilitadas pela *internet*, surgiram diversos modelos de arquivos digitais, que vieram colmatar falhas identificadas nos arquivos tradicionais ou propor abordagens diferentes ao processo de arquivo, cada um com a sua ideologia e discurso, como será analisado posteriormente.

Os arquivos convencionais foram os primeiros arquivos a existir, regidos primeiramente por instâncias de poder, como o Estado ou a Igreja. Atualmente esta estrutura é a mais comum e pode ser encontrada nos repositórios associados a alguma instituição, como bibliotecas, museus, arquivos do estado, entre outros. A gestão destes arquivos é por norma centralizada, uma abordagem que, por um lado, tem como vantagem o maior controlo sobre a gestão dos registos, desde a sua criação até ao seu uso, mas, por outro, deixa os registos em risco caso a instituição não consiga fornecer recursos suficientes para manter o repositório em funcionamento a longo prazo, sendo que isto se aplica tanto a repositórios físicos como digitais (Millar, 2017, p.91). Nos arquivos institucionais pode mais facilmente aplicar-se uma abordagem de gestão contínua, em que são definidas políticas de criação e cuidado dos registos, bem como sistemas de controlo e gestão, que permitem garantir o cumprimento de normas e requisitos. Desta forma, os arquivos institucionais são frequentemente vistos como a estrutura mais exequível e confiável para o armazenamento de documentação a longo prazo (Millar, 2017, p.81). Esta estrutura é atualmente muito mais acessível aos cidadãos face ao passado. A maioria dos arquivos institucionais são abertos ao público, apesar de em alguns casos existirem ainda restrições, como a acessibilidade apenas a grupos de cidadãos, investidores ou outras partes interessadas. Segundo Dávila et al (2016), no texto “The archives of the commons seminar, Madrid 2015”, existem processos inerentes às atividades institucionais, como processos de inclusão, exclusão, e construção de cânones, que agravam algumas tensões relacionadas com os limites do arquivo, as classificações e consequentes exclusões de registos. Estas práticas são vistas como inevitáveis nestas estruturas, mas atualmente estão a ser desafiadas por

outros modelos de arquivo. Dentro dos arquivos convencionais, podem destacar-se as instituições arquivísticas comunitárias, que também são institucionais, mas distinguem-se principalmente pelo seu caráter local, sendo que a direção da sua prática e as responsabilidades são orientadas pelas prioridades culturais, políticas e sociais da área e das pessoas que representam (Millar, 2017, p.84). Estes arquivos podem não só ser estabelecidos por entidades locais mas também por grupos com interesses específicos, por sentirem que os seus interesses e prioridades não estão a ser representados nos arquivos institucionais. Neste caso, se os arquivos comunitários forem criados e geridos por indivíduos comuns, sem formação ou prática profissional relacionada com arquivos, e se se encontrarem em formato digital, podem ser categorizados como arquivos *rogue*.

Os arquivos *rogue* apresentam-se como estruturas flexíveis, e surgem como uma nova possibilidade associada à entrada no espaço digital, na qual os utilizadores podem criar e gerir os seus próprios arquivos digitais. Esta estrutura tem algumas características específicas como o livre acesso dos utilizadores, a possibilidade dos mesmos acederem e fazerem *download* de materiais na íntegra, a gestão feita maioritariamente ou inteiramente por voluntários e pessoas sem formação específica, a sua fundação fora da esfera das instituições tradicionais, entre outras (De Kosnik, 2016, pp.76-77):

“Os arquivistas *rogue* exploram o potencial das tecnologias digitais para democratizar a memória cultural. Através das ferramentas e da rede digital, constroem repositórios acessíveis a todos os utilizadores da *internet*, podendo optar por preservar grandes quantidades de informação (não precisam de optar por manter determinados conteúdos e descartar outros por restrições do espaço físico), ou materiais específicos (como documentos correspondentes a subculturas ou grupos minoritários), que foram consistentemente excluídos ou ignorados pelas instituições tradicionais de memória” (De Kosnik, 2016, p. 2)⁷.

7 No original: “Rogue archivists explore the potential of digital technologies to democratize cultural memory. With digital tools and networks, they construct repositories that are accessible by all Internet users, and can choose to preserve either vast quantities of information (they do not have to choose to save some types of content and discard other types because of physical space restrictions) or highly specific materials (such as the documents of subcultures or minority groups) that have been consistently excluded or ignored by traditional memory institutions.” (trad. livre).

Estes arquivos permitem a preservação e ampla acessibilidade de vastos conteúdos culturais, a possibilidade de comunidades marginalizadas criarem e gerirem os seus próprios arquivos, ou a inversão da hierarquia sociocultural, sendo que os utilizadores deixam de ser audiência, e tornam-se a base da estrutura de poder mediática (De Kosnik, 2016, p.10). Os arquivos *rogue* rejeitam a prática comum em que apenas uma minoria de especialistas seleciona, dentro de um grande espectro de registos culturais, uma pequena fração para preservação em repositórios, criando assim cânones culturais e arquivos pouco representativos da sociedade. Esta estrutura apresenta uma visão mais plural, procura criar maior representatividade da sociedade e democratizar o acesso ao conhecimento. Dentro dos arquivos *rogue*, podemos distinguir três modelos diferentes, cada um com a sua abordagem e objetivos específicos, mas mantendo a visão comum previamente mencionada: são estes, os arquivos universais, comunitários e alternativos.

Os arquivos universais dirigem-se à população geral, não pretendendo ser relevantes para nenhum tipo de utilizador em concreto. Com foco em combater a perda e exclusão de registos culturais, recolhem e digitalizam vastas quantidades de documentação, procurando que os utilizadores tenham acesso a uma representação abrangente da história, para que consigam reconstruir os eventos passados com maior precisão, ao invés de consultarem apenas conteúdos minuciosamente selecionados e tendenciosos (De Kosnik, 2016, p.79). Por outro lado, os arquivos comunitários são pensados para comunidades específicas, que podem partilhar algum interesse em comum e que por norma não se encontra representado nos arquivos convencionais. Podem, ainda, partilhar características identitárias, sejam estas de teor étnico, geográfico, linguístico, ou outras. Os arquivos comunitários surgem para que estas comunidades encontrem um sentimento de pertença, e possam compreender melhor alguns aspetos desta identidade partilhada (De Kosnik, 2016, p.84). Por último, o arquivo alternativo, que se foca na arte e nos *media*, procura definir novos universos artísticos, através da reunião de coleções de materiais diversos e de géneros culturais não convencionais. Este modelo de arquivo permite uma maior acessibilidade e disseminação de materiais alternativos, questionando desta forma a supremacia dos cânones tradicionais artísticos, e abrindo portas à emergência de novos cânones. Preenche ainda lacunas encontradas nos museus ou bibliotecas, reunindo e partilhando

materiais que, pelo seu género cultural, são habitualmente ignorados nas coleções destas instituições (De Kosnik, 2016, p.87).

No cerne do meio digital, podem surgir ainda outras estruturas de arquivo, que apesar de terem pontos em comum com os arquivos *rogue*, assentam em modelos ideológicos diferentes, como é o caso da plataforma *bak.ma*, apresentada por Annet Dekker, no seu livro “Lost and Living (in) Archives” (2017b). *Bak.ma* é um arquivo autónomo desenvolvido por um coletivo – Videoccupy – no contexto de um protesto contra a destruição de uma parte do parque Gezi, na Turquia. O coletivo formou-se neste mesmo contexto, e tinha como principal objetivo a gravação, mapeamento da memória visual e criação de um arquivo *open source* sobre a resistência que estava a acontecer naquele parque e que movimentou pessoas de todo o país, até se tornar uma luta política pela democracia. Mesmo depois do evento ter terminado, o coletivo continuou a recolher registos de protestos que lhe sucederam, criando um espaço de emancipação, que vive dos conteúdos independentes que os utilizadores facultam. Este projeto assenta numa estrutura aberta, sem mediação, colocando o utilizador no centro da prática. Emergindo de um momento de conflito, pode ser considerado um contra-arquivo, pois visa combater as práticas dos arquivos convencionais, não só através da sua estrutura, mas principalmente pelo conteúdo que apresenta, relacionado com revoltas e movimentos sociais:

“A tarefa de criar um arquivo não passa nem por replicar, nem por imitar os arquivos do estado, mas sim por produzir de forma criativa um conceito de arquivo. Um arquivo cria ativamente novas formas de pensar sobre como acedemos às nossas experiências individuais e coletivas. Os arquivos autónomos não suplementam apenas o que está em falta nos arquivos do estado; também tornam instável o que está presente.” (Liang, 2016 apud Dekker, 2017b, p.233)⁸

Os arquivos digitais são arquivos vivos, em constante mutação, e os modelos utilizados servem a intenção e o discurso que está por detrás da construção de cada repositório. O aparecimento da *internet* e das ferramentas digitais tornou possível a construção de

8 No original: “He continued that the task of creating an archive is neither to replicate nor to mimic state archives but to creatively produce a concept of the archive. An archive actively creates new ways of thinking about how we access our individual and collective experiences. Autonomous archives do not just supplement what is missing in state archives; they also render what is present, unstable.” (trad.livre).

novos modelos e abordagens ao processo de arquivo, como aqueles apresentados neste capítulo, estruturas essas que visam colmatar falhas identificadas nos arquivos convencionais. Estas estruturas flexíveis podem não só abrir portas a novas perspectivas, como também dar forma a ideologias, vozes e discursos divergentes, o que se torna extremamente relevante não só ao nível histórico, mas mesmo a nível social e político.

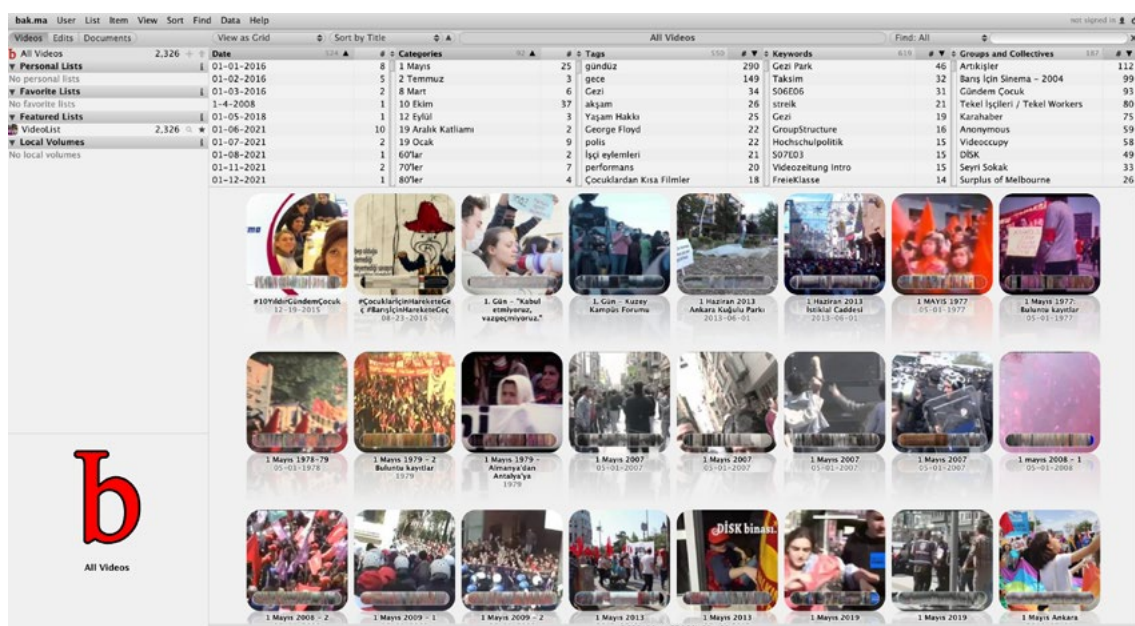


Fig.1 - Captura de ecrã da interface do site *Bak.ma*, arquivo autónomo conceptualizado pelo coletivo Videoccupy [https://bak.ma/]

1.4. Limitações da prática arquivista

Os arquivos estão sempre sujeitos a perdas e a fragmentação, mesmo os arquivos institucionais que são regidos por entidades com algum tipo de estatuto ou poder e, consequentemente, mais protegidos e regulamentados. Nenhum arquivo é totalmente estável ou fixo. Pelo contrário, tem de lidar com determinadas limitações inerentes à prática arquivística, como o limite da capacidade de armazenamento, a perda de documentação, ou mesmo a destruição física dos próprios repositórios, que enfrentam sempre riscos como incêndios, inundações, guerras e, num futuro próximo, questões associadas às alterações climáticas (Moss & Thomas, 2021b, p.4). Dentro do próprio arquivo, também os documentos podem

mudar de localização, e são sujeitos a processos de recontextualização, ou por vezes destruídos para darem lugar a outros registos (Thylstrup, 2017).

O propósito dos arquivos é acumular e conter registos: são contentores de informação que recolhem e preservam documentação, idealmente de forma eterna. Porém, têm sempre de lidar com a perda e a abjeção, mesmo no contexto atual de reprodução digital (Lison, 2019, p.xvi). Segundo Nanna Thylstrup (2017), a crescente quantidade de informação que existiu durante o desenrolar do séc. XX, e o diferente valor atribuído à mesma, tornou claro que o papel dos arquivistas era cada vez mais não só decidir o que deveria ser mantido e arquivado, mas principalmente concluir quais os registos que deveriam ficar de fora dos repositórios. Estas decisões são guiadas tanto por questões práticas como ideológicas, baseadas em motivações psicológicas, físicas, técnicas e financeiras. Este processo de seleção é definitivo, pois ao contrário das livrarias em que existem várias cópias do mesmo registo, nos arquivos os materiais são únicos, tornando a perda irreversível. Não será portanto de excluir alguma carga simbólica, tal como refere Nanna Thylstrup (2017, p.147):

“A exclusão de registos é muitas vezes um ato simbólico com carga emocional, que estabelece – e desencadeia – um largo espectro de conotações culturais, desde colonizações políticas e estruturas sociais opressivas, a questões de (im) mortalidade e inclusão humana.”⁹

O processo de seleção nem sempre é consciente e guiado pelas premissas previamente indicadas. A triagem pode ser baseada também na racionalização e reorientação da atividade do arquivo, quer por restrições fiscais ou um maior nível de exigência, sendo que a falta de recursos ou de compreensão das consequências da prática arquivística, podem estar na base da maior ou menor atenção dada aos vários documentos (Carter, 2006, p.219). Por outro lado, a exclusão de registos também pode ter uma carga política associada: existem narrativas que são conscientemente negligenciadas, como as que são produzidas por movimentos sociais e culturais, que se encontram apenas parcialmente representadas nos arquivos institucionais, por serem frequentemente consideradas pouco relevantes ou mesmo perigosas (Dockray & Forster, 2018, p.201). Historicamente, “estas expulsões

9 No original: “Archival disposal is often an emotionally charged symbolic act that connects to — and ignites — a wide spectrum of cultural connotations from political colonizations and oppressive social structures to questions of human (im)mortality and inclusion.” (trad. livre).

do arquivo foram o resultado das exclusões e isenções decretadas por administrações patriarcais e, desta forma, deram origem a um enquadramento patriarcal do próprio arquivo” (Thylstrup, 2017, p.142)¹⁰. É de ressaltar também que alguns registos deverão ser mantidos em privado, pois muito do conhecimento e tradição cultural não se destina a ser partilhado fora da esfera comunitária em que foi criado. Expor este tipo de conteúdos nos repositórios pode ser considerado um ato de agressão cultural, podendo ofender e colocar em perigo as comunidades a que diz respeito; estas consequências deverão também ser consideradas durante o processo de seleção de registos (Prelinger, 2019, p.34).

Outra das limitações dos arquivos prende-se com o formato dos registos que são armazenados, e que condiciona os documentos originais e a forma como o seu conteúdo é transmitido ao utilizador, sendo que esta problemática diz principalmente respeito aos arquivos físicos. Como exemplo, os registos orais, que tinham intenção de serem falados e ouvidos, são frequentemente transformados em textos que serão lidos em silêncio e, desta forma, a sua validade é afetada e a forma como o utilizador os interpreta também é distorcida. O som contém significado: ao ouvir um discurso consegue-se interpretar informação que se perde quando o discurso é transcrito, e desta forma não só o utilizador é prejudicado como o próprio repositório (Moss & Thomas, 2021c, pp.21-22).

O arquivo enquanto repositório tem associado, portanto, um conjunto de restrições, que têm vindo a ser descritas e que condicionam de algum modo a prática arquivista e o acesso exterior aos registos armazenados. Os arquivos físicos enfrentam riscos diferentes dos arquivos digitais, por questões inerentes ao seu formato e condição. Porém, em nenhum tipo de arquivo vamos poder encontrar histórias completas: há sempre limites no que conseguimos saber a partir dos arquivos.

10 No original: “these archival expulsions have been the results of the exclusions and exemptions enacted by patriarchal administrations and they have therefore given rise to a patriarchal framing of the archive itself.” (trad. livre).

(página intencionalmente deixada em branco)

2. NARRATIVAS OMISSAS E SILÊNCIOS NOS ARQUIVOS

O arquivo é uma instituição conotada com o poder político. Segundo Derrida, “não existe poder político sem o controlo do arquivo e da memória”¹¹ (apud Jimerson, 2007, p.254). O poder do arquivo encontra-se presente também na sua capacidade de incluir e excluir determinados registos e narrativas, e este poder de exclusão é particularmente relevante, pois gera silêncios e lacunas de conhecimento e representação nos repositórios, que terão fortes consequências sociais. Os grupos socialmente à margem são aqueles que por norma também são menos considerados nas políticas de aquisição dos arquivos, e desta forma, os repositórios não só espelham, como também perpetuam desigualdades sociais. Os arquivos têm responsabilidade social e, por isso, torna-se necessário analisar as políticas de aquisição e preservação de registos, para que exista uma representação mais justa da diversidade social, o que passa não só por um processo de descolonização do próprio arquivo, como também pela exploração de outros modelos que questionam o próprio arquivo convencional.

2.1. Arquivo enquanto espaço de poder

Apesar das mudanças a que temos assistido na natureza dos registos, nos seus usos ou no próprio processo de preservação, desde a Grécia Antiga que o arquivo enquanto estrutura institucional é conotado com o poder: tendo em consideração a sua própria manutenção, capacidade de recordar e evitar que as memórias caiam no esquecimento, e o seu presente, que determina o que as próximas gerações saberão sobre o passado (Schwartz & Cook, 2002, p.3). Jacques Derrida (apud Jimerson, 2007) refere que não existe poder político sem o controlo do arquivo e da memória, e são vários os exemplos históricos de abuso deste controlo e poder, através da manipulação de registos e do limite do acesso à informação. Isto torna-se possível devido à capacidade dos arquivos de, por um lado, privilegiar certos registos e narrativas, como por outro, de os excluir e negligenciar,

11 No original: “There is no political power without control of the archive, if not of memory.” (trad. livre).

podendo ser assim uma ferramenta de resistência e oposição, mas também de hegemonia (Schwartz & Cook, 2002, p.13):

“O poder do arquivo é, em parte, o poder de permitir que vozes sejam ouvidas. Consiste em destacar determinadas narrativas e incluir certos tipos de registros, criados por determinados grupos. O poder do arquivo é testemunhado no ato de inclusão, mas este constitui apenas um dos seus componentes. O poder de excluir é um aspeto fundamental do arquivo. Existem inevitavelmente distorções, omissões, rasuras e silêncios nos arquivos. Nem todas as histórias são contadas.” (Carter, 2006, p.216)¹²

Os arquivos não são repositórios passivos, são espaços em que o poder pode ser confirmado e contestado, aberto a debate e à responsabilização das suas ações, se for questionado e não neutralizado. Segundo Zinn, “a existência, preservação e disponibilização dos arquivos, documentos e registros na nossa sociedade, são muito determinados pela distribuição de riqueza e poder”¹³, sendo que o próprio sistema de classificação dos registros e de segurança dos mesmos é profundamente tendencioso, com vista a proteger grupos socialmente poderosos, ao invés de servir a sua responsabilização (apud Wallace, 2020, p.38). Estes grupos que detêm poder social podem influenciar os registros que são arquivados e, conseqüentemente, moldar a forma e o rumo que o arquivo persegue. Incluem-se aqui por norma, determinados grupos raciais, étnicos e religiosos, sendo que fatores como a classe, o género e a sexualidade também são tomados em consideração (Carter, 2006, p.217). Ao arquivarem-se narrativas apenas das culturas dominantes e dos grupos sociais mais privilegiados, gera-se um vazio na memória coletiva e uma sub-representação de determinados grupos e comunidades, pois sem os arquivos, a possibilidade de obter e manter conhecimento fica comprometida, e perante os silêncios existentes nos mesmos, torna-se difícil formar um senso de identidade coletiva (Carter, 2006, p.221).

12 No original: “Archival power is, in part, the power to allow voices to be heard. It consists of highlighting certain narratives and of including certain types of records created by certain groups. The power of the archive is witnessed in the act of inclusion, but this is only one of its components. The power to exclude is a fundamental aspect of the archive. Inevitably, there are distortions, omissions, erasures, and silences in the archive. Not every story is told.” (trad.livre).

13 No original: “(...) existence, preservation, and availability of archives, documents, records in our society are very much determined by the distribution of wealth and power” (trad.livre).

Os repositórios são tendencialmente vistos pela população geral e pelo meio académico como estruturas neutras, passíveis de serem explorados com vários propósitos históricos e culturais. Existe, portanto, uma falta de questionamento da prática arquivística, que assegura a perpetuação deste mito da sua neutralidade. Nos arquivos encontramos camadas de significado, adicionadas tanto pelos utilizadores dos arquivos – historiadores ou cidadãos comuns –, como por quem gere e assegura o funcionamento dos mesmos – arquivistas, criadores de registos, gestores, entre outros. Estas camadas de informação que vão sendo adicionadas, tornam-se neutras com o passar do tempo pois não são questionadas, apoiando assim de forma implícita o mito da neutralidade e objetividade do arquivo, e privilegiando ainda mais o armazenamento de narrativas oficiais do Estado, sobre as narrativas privadas dos indivíduos (Schwartz & Cook, 2002, p.18).

Os indivíduos envolvidos no processo de gestão dos arquivos, bem como os utilizadores dos mesmos têm levado algum tempo a perceber que os repositórios são por natureza instituições socialmente construídas, que têm impacto nas noções de memória e de verdade, e que têm um papel fulcral na construção de conhecimento acerca do passado (Schwartz & Cook, 2002, p.8). Os repositórios são recursos únicos que permitem o acesso a experiências individuais e coletivas passadas, e, através das suas propriedades, dão lugar ao entendimento dos valores sociais e das mudanças culturais e sociais que antecederam o tempo presente, tanto por uma maior justiça social, como por uma maior dominação e opressão. A ativação dos arquivos e dos registos que os compõem, permite reconhecer e retificar injustiças históricas e, por sua vez, criar maior justiça no momento presente, o que de certo irá impactar as gerações futuras (Wallace, Duff, & Flinn, 2020, p.244).

2.2. Os silêncios presentes nos arquivos

Os arquivos podem ser conotados com silêncios, com lacunas de informação nos registos que albergam, resultantes do seu poder, nomeadamente a sua capacidade de exclusão. Estes silêncios resultam frequentemente do exercício do poder político, particularmente durante regimes ditatoriais. A ausência de registos pode também estar relacionada com

questões físicas e naturais, como inundações, incêndios ou consequências de guerras, ou poderá ser fruto de um processo de gestão e conservação de registos desleixado. Existem ainda lacunas que têm outras origens, que surgem da supressão de determinados assuntos ou áreas temáticas, pois são consideradas irrelevantes ou vagas demais para serem mantidas. Isto acontece principalmente nos arquivos institucionais, nomeadamente os que se encontram debaixo da alçada do Estado, que se revelam assim fontes promotoras de iniquidade (Moss & Thomas, 2021a, p.226).

Segundo Foucault, encontramos nos arquivos uma relação de ausência-presença: “o que está presente nos arquivos é definido pelo que não está, e os silêncios arquivísticos são delimitados pelas vozes presentes nos registos” (apud Carter, 2006, p.223)¹⁴. Trouillot refere também que os silêncios são criados em quatro momentos centrais: em primeiro lugar, aquando da criação do facto e da fonte de referência, depois, na junção dos factos e na criação do arquivo, seguido da recuperação do facto e da narrativa e, por último, na criação da história e atribuição de significado em retrospectiva (apud Moss & Thomas, 2021b, p.2).

É possível detetar nos repositórios a existência de dois tipos de lacunas e omissões: os silêncios naturais e os *silêncios não naturais*. Os silêncios naturais são “aqueles que existem por escolha, muitas vezes no sentido de permitir a reflexão e crescimento pessoal”¹⁵ (Carter, 2006, p.228). A escolha do silêncio é política, e uma forma de exclusão de determinados tópicos e determinadas comunidades dos arquivos. A existência de silêncios naturais exige uma participação mais ativa dos utilizadores e leitores, incentivando-os a investigar e interrogar as ausências com as quais se deparam. Porém, é de ressaltar que os silêncios naturais são introduzidos por opção consciente e deverão ser respeitados, como refere Harris (apud Schwartz & Cook, 2002, p.17):

“(…) não devemos romantizar os marginalizados ou sentirmo-nos eufóricos por resgatá-los do esquecimento histórico: alguns não desejam ser ‘resgatados’ pelos

14 No original: “What is present in the archives is defined by what is not. And the archival silences are delimited by the archival voices.” (trad.livre).

15 No original: “(...) natural silences are those entered into by choice, often to allow for reflection and personal growth.” (trad. livre).

arquivos convencionais, e sentir-se-ão ainda mais à margem ao serem nomeados pelos arquivistas como ‘marginalizados’.”¹⁶

Por outro lado, os *silêncios não naturais* ocorrem quando determinado indivíduo ou grupo é silenciado através do uso de poder, sendo-lhes negado o direito a uma voz e espaço públicos, para se pronunciarem (Carter, 2006, p.228). As vozes que não se conformam com os ideais dos que estão em posições de privilégio, ou que não se enquadram nas referências dominantes ocidentais, são sistemicamente ignoradas e silenciadas, tanto de forma ativa, como por ignorância ou xenofobia, dando origem a estes *silêncios não naturais*, sendo que os grupos à margem na sociedade são também os que por norma ficam de fora dos arquivos (Carter, 2006, p.219).

Detetar lacunas nos registos requer uma forte atenção, não apenas ao contexto em que o registo foi criado, mas também a um contexto social e político mais abrangente, tendo em conta as políticas de informação que controlam a censura e a disseminação de conteúdos. Moss e Thomas (2021a, p.229) referem que a melhor forma de lidar com as ausências de registos passa por utilizar métodos de pesquisa detalhada tradicionais, de forma a extrair o máximo de informação possível de uma base de dados incompleta. Por sua vez, Carter (2006, p.224) menciona a tática literária feminista de “ouvir os silêncios”, que consiste em examinar as omissões, questionar e investigar as lacunas de informação, e aponta ainda a análise das interações entre os cidadãos e o Estado – sendo que uma das categorias que molda esta interação é a marginalização – como dois métodos que poderão ser utilizados para encontrar as vozes em falta nos arquivos.

As lacunas de informação nos registos têm consequências sérias nos grupos menos considerados e representados, e, de forma geral, na sociedade, mesmo que a falta de representação exista por decisão própria. Se determinados registos forem ocultados, destruídos ou manipulados, perdem-se narrativas que não serão transmitidas com o passar do tempo e, desta forma, acabarão por cair no esquecimento, como menciona Carter (2006, p.230):

16 No original: “(...) not to romanticize the marginalized, or feel elated for saving them from historical oblivion: some do not wish to be “rescued” by mainstream archives and some will feel their naming by archivists as being “marginalized” only further marginalizes them.” (trad.livre).

“Somente através da transmissão contínua dentro do grupo é que as histórias e, conseqüentemente, a identidade, permanecerão vitais. Quando as narrativas deixam de ter utilidade para o grupo, ou quando o mesmo não consegue continuar a transmiti-las, estas morrem. Apesar de poder ser uma perda para futuras gerações e para a sociedade no geral, pode ser o que determinados grupos, que não temem ser esquecidos, procuram.”¹⁷

A afirmação ativa dos silêncios vai influenciar a memória e identidade dos grupos, mas se se tratar de uma escolha, não deverá existir intervenção externa. A identificação do tipo de silêncio que se deteta – se é um silêncio natural ou não natural – pode ser complexa, e deve ser guiada por um processo de investigação e discussão respeitoso e conotado com um determinado senso de justiça. Segundo Carter (2006, p.226), existe a propensão de tentar corrigir os silêncios não naturais, quando estes são verificados, e trazer as vozes omissas para dentro dos arquivos. É necessário ter em conta que, ao alterar o processo de documentação, a própria criação de registos será diferente, e poderão resultar documentos tendenciosos ou distorcidos. Assim, os novos registos poderão não ser representativos do grupo que se procura beneficiar, pois “convidar o ‘marginalizado’ é muito diferente de nos inserirmos nos registos, criando práticas ou os próprios registos por nós mesmos” (Carter, 2006, p.226)¹⁸. Existem ainda outros motivos pelos quais alguns registos devem ser mantidos em sigilo, nomeadamente quando se trata de conhecimento ou expressão cultural tradicional, que não se destina a ser partilhado fora da comunidade em que foi criado. Expor este tipo de conhecimentos pode ser considerado agressão cultural e pode pôr em perigo ou mesmo ofender comunidades, perpetuando a opressão histórica das mesmas (Prelinger, 2019, p.34).

O arquivo é uma instituição de grande importância para a preservação das memórias e das várias identidades, e deveria ser um espaço pautado pela diversidade e justiça, tornando-se relevante a percepção de que de facto existem lacunas e falta de representação de

17 No original: “It is only through continual transmission within the group that their stories, and hence their identity, will remain vital. When the narratives are no longer of any use to the group, or when the group is no longer able to pass on their stories, they die. While this may be a loss to future generations and society at large, it may be the desired outcome for the group who does not fear being forgotten.” (trad. livre).

18 No original: “(...) inviting the marginal in is a very different thing than inserting ourselves into the records creating practices or creating the records ourselves.” (trad. livre).

determinadas comunidades. É nos arquivos institucionais que se podem encontrar mais *silêncios não naturais*, por isso é importante que os olhemos de forma crítica, sabendo à partida que contém estas falhas. Porém, tal como referia Harris anteriormente, não devemos romantizar as vozes excluídas, pois algumas não desejam ser representadas nos arquivos convencionais, e têm vindo até a construir os seus próprios arquivos para continuarem a repassar a sua história e tradições, recorrendo a outras estruturas e abordagens ao processo arquivístico.

2.3. Responsabilidade e justiça social

Os processos e sistemas de criação, uso e disseminação de informação, são o principal motor da opressão e controlo, que se manifesta em toda a sociedade. Os arquivos encontram-se dentro destes mesmos sistemas e refletem-nos através do seu processo de arquivação, manifestando e mediando não só conhecimento, mas as próprias relações humanas. Desta forma, os arquivos devem ser considerados perante uma certa ideia de justiça social. A justiça social “deve ser a espinha dorsal que impulsiona os esforços dos arquivos, particularmente no que diz respeito à manutenção de registos que fomentam a injustiça” (Wallace, 2020, p.37).¹⁹

Os conceitos e práticas de justiça e injustiça são baseados em relações complexas, e têm vindo a ser introduzidos nas sociedades há milénios. A partir do seu entendimento, são criadas hierarquias sociais, que têm em conta atributos como a classe, o género, a raça, a religião, entre outros. Estas hierarquias são frequentemente entendidas como valores comuns ou normas sociais culturais, e estão profundamente enraizadas nas sociedades (Wallace, 2020, p.22). Desta forma, torna-se relevante desconstruir estas hierarquias sempre que se apresentem como injustas e aprofundar o conceito de justiça social, seguindo a definição proposta por Wallace (2020, p.31):

¹⁹ No original: “(...) it must be the backbone driving archival efforts, especially in regards to when recordkeeping foments injustice.” (trad. livre).

“[Justiça social é a] Visão de que todo o ser humano tem um valor igual e incalculável, e direito aos mesmos padrões partilhados de liberdade, igualdade e respeito. Estas normas aplicam-se também a agregações sociais mais amplas como comunidades e grupos culturais. As violações destas normas devem ser reconhecidas e confrontadas. Isso requer atenção e ação contra as desigualdades de poder e a forma como se manifestam em acordos institucionais e em opressão sistémica, que prejudicam os interesses de uns em detrimento de outros, na distribuição de bens materiais, benefícios sociais, direitos, proteções e oportunidades.”²⁰

Os arquivos retratam aspetos intergeracionais de justiça e de injustiça, através da seleção e exclusão de histórias passadas. Consequentemente, esta seleção expande e limita as perspetivas e conhecimentos sobre o passado, servindo as noções de justiça social no presente que se procuram perpetuar. Os repositórios deverão arquivar e demonstrar as mudanças nas normas sociais ao longo do tempo, e dessa forma tornar-se recursos com grande potencial de questionamento da legitimidade dos sistemas vigentes, sejam estes políticos, económicos ou sociais (Wallace, 2020, p.39). Para isso, é de extrema relevância que o processo de arquivação seja justo e objetivo, sabendo à partida que o papel dos repositórios na promoção da justiça é limitado, pois este debate vai para lá dos factos arquivados, sendo acima de tudo um debate político (Moss & Thomas, 2021c, p.13).

A objetividade na prática arquivística tem como base o sentido de compromisso para com a honestidade, a justiça e a verdade, porém, estas virtudes não são absolutas. Assim, é necessário também assumir posições face aos repositórios, tanto por parte dos arquivistas, como dos próprios utilizadores, pois a imparcialidade perpetua as relações de poder já existentes, bem como analisar criticamente o processo arquivístico, de forma a conduzi-lo da forma mais justa e objetiva possível, como referem Schwartz e Cook (2002, p.12):

20 No original: “Vision that every human being is of equal and incalculable value, entitled to shared standards of freedom, equality, and respect. These standards also apply to broader social aggregations such as communities and cultural groups. Violations of these standards must be acknowledged and confronted. This requires attention to and action against inequalities of power and how they manifest in institutional arrangements and systemic domination and oppression that prejudicially further the interests of some at the expense of others in the distribution of material goods, social benefits, rights, protections, and opportunities.” (trad. livre).

“O mesmo se pode dizer dos arquivos e dos registos: não podem fingir a desvinculação; devem ser sujeitos a um processo de ‘interpretação crítica contínua’ entre criadores, detentores e utilizadores de arquivos e registos; e a relação entre arquivos, registos e sociedade é uma forma de ‘conversa sensível de poder’.”²¹

Os repositórios albergam documentação que poderá servir de evidência a situações de injustiça, tornando-se do interesse individual e coletivo que os arquivos mantenham o acesso aos registos públicos, que promovam normas de responsabilidade e autenticidade internas, e, deste modo, protejam os direitos dos cidadãos (Jimerson, 2007, p.266). Utilizar os arquivos desta forma, para o bem comum, “exigirá um grande compromisso por parte da profissão arquivística em refletir sobre os preconceitos e os pressupostos adjacentes à prática, e de os ultrapassar através de um compromisso renovado com os valores democráticos” (Jimerson, 2007, p.281)²². É de facto necessária uma maior consciência do impacto que os arquivos podem ter na justiça e injustiça social, um maior rigor no processo arquivístico, e um olhar crítico constante sobre o próprio processo e os registos que se armazenam. Porém, é de ressaltar que, tal como Moss e Thomas referem (2021c, p.21), existe uma imensidão de vozes que continuam a ser silenciadas e excluídas, criando ausências na história, e enquanto se continuar a excluir narrativas, privilegiando as que dizem respeito a grupos dominantes, não existirá justiça social nem o próprio arquivo será promotor de igualdade.

2.4. Descolonização do arquivo

Os arquivos criam ativamente novas formas de pensamento sobre o modo como acedemos às nossas memórias e experiências individuais e coletivas (Çelिकासlan, 2017, p.233). Desta forma, os repositórios detêm poder de transformação social, podem ser utilizados

21 No original: “The same may be said of archives and records: they cannot pretend to disengagement; they must be subjected to a process of “on-going critical interpretation” among creators, keepers, and users of archives and records; and the relationship between archives, records, and society is a form of “power sensitive conversation.” (trad.livre).

22 No original: “(...) will require a broad commitment by the archival profession to reflect on underlying assumptions and biases, and to overcome these through a renewed commitment to democratic values.” (trad.livre).

para pensar novos futuros a partir de um olhar sobre o passado, e para projetar uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva. Como refere Prelinger (2019, pp.3-4), os arquivos são lugares de possibilidade, lugares “onde podemos procurar concretizar mudanças, expor o presentismo, tornar as teorias acionáveis, recusar narrativas inevitavelmente dominantes, e imaginar e encenar um amplo espectro de futuros”²³. A ativação e utilização dos registos presentes nos arquivos pode ser um instrumento valioso em conflitos de justiça social, pois os arquivos detêm potencial para reconhecer e apoiar a retificação de injustiças do passado e, dessa forma, é possível obter-se resultados mais justos no presente, impactando o futuro que está por vir (Wallace, Duff & Flinn, 2020, pp.243-244).

Para que os arquivos possam ser instrumentos de transformação e justiça social, é necessário analisar o contexto em que operam e confrontar as lógicas, práticas e processos arquivísticos de forma crítica, questionando de que modo estes perpetuam a desigualdade e a injustiça. Como Ansari aponta (2018, pp.190-191), existe uma lógica colonial subjacente aos sistemas e ações passados e atuais e que continua a suprimir outras formas de conhecimento. Esta lógica está presente nas instituições académicas, de investigação e de publicação, bem como nos vários sistemas e plataformas de disseminação de conhecimento, onde podemos incluir os arquivos. O colonialismo está na base da hegemonia ocidental, e torna-se claro nas políticas de aquisição dos arquivos este pensamento imperialista e ocidental, ao priorizarem-se narrativas pertencentes ao ocidente, em detrimento de narrativas pertencentes a outras culturas, como a cultura indígena, por exemplo. O autor acrescenta ainda que o modelo pré-colonial poderia ser aplicado aos sistemas globais de conhecimento e às plataformas que estes utilizam atualmente e, desta forma, não só os arquivos poderiam ser utilizados como espaços de criação de genealogias alternativas, como também os cânones das disciplinas poderiam tornar-se base para o nascimento e posterior distribuição de pensamento não ocidental (2018, pp.196-197).

Reconhecer a lógica colonialista presente nos arquivos e o modo como tem sido base para injustiças passadas, permite-nos concluir que é necessário descolonizar os arquivos, para que estes possam de facto ser instrumentos úteis na luta por uma maior justiça social. A descolonização dos arquivos “exige o confronto de injustiças históricas, a responsa-

23 No original: “(...) places where we might seek to perform struggle, expose presentism, make theories actionable, refuse dominant narratives of inevitability, and imagine and stage a broad spectrum of futures.” (trad.livre).

bilização das violações de direitos humanos, o apoio à sua reparação, e o confronto da forma como a manutenção de registos apoiou a violência colonial do passado e perpetua o racismo no presente” (Wallace, 2020, p.35)²⁴. Descolonizar os arquivos permite revelar métodos colonialistas tendenciosos, quebrar a sua essência inicial, e descodificar e libertar camadas de significado e conhecimento não oficial, recuperando conteúdos reprimidos. Para além disso, os arquivos coloniais podem tornar-se espaços de resistência através de abordagens descoloniais, operando contra os seus objetivos iniciais e tornando-se ferramentas de luta pela equidade (Sela, 2016, p.57).

A descolonização dos arquivos exige contrariar os cânones atuais arquivísticos, nomeadamente ao nível dos conteúdos. Para que tal aconteça, é necessária maior audácia nas políticas de aquisição de registos, procurando colecionar conteúdos em campos previamente considerados pouco relevantes. É fundamental considerar a relevância histórica e a imensidão de vozes e narrativas aquando da seleção de registos, procurando incluir e promover a identidade comunitária de grupos frequentemente marginalizados por elites mais poderosas, ao invés de priorizar apenas as narrativas dominantes. Os repositórios precisam de focar os seus esforços na preservação de registos sobre pessoas comuns, sobre grupos marginalizados, e ainda, como Prelinger reitera, “preservar e divulgar as histórias do movimento dos direitos civis de hoje” (2019, p.29)²⁵.

A preocupação com as comunidades pouco representadas nos arquivos tem vindo a crescer, porém, o processo de incluir registos sobre as mesmas não é assim tão linear, devendo pelo contrário “conduzir os arquivistas a ajustar os procedimentos utilizados para todas as funções básicas de arquivo, sendo que na selecção e avaliação, devem estar conscientes do potencial enviesamento que existe nos seus métodos tradicionais” (Jimerison, 2007, p.276)²⁶.

24 No original: “(...) require confronting historic injustices, holding human rights violators to account, supporting redress, and confronting how recordkeeping supported colonial violence of the past and reifies racism in the present (...)” (trad.livre).

25 No original: “(...) to preserve and disseminate the histories of today’s civil rights movement” (trad.livre).

26 No original: “(...) lead archivists to adjust their procedures for all basic archival functions. In selection and appraisal, they need to be conscious of the potential bias in their traditional methods. Archival choices have long been shaped by the constraints of power relations and sources of funding.” (trad.livre).

É útil observar também as abordagens das práticas arquivísticas mais populares, das coleções pessoais, independentes ou comunitárias. Estes arquivos podem não ser tão abrangentes e organizados como os arquivos institucionais, mas são frequentemente mais eficientes e permitem a investigação e o acesso de formas que os arquivos mais regrados não conseguem (Prelinger, 2019, p.36). Além disso, têm um papel importante na representação de uma sociedade diversa, traçando um retrato mais fidedigno da realidade do que os arquivos convencionais.

Atualmente podemos constatar que estão a surgir novos discursos de transição interdisciplinares, que vêm propor modos de transição da estrutura capitalista e colonialista, para um mundo mais plural, diverso e justo. Como alguns investigadores, nomeadamente Arturo Escobar, mencionam, o “pluriverso” que propõem vem contrastar fortemente com os paradigmas universalistas atuais de desenvolvimento, liberdade e democracia que definem as preocupações das instituições globais, trazendo propostas provenientes de várias culturas e partes do mundo (Ansari, 2018, p.187). Também os arquivos podem promover um pensamento mais plural ao trazer narrativas representativas da diversidade que existe no mundo, contribuindo para este movimento de descolonização e transição para uma sociedade mais igualitária. A memória coletiva dos movimentos sociais é “essencial para debater possíveis linhas de acção que procurem inventar formas alternativas de organização institucional, social e política, e outros modelos de relacionamento e coexistência humana” (Del Campo, 2016, p.103)²⁷, por isso os arquivos não deverão abster-se de participar nesta discussão social, continuando assim a sua luta pela justiça social arquivística e conseqüentemente, pela justiça social.

27 No original: “(...) is essential for debating possible lines of action that seek to invent alternative forms of institutional, social, and political organisation, and other models for human relationality and coexistence.” (trad.livre).

3. O CONTRA-ARQUIVO

Os arquivos determinam que documentos e narrativas são armazenados e serão consultados no futuro, como registros de memória, de história e de identidade, e tendo este peso e importância, seria de esperar que fossem instituições pautadas por um sentido de justiça, contemplando a diversidade social e cultural existente. Porém, e como anteriormente mencionado, os arquivos perpetuam as desigualdades sociais ao darem prioridade ao armazenamento de narrativas correspondentes aos grupos dominantes na sociedade. Em oposição a esta prática surgem os contra-arquivos. Os contra-arquivos são espaços de produção de conhecimento alternativo, que visam contestar a prática dos arquivos institucionais, e questionar o que é e o que deveria ser conhecimento público (Ben-David apud Thorsen, 2020). Através do armazenamento e disseminação de narrativas alternativas, criam espaços de pertença e representação de grupos à margem na sociedade, e que são frequentemente excluídos dos arquivos tradicionais, remediando memórias sociais e culturais em maior risco de cair no esquecimento, e construindo um discurso político, de comunidade e de resistência.

3.1. Contra-arquivo vs arquivo convencional

Os arquivos convencionais contêm silêncios, espaços em branco, que resultam do processo de exclusão de registros, por norma relativos a comunidades já em desvantagem dentro da *matriz de dominação*²⁸. Com o aparecimento da *internet* e a abertura da possibilidade de exploração de estruturas digitais mais flexíveis, criou-se espaço para o desenvolvimento de contra-arquivos, que vêm implementar estruturas, disseminar discursos e propor discussões fundamentalmente opostas aos arquivos convencionais, como é o caso do arquivo “*bak.ma*”, mencionado previamente. Podemos encontrar diferentes nomenclaturas para estes arquivos, de acordo também com as especificidades de cada um: arquivos autônomos,

28 O conceito de “matriz de dominação” é abordado no sub-capítulo 4.1.2; para mais desenvolvimentos ver páginas 55-57.

descoloniais, ativistas, entre outros. Para o efeito desta investigação, contemplemos apenas este conceito mais lato de contra-arquivo.

Se os arquivos convencionais são geridos maioritariamente de forma centralizada, existindo um maior controlo sobre os registos, desde a sua criação até ao seu uso (Millar, 2017, p.91), os contra-arquivos baseiam-se em princípios de criação e gestão colaborativos e comunitários, fundamentais para a produção de conteúdos e espaços alternativos (Çelikaslan, 2017, p.240). No caso do arquivo “*bak.ma*”, os registos do protesto foram criados não só pelo coletivo mas também pelas pessoas participantes na manifestação, recolhidos posteriormente e disponibilizados nesta plataforma de ação política e de resistência. Com um perfil *open source*, este arquivo não só mantinha uma gestão colaborativa, como também envolvia o utilizador no seu desenvolvimento, colocando-o no centro da prática e usando as suas contribuições – como documentos e registos independentes – para poder crescer (Çelikaslan, 2017). Os contra-arquivos têm uma essência política, de resistência e de questionamento, surgindo essencialmente entre coletivos e comunidades, por isso é expectável depararmo-nos com estruturas colaborativas.

Os arquivos podem documentar e participar nas lutas contemporâneas, ao trazerem registos que preencham as falhas e ausências de informação, criando espaço para a disseminação de contranarrativas (Wallace, Duff & Flinn, 2020, p.242). Como Ana Ben-David menciona (apud Thorsen, 2020), os contra-arquivos não têm como objetivo documentar tudo. O seu foco é revelar as lacunas e o conhecimento a que não temos acesso, trazendo perspetivas sobre eventos ou assuntos diferentes dos pontos de vista contemplados pelos meios de comunicação mais poderosos e institucionais, questionando de que forma o enviesamento de conhecimento distribuído afetará os nossos conhecimentos no futuro. Naturalmente, os conteúdos e a própria estrutura do contra-arquivo são diferentes dos conteúdos e estrutura do arquivo convencional. Nos contra-arquivos encontramos principalmente estruturas colaborativas, como resultado de um pensamento e discussão comunitários, que resultam frequentemente em plataformas *open source*, envolvendo os utilizadores na discussão (Çelikaslan, 2017, p.240). Ao nível do conteúdo, os contra-arquivos procuram essencialmente trazer contranarrativas, divergentes do pensamento dominante e que contestam os cânones. Visam preencher lacunas na história contada pelos arquivos tradicionais e

dessa forma, o seu conteúdo é necessariamente divergente, ao mesmo tempo que questionam o próprio conteúdo apresentado nos arquivos tradicionais, abrindo uma discussão sobre o conhecimento a que os cidadãos têm acesso (Tan, 2016 apud Çelikaslan, 2017, p.234). Os contra-arquivos são ferramentas de luta pela justiça social, de representação das comunidades e espaços invisíveis nos arquivos tradicionais, são o resultado de uma abordagem que visa contrariar a prática destes mesmos arquivos, o que exige o confronto com injustiças históricas, a responsabilização de quem violou os direitos humanos no passado e o confronto do apoio a sistemas coloniais e de opressão por parte dos arquivos convencionais ao longo da história (Wallace, 2020, p.35).

3.2. Contra-arquivo enquanto discurso

O contra-arquivo dissemina discursos diferentes do arquivo convencional, tem um caráter político e de contestação, demonstrando ser um espaço de emancipação e de resistência. Nesse sentido, investigadores, artistas, ativistas e outros indivíduos e coletivos, têm vindo a explorar novas formas de definir os limites dos arquivos, libertando-os de conteúdos tendenciosos e consolidando o seu papel enquanto espaço de luta e crítica (Sela, 2016, p.61). Retomando o exemplo do contra arquivo “*bak.ma*”, e analisando este caso concreto, podemos não só perceber o caráter de resistência do arquivo que criou e armazenou conteúdos e memórias divergentes das que eram disseminadas pelos meios de comunicação, como também o seu papel de luta política e de contestação, ao revelar a violência policial e antidemocrática de que os manifestantes estavam a ser alvo durante todo o protesto, por meio dos conteúdos que expunha. Assim, através da criação de conteúdos independentes e de uma estrutura *open source* e colaborativa, desenvolveu-se um espaço de emancipação, que contestava os registos de poder e autoridade que circulavam e eram base de conhecimento manipulado. Podemos deste modo considerá-lo como um contra-arquivo (Çelikaslan, 2017, pp.229-230).

Os contra-arquivos resultam frequentemente de respostas independentes à monopolização governamental e institucional da memória pública, contestando o que é conhecimento

público e recuperando registos excluídos, que poderão ter um grande impacto em lutas sociais, ao serem ativados, mobilizados e promovidos nestes espaços alternativos (Wallace, Duff & Flinn, 2020, p.243). Desta forma, o contra-arquivo envolve-se na discussão sobre o conhecimento e as memórias a que temos acesso, como refere Ana Ben-David (apud Thorsen, 2020):

“O princípio do contra-arquivo é o envolvimento em modos alternativos de produção de conhecimento que reabrem a discussão sobre o que é conhecimento público. É provocação. Resistência. A ideia é revelar o que realmente não sabemos através da construção de arquivos alternativos, mostrando o que poderíamos ter sabido de forma diferente na época, invocando um debate público sobre o que gostaríamos de saber. O que devemos saber, de modo a sermos uma sociedade viável.”²⁹

Contestar o conhecimento e memórias públicas implica questionar os arquivos convencionais, fontes relevantes na formulação deste mesmo conhecimento. O questionamento e consequente realização de que os arquivos institucionais podem deturpar e tornar invisíveis determinadas histórias e experiências, abre espaço para a criação, recolha de conteúdos e estabelecimento de contra-arquivos, recorrendo muitas vezes a formatos e suportes de memória não tradicionais, como histórias orais ou conteúdos disseminados através das redes sociais (Wallace, Duff & Flinn, 2020, p.242). Estes arquivos alternativos incentivam outras formas de pensar, o olhar em direções diferentes, o contemplar várias perspetivas, que poderão até ser contrárias entre si. O seu valor assenta principalmente na procura e abertura a outras alternativas, bem como no levantamento de questões sobre como o acesso condicionado à informação determina o conhecimento que é produzido (Ben-David, 2020).

Podemos reconhecer esta abordagem de contra-arquivo em muitos outros repositórios, como é o caso do “*archive counter-archive*” ou do “*black archives sweden*”. No primeiro caso, estamos perante um projeto que se dedica à recuperação e ativação de arquivos

29 No original: “The principle of counter-archiving is to engage in alternative modes of knowledge production that re-open the discussion about what is public knowledge. It is provocation. Resistance. The idea is to tease out what we actually don’t know, by building alternative archives and showing what we could have known differently at the time, to invoke public debate about what it is that we would like to know. What we ought to know, to be a viable society.” (trad.livre)

audiovisuais criados por indivíduos indígenas, comunidade negra, pessoas de cor, mulheres, LGBTQIA+ ou imigrantes, grupos que por norma veem as suas narrativas e experiências pouco representadas nos arquivos oficiais. Apesar de ser um projeto que nasce no seio académico, estando desta forma ligado a uma instituição, tem um sentido de resistência e a intenção assumida de narrar a história de outras perspetivas, sendo explicitamente um contra-arquivo.

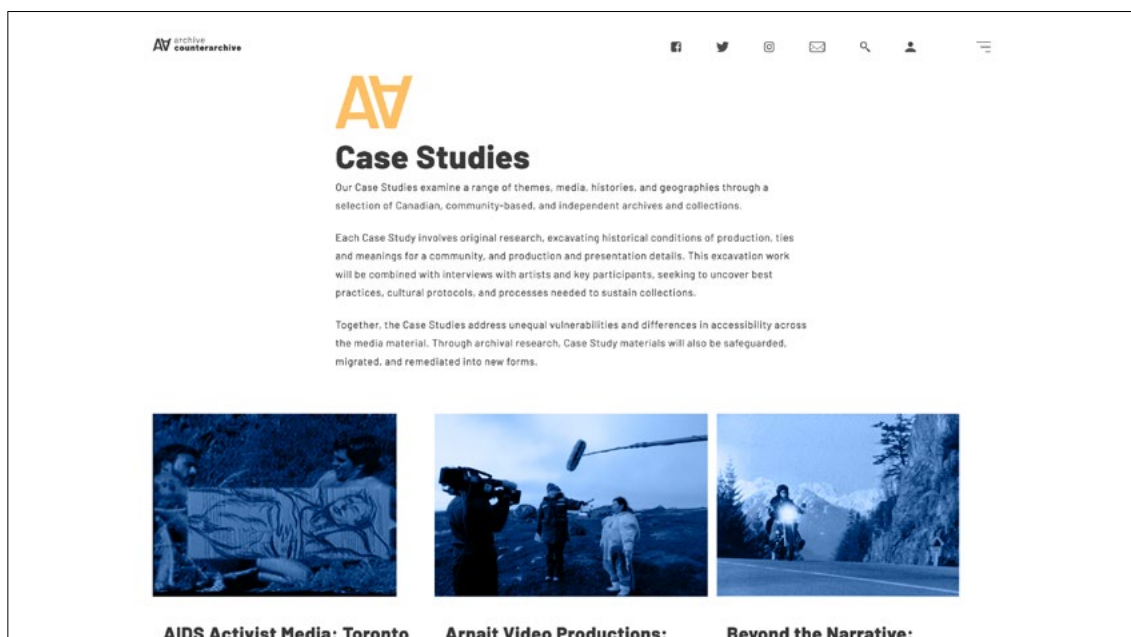


Fig.2 - Captura de ecrã da interface do site *Archive Counter-Archive* [<https://counterarchive.ca/>].

Por outro lado, o “*black archives sweden*” é um projeto que surge da constatação da falta de representação da comunidade sueca afrodescendente e africana residente na Suécia, nos arquivos oficiais, apresentando-se como uma contra proposta, um contra-arquivo. Centrado nas experiências e narrativas destas comunidades, destina-se principalmente às mesmas, entendendo o arquivo como um espaço de invisibilidade de conteúdos, ao mesmo tempo que o projeta enquanto local de partilha, aprendizagem e imaginação de outras realidades e condições futuras.

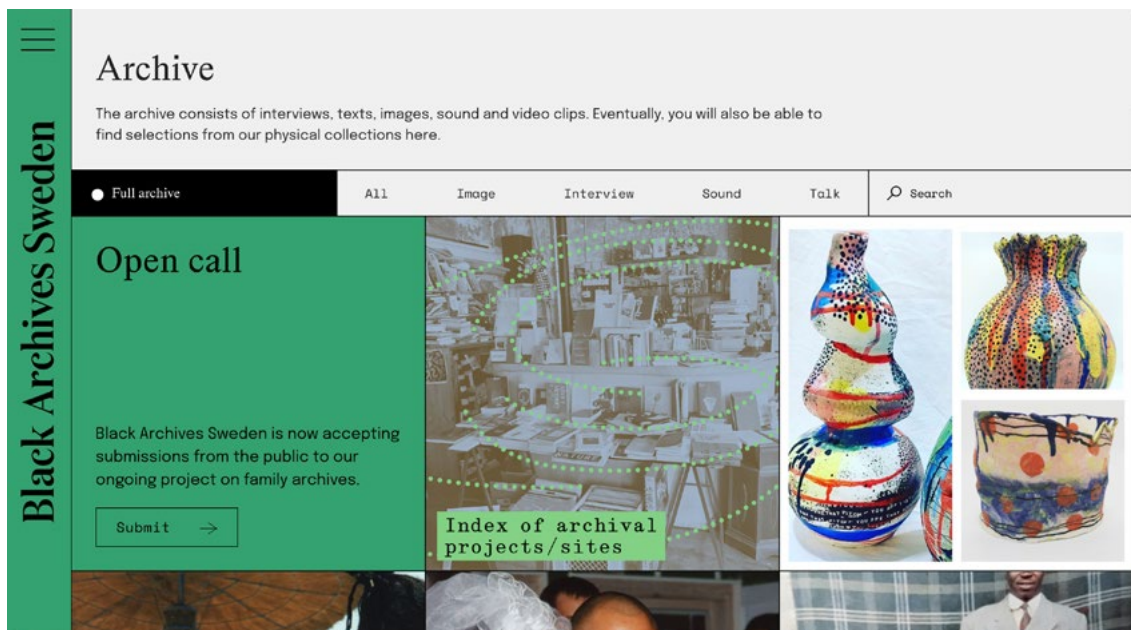


Fig.3 - Captura de ecrã da interface do site *Black Archives Sweden* [<https://www.blackarchivessweden.com/>].

4. DAS MARGENS PARA O CENTRO

Como discutido até então, os arquivos não só perpetuam desigualdades sociais, como são também instrumentos de opressão, ao operar dentro de sistemas de injustiça social, perpetuando-os. Nos capítulos anteriores identificou-se a descolonização do arquivo como meio para corrigir injustiças históricas e a promoção de justiça social no presente e futuro, que pode estar na base da construção de arquivos alternativos, que propõem novas formas de produção de conhecimento, como os contra-arquivos. Face a estas conclusões, podemos questionar: como é que o design pode estar envolvido neste processo? De que modo pode a prática do design operar perante registos de opressão, no sentido de trazer as comunidades que estão à margem, para o centro? O design pode envolver-se nesta problemática, através de uma prática crítica, o que não quer dizer necessariamente usar uma abordagem de design crítico³⁰. Neste capítulo explora-se esta abordagem concreta do design crítico, bem como outras dimensões e formas de criticalidade dentro do design e através do design. Investiga-se ainda a interseccionalidade³¹ enquanto postura teórica e constroem-se pontes entre a crítica no design e a interseccionalidade, de modo a tirarem-se conclusões sobre as questões previamente colocadas, que serão aplicadas na componente projetual que integra esta investigação.

4.1. Design crítico e descolonização do design

O design enquanto disciplina surgiu no séc. XIX, acompanhando a revolução industrial e o início da produção de bens em massa, e como parte de um sistema capitalista, que até hoje se mantém. O design era entendido como um serviço necessário à produção, responsável por desenhar os objetos que faziam parte do dia a dia das pessoas, sendo relevante para manter o sistema económico em funcionamento (Mareis & Paim, 2021, p.15). No início

30 O conceito de “design crítico” é abordado no sub-capítulo 4.1.; para mais desenvolvimentos sobre esta abordagem, ver páginas 49-51.

31 O conceito de “interseccionalidade” é abordado no sub-capítulo 4.2; para mais desenvolvimentos sobre esta postura teórica, ver páginas 60-63.

do séc. XX, no expoente máximo da produção e comunicação para massas, a ligação entre o design e as mudanças no mundo era percebida como uma ligação de causa-efeito, com uma escala colossal, particularmente tangível (Lorusso, 2021). Atualmente esta ligação não é tão veemente: apesar do design continuar a operar numa sociedade capitalista, há uma maior consciência sobre a produção que é levada a cabo, bem como dos seus efeitos. Além disso, tem vindo também a notar-se um interesse entre os designers na dimensão crítica da sua prática, um interesse transversal às várias disciplinas de design e que tem sido profundamente teorizado (Mazé, 2008). Existem várias denominações recentes que se vão tocando nesta ideia de dimensão crítica no design, como o design especulativo, o design social, o design ativista, entre outras, sendo que para esta análise será utilizado apenas o conceito geral de design crítico, abrangendo estes vários campos, que partilham a mesma visão: o design é capaz de operar para lá dos limites comerciais e tem capacidade de promover mudanças políticas e sociais (Matos, 2022).

O termo “design crítico” foi primeiramente introduzido por Anthony Dunne, que o definiu como uma abordagem à prática do design que “usa propostas de design especulativo para desafiar os limites pressupostos, preconceitos e ideias sobre o papel que os produtos desempenham na vida quotidiana” (apud Martins, 2014, p.3)³². A disciplina de design crítico pode envolver diferentes modos de criticalidade, que Ramia Mazé explora no seu texto “Critical of What” (2008)³³. Nesta publicação, a autora aponta a crítica face à prática individual como o primeiro destes modos, o que envolve uma reflexão sobre a prática de design e a construção de uma identidade própria, que frequentemente exige uma contextualização e recontextualização do trabalho individual. O segundo modo de criticalidade diz respeito a uma crítica ao design em geral, questionando a própria disciplina, os seus métodos, a sua cultura, os seus paradigmas ou os contextos em que opera. Através deste questionamento, identificam-se as preocupações da disciplina, e é possível construir ou atualizar o discurso da mesma. Por último, Mazé refere a possibilidade do design se poder dirigir a problemáticas sociais e políticas como outra forma de criticalidade, considerando que se podem utilizar as ferramentas e plataformas de que o design dispõe, para desen-

32 No original: “(...) uses speculative design proposals to challenge narrow assumptions, preconceptions and givens about the role products play in everyday life” (trad.livre).

33 Este texto integra a publicação *The Reader*, e esteve também na origem da exposição *Forms of Inquiry* (2007), na London’s Architectural Association.

volver críticas a assuntos que acontecem fora do campo desta disciplina. Ao contrário dos modos anteriores, aqui o design não é o objeto de crítica, mas um vetor através do qual se critica uma situação externa.

As várias práticas mencionadas anteriormente (design especulativo, social, etc.) podem ser englobadas neste terceiro modo de criticalidade, e é sobre ele que muitas das escolas europeias de design se têm debruçado nos últimos anos, incentivando os alunos a usarem o seu trabalho para se envolverem em problemáticas sociais durante e após a conclusão dos seus estudos. Apesar de ser uma proposta encorajadora, que vê nos designers a capacidade de concretizar projetos que podem de facto fazer a diferença, está também envolta em privilégios, tornando-se inacessível à maior parte dos praticantes, como será discutido posteriormente. Além disso, como qualquer prática de design, tem raízes num contexto histórico imperialista, pós-guerra, marcado por um pensamento eurocentrista (Mareis & Paim, 2021). Desta forma, a prática crítica e consciente de design, usando ou não uma abordagem de design crítico, terá de envolver uma reflexão e um confronto das políticas, dos artefactos, dos sistemas e práticas que o design produz, contestando o passado de forma a poder projetar-se um futuro mais justo, inclusivo e plural.

4.1.1. Privilégio subjacente ao design crítico

Durante as últimas décadas, temos vindo a assistir a um aumento do interesse no carácter cultural e social da disciplina de design, influenciando o desenvolvimento da investigação através, de, e para o design, e dos vários campos que a disciplina engloba, destacando-se entre estes a abordagem de design crítico (Martins, 2014, p.2). Esta abordagem reconhece o design enquanto ferramenta de transformação social e política, sugerindo uma atuação da disciplina fora da esfera comercial, porém, é uma prática que continua a circular dentro de um ambiente exclusivo, existente através de uma conjuntura sócio-económica que a própria disciplina tem demorado a confrontar. A prática de design crítico é exclusiva a um grupo minoritário de designers que tem a possibilidade de levar a cabo um trabalho independente, projetos de investigação ou autopropostos, mas a maioria dos designers

trabalha por conta de outrém e está dependente das relações com os clientes e com a sua agência de trabalho para garantir a sua sobrevivência (Matos, 2022). Desta forma, apesar de cada vez mais ser incutido nas universidades ocidentais um pensamento crítico na prática de design, esta abordagem é mais facilmente aprofundada dentro do contexto académico do que depois no mercado laboral. Como Luiza Martins menciona (2014, p.9), também os projetos de design que resultam da atividade crítica de design, circulam essencialmente dentro de ambientes académicos, de galerias ou museus, ficando aquém do seu potencial gerador de reflexão e discussão de problemáticas, como a desigualdade de género, a opressão de grupos minoritários em detrimento do privilégio de classes dominantes, entre tantos outros. Estes projetos deveriam ter vida própria, ser partilhados, comentados, questionados e criticados, de forma a tornarem-se culturalmente relevantes; se circularem apenas em ambientes fechados e elitistas, ficarão aquém do seu potencial, tal como a crítica e a discussão que propõem. Tanto a teorização como a própria prática de design crítico são munidas de privilégio, visível pelos ambientes em que esta abordagem circula, pela caracterização das pessoas que a praticam, pela realidade laboral que coaduna ou pela herança histórica que carrega. É relevante confrontar este privilégio, pois a sua compreensão “é essencial para construir um discurso teórico verdadeiramente capaz de ultrapassar a injustiça. O problema reside na dificuldade dos privilegiados em compreender o seu próprio privilégio, pois o privilégio existe precisamente porque é invisível para aqueles que dele beneficiam” (Martins, 2014, p.6)³⁴.

O design crítico é uma abordagem particularmente teorizada e praticada nos países ocidentais, existindo um domínio e uma visão muitas vezes universal do campo profissional e académico por parte destes países (Mareis & Paim, 2021, p.11). No período pós guerra, desenvolveu-se uma visão do design generalista. Em muitos destes países ocidentais, havia um esforço em estabelecer ideais e normas para a disciplina, baseadas numa visão eurocêntrica tendenciosa. Aspetos refletores da diversidade social como o género, a orientação sexual, a classe, a origem social, entre outros, foram frequentemente ignorados na história, nas pedagogias, nas práticas e nos objetos criados pelos designers (Mareis & Paim, 2021, p.11). Foi neste contexto ocidental, dominado por homens brancos, que se

34 No original: “(...) is essential in order to build a theoretical discourse capable of truly overcoming injustice. The problem lies in how difficult it is for the privileged to understand their own privilege, for privilege exists precisely because it is invisible to those who benefit from it.” (trad.livre).

estabeleceu a definição de “bom design” (resumido em princípios como: ‘a forma segue a função’, ‘menos é mais’), que até aos dias de hoje é vista frequentemente como o ‘objetivo’” (Neidhardt & Baumgarten, 2020, p.1)³⁵. Segundo Luiza Martins (2014, p.5), todo este contexto reflete-se na teoria e prática de design, bem como na abordagem do design crítico, que mantém uma postura paternalista, classista e egocêntrica, herdada da sua história. Apesar de existir atualmente uma maior visibilidade e inclusão social de comunidades marginalizadas como as relacionadas com os grupos LGBTQIA+, os migrantes, as pessoas com deficiência, entre outras, o campo do design continua assente em estruturas institucionais heteropatriarcais que estão profundamente enraizadas, tanto na educação como na prática da disciplina, e isso vê-se nomeadamente na falta de diversidade existente nas instituições de ensino, entre pessoal docente e alunos (Mareis & Paim, 2021, p.13).

Sendo o design crítico uma abordagem que circula predominantemente no contexto académico, particularmente nos países ocidentais, é pertinente refletir sobre o ensino de design nestes espaços. Como se podem contrariar as estruturas heteropatriarcais, classistas e imperialistas da disciplina de design através do próprio ensino da disciplina? Vários autores mencionam o uso de pedagogias feministas como forma de questionamento da disciplina e da sua herança sociocultural, nomeadamente Griselda Flesler (Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, p.224), que acredita que o uso destas pedagogias e estratégias no ensino de design pode alterar as relações de poder, fazendo os alunos refletir sobre como se posicionam hierarquicamente, a partir do seu lugar e subjetividade, modificando o seu processo de design:

“A integração de uma lente de género na educação em design orientada para as competências, permite estabelecer ferramentas teóricas adequadas para compreender a formação sociocultural de estereótipos de género, bem como o desenvolvimento de um design situado e não padronizado, o que leva a um processo de concepção que considera as diferenças sociais e as desigualdades estruturais.”³⁶

35 No original: “(...) good design (summarized in principles such as: “form follows function”, “less is more”), which is to this day very often understood as “objective”.” (trad. livre).

36 No original: “Integrating a gender lens into the skills-oriented field of design education allows us to establish adequate theoretical tools for, on the one hand, understanding the sociocultural formation of gender stereotypes, and on the other, developing situated and nonstandardized designs. This leads to a design process that considers social differences and structural inequalities.” (trad. livre).

O termo “pedagogia feminista” engloba uma filosofia e um conjunto de práticas no ensino e no contexto da sala de aula, guiadas pela teoria feminista e pelos princípios do feminismo³⁷. Pode ser visto como um “movimento contra as práticas educacionais hegemônicas que aceitam tacitamente ou reproduzem veementemente uma ordem social opressivamente sexista, classista, racista e androcêntrica” (Crabtree, Sapp & Licon, 2009, p.4)³⁸. As pedagogias feministas promovem ainda a compreensão das relações sociais de poder e incentivam a reflexão sobre as mesmas, entendendo as relações como produtos das práticas diárias nas quais todos os seres humanos estão envolvidos (Harmat, 2020, p.25). O principal objetivo destas pedagogias passa por transformar o pensamento em reação, começando pelo aumento da consciência social dentro das salas de aula, que deverá impulsionar a ação, transformação e responsabilização social. As pedagogias feministas, ou como Megan Boler (apud Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, p.205) intitula, pedagogias de desconforto³⁹ permitem, no caso do ensino do design, reconhecer que o discurso eurocêntrico (patriarcal, heteronormativo, classista, imperialista) domina a discussão na educação do design, o que terá impacto depois na prática da disciplina, ao mesmo tempo que desafiam os futuros designers a confrontarem a sua própria posição social e as relações sociais de poder que os rodeiam. Este processo de observação e de desconstrução, permite a tomada de uma posição política, trazer o foco para as vozes que estão à margem e desta forma, desafiar os paradigmas do design e os cânones estabelecidos (Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, p.206). Mesmo se depois na prática profissional dificilmente se desenvolvem apenas projetos de design de cariz mais social, político, com um fundo crítico e que vêm desafiar os cânones no design, existe pelo menos uma maior consciência individual e/ou coletiva, bem como sobre a própria disciplina, fomentada ao longo do processo de ensino, que se refletirá na prática individual dos

37 Para um melhor entendimento do conceito de feminismo, apresenta-se uma citação da autora bell hooks, que de forma assertiva, resume o conceito teórico: “O feminismo é uma luta que pretende acabar com a opressão sexista. É, portanto, uma luta que visa erradicar a ideologia de dominação que se difunde na cultura ocidental a vários níveis, bem como um compromisso de reorganização da sociedade para que o desenvolvimento de cada um prevaleça sobre o imperialismo, a expansão económica e os desejos materialistas” (2022, p.67).

38 No original: “(...) a movement against hegemonic educational practices that tacitly accept or more forcefully reproduce an oppressively gendered, classed, racialized, and androcentric social order.” (trad.livre).

39 Megan Boler refere o termo “pedagogias de desconforto” no seu livro “Feeling the Power”, descrevendo-as como métodos de ensino que incentivam a análise crítica dos valores e crenças enraizados nos seres humanos, sendo que este desconforto poderá levar a experiências e sentimentos desconfortáveis, tanto para os alunos como para os professores.

designers nos vários projetos em que se envolvam, independentemente do seu cariz mais ou menos crítico e ativista.

4.1.2. O design também marginaliza?

A disciplina de design carrega em si uma herança modernista e eurocêntrica, associada ao período temporal e ao contexto espacial em que se começou a desenvolver. Mas de que forma é que esta herança se reflete ainda na teoria e prática de design nos dias de hoje, e de que modo contribui para a perpetuação de injustiças através da disciplina? Segundo Claudia Mareis e Nina Paim (2021, p.16), “o aparente progresso modernista, desde o iluminismo à revolução industrial, só foi possível através de uma colonização de largo alcance, ou seja, não apenas de recursos naturais, mas também de subjetividade, de conhecimento, de corpos, género, sexualidade, práticas culturais e estéticas”⁴⁰, e a disciplina de design alimentou esta crescente e assimétrica globalização, tanto através do seu pensamento, como da sua produção prática. Desta forma, encontra-se profundamente ligada ao poder colonial e conseqüentemente, ao racismo, a estruturas de poder sociais, de privilégio e de desigualdade, e à exploração capitalista, sendo sempre uma prática socio-cultural (Mareis & Paim, 2021, pp.11-12). A ligação entre este contexto histórico dentro do qual a disciplina de design emergiu e a própria disciplina, torna-se mais clara ao olharmos por exemplo para a história e ensino do design, onde é evidente a sub-representação de grupos minoritários, como as mulheres, população indígena ou africana, entre outras comunidades, que têm vindo a ser marginalizadas ao longo dos tempos. Dentro das próprias instituições de ensino, consideradas lugares de produção de conhecimento, encontramos uma enorme falta de diversidade social, há uma dificuldade de acesso e conseqüente exclusão de grupos sociais e, dessa forma, o próprio conhecimento que é produzido nestes espaços é parcial e enviesado, apesar de ser considerado como conhecimento geral e universal (Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, pp.211-213).

40 No original: “Modernity’s apparent progress, from the Enlightenment to the Industrial Revolution, was only possible via far-reaching colonization – not only of natural resources, but also of subjectivity and knowledge, bodies, gender, and sexuality, cultural practices and aesthetics.” (trad.livre).

E se, segundo a professora Griselda Flesler (Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, pp.209-210), a introdução do paradigma modernista foi útil na criação de um campo inexplorado em países não ocidentais como a Argentina, também se tornou um modelo de exclusão e neutralização de tradições e modos de projetar locais, sedimentando um pensamento eurocêntrico mesmo em lugares não ocidentais. As tradições seletivas do design ocidental continuam a ter impacto nos currículos acadêmicos e na forma como a disciplina é entendida dentro das comunidades acadêmicas, tanto nos países europeus como nos países não europeus, perdendo-se práticas e formas de conhecimento que vão sendo apagadas pela narrativa dominante. Sasha Costanza-Chock (2021, p.342) sugere que se tragam para o centro do debate histórias alternativas do design e da tecnologia, de forma a mais facilmente se recuperarem e centrarem as pessoas, práticas e conhecimentos não contemplados nos cânones do design. É essencial também que se cultive o entendimento e percepção de que a forma como os indivíduos se vêem, como vêem o mundo e a disciplina de design, tem sido moldada pela cultura dominante – uma cultura patriarcal, eurocêntrica, branca, heteronormativa, machista, entre outros aspetos (Neidhardt & Ober, 2021, p.206).

Fora dos espaços acadêmicos e olhando para a prática de design, é possível perceber também que a maioria dos processos de design reproduz desigualdades estruturadas pela *matriz de dominação*⁴¹ – um modelo que entende a raça, a classe e o género como sistemas interligados de opressão, e que colocam cada indivíduo numa localização diferente dentro da mesma matriz, de acordo com as suas características. Os princípios e práticas universalistas de design, tal como o olhar através de um único eixo de justiça ao longo do processo de design (consideração de questões como a raça ou o género de forma isolada), exclui determinados grupos de pessoas, principalmente os que se encontram numa posição de maior desvantagem dentro da matriz, e acrescenta-se ainda que “a maioria dos processos de design são estruturados de forma a tornar impossível ver, envolver, explicar, ou tentar remediar a distribuição desigual de benefícios e desvantagens que os

41 O termo “matriz de dominação” está intimamente ligado ao conceito de interseccionalidade, mas é menos frequentemente utilizado nos dias de hoje. Cunhado pela investigadora e feminista negra Patricia Hill Collins, propõe um modelo conceptual que visa a reflexão sobre como o poder, as penalidades, a opressão ou o privilégio são sistematicamente distribuídos (Costanza-Chock, 2021, pp.337-338).

mesmos reproduzem”⁴² (Costanza-Chock, 2021, p.337). Dessa forma, o design perpetua muitos sistemas estruturais de opressão, contribuindo para a concretização e disseminação do poder e privilégio, bem como da injustiça social. É imperativo questionar os objetos e sistemas desenhados, de forma a compreender as interações que geram e de que forma estas podem contribuir para a manutenção dos sistemas estruturais opressivos, bem como revisar o passado e a herança da disciplina de design, que mesmo a abordagem de design crítico tem tido dificuldade em fazer, ficando aquém do seu potencial de criticalidade e transformação. Dessa forma, é possível construir uma teoria e prática de design mais justas, de forma a trazer as comunidades à margem para o centro, ao invés de continuar a contribuir para a sua posição marginal.

4.1.3. Descolonização do design

Atualmente assistimos a um rápido avanço tecnológico que impulsiona reestruturações sociais e culturais, mas o design continua a operar principalmente para a indústria, e dentro dos modelos da modernidade ocidental. Sendo o design uma atividade significativa na determinação da natureza destas mudanças estruturais, este é um momento crucial para repensar e imaginar instituições radicalmente diferentes bem como outras estruturas sociais, desconexas da tradição modernista e da narrativa colonial (Ansari & Kiem, 2021, p.162). Esta atitude implica divergir e contestar a coerência do poder colonial, conduzindo a uma ruptura e a uma descolonização tanto do pensamento, como da prática de design. Ramón Grosfoguel, sociólogo porto-riquenho, refere que o pensamento descolonial visa um “diálogo crítico entre diversos projetos epistêmicos / éticos / políticos críticos”⁴³ e ao construir este diálogo, promove um mundo mais plural, “compreendendo as perspectivas/cosmologias/pontos de vista epistemológicos dos investigadores críticos do Sul Global,

42 No original: “Most design processes today are therefore structured in ways that make it impossible to see, engage with, account for, or attempt to remedy the unequal distribution of benefits and burdens that they reproduce.” (trad.livre).

43 No original: “(...) critical dialogue between diverse critical epistemic/ethical/political projects” (trad.livre).

a partir de, e com, os espaços e corpos racial/étnica/sexualmente marginalizados”⁴⁴ (apud Mareis & Paim, 2021, p.16). Desta forma, uma abordagem descolonial de design procura “desvincular as suas práticas da tradição modernista, não de forma a acabar com a tradição na sua totalidade, mas para a situar enquanto uma só prática entre várias, capaz de fornecer dados importantes, mas exigindo simultaneamente uma crítica extensa”⁴⁵ (Mareis & Paim, 2021, p.17). O design para a descolonização passa pela projeção de condições materiais para que possam surgir novas ontologias, contrariando os cânones vigentes; pode significar abrir espaço de, ou ganhar espaço para, o reconhecimento de ideias e espaços que foram oprimidos, pensar de forma responsável sobre o espaço até à data dominante e, num contexto educativo, ensinar mais do que narrativas norte-americanas e europeias, considerando a diversidade de ideias e práticas (Khandwala, 2020).

Algumas abordagens de design têm surgido nos últimos anos, partindo desta visão descolonial, nomeadamente o design justo, transdisciplinar ou o design para a autonomia, que de alguma forma convergem com a abordagem de design crítico nesta ideia comum: o design pode ter um impacto social, cultural e político, através de uma prática consciente e crítica. O design justo, tal como o design crítico, questiona a forma como os objetos e sistemas desenhados distribuem riscos ou benefícios a vários grupos de pessoas, analisando de que modo o design reproduz, é reproduzido ou desafia a *matriz de dominação*, procurando uma distribuição mais igualitária dos benefícios da disciplina. Contempla ainda processos participativos e colaborativos na prática de design, reconhece as tradições, conhecimentos e práticas comunitárias, e procura produzir de acordo com ideais mais amplos de inclusão democrática e justiça social em todas as esferas, partindo de uma análise interseccional da *matriz de dominação* (Costanza-Chock, 2021). Por outro lado, o design transdisciplinar centra-se nas zonas de fronteira entre os sistemas de pensamento, pretende ampliar os cânones do pensamento de design, reconhecendo outras epistemologias e saberes, investigando modelos de pensamento não eurocêntricos. Esta abordagem entende a disciplina de design como um todo, ao invés de a compartimentalizar, e convida

44 No original: “(...) take[s] seriously the epistemic perspective/cosmologies / insights of critical thinkers from the Global South thinking from and with subalternized racial/ethnic/sexual spaces and bodies” (trad.livre).

45 No original: “(...) delink its practices from the modernist tradition, not to do away with this lineage entirely but to situate it as just one practice among a multitude, capable of providing insights while necessitating extensive critique.” (trad.livre)

outras disciplinas a discutir, a pensar e a agir em prol da descolonização, focando-se nos espaços de fronteira entre as várias áreas dentro do design, e entre o design e outras disciplinas (Abdulla, 2021). Por último, o design autónomo centra-se nas lutas de comunidades e movimentos sociais na defesa dos seus territórios contra a globalização, é caracterizado pelo seu esforço de criação de condições para a sustentação contínua das comunidades bem como pela agregação de outros ambientes cada vez mais globalizados. As suas intervenções são no sentido de projetar um mundo mais plural, desenhando formas de organização não-liberais, não-estatais e não-capitalistas, concebendo sistemas para fomentar economias mais diversas, ou pensando espaços para os projetos das comunidades, apoiando desta formas as lutas subalternas pela autonomia (Escobar, 2021).

Independentemente das diferentes nomenclaturas, todas estas abordagens partilham a valorização da colaboração no processo de design, bem como o reconhecimento e usufruto das práticas e conhecimentos comunitários nos processos de design. Neebinnaukzhik Southall, designer gráfico e ativista pela representatividade dos povos indígenas, considera que uma parte do processo de descolonização passa pelo reconhecimento do poder individual de escolha, de acordo com os valores de cada um, bem como pela abordagem nos relacionamentos, que deverá envolver respeito e partilha, defendendo ainda que para os designers concretizarem um bom trabalho de uma perspetiva descolonial, terão de incluir processos colaborativos no seu processo, pois sem colaboração não existe descolonização (Khandwala, 2020). Já Miguel Sanint, designer focado atualmente no desenvolvimento de projetos nas zonas rurais da Colômbia, menciona que a principal característica que um designer deve ter é a empatia, a capacidade de reconhecer o valor da outra pessoa, de aceitar o seu ponto de vista, que mesmo divergente, continua a ser correto (Khandwala, 2020). Sasha Costanza-Chock, designer e investigadora focada em processos colaborativos para distribuição de poder, refere que uma abordagem de design descolonial deve incluir pessoas externas no processo de design, como membros da comunidade onde o projeto está a ser desenvolvido ou trabalhadores aos quais o projeto se destina (Costanza-Chock, 2021, p.350). Todas estas questões são relevantes ao pensar a colaboração com a comunidade, acrescentando-se ainda que é relevante para a disciplina de design poder cruzar-se com outras disciplinas, adotando metodologias e práticas externas, e repensar as fronteiras que existem dentro da própria disciplina, devido à compartimentalização atual

do design (Abdulla, 2021). Passar estas fronteiras, entre as disciplinas de design e entre o design e outros espaços, permite encontrar conhecimentos alternativos, outras formas de expressão e de pensamento, gerando-se um envolvimento com diferentes epistemologias e perspectivas, que contribuem para a desconstrução do pensamento dominante e para o desenvolvimento de uma postura e prática descolonial de design (Abdulla, 2021).

4.2. Interseccionalidade enquanto postura teórica

O termo “interseccionalidade” foi cunhado em 1989, pela investigadora negra e feminista Kimberlé Crenshaw, de forma a descrever as interseções, cruzamentos e sobreposições entre a raça, a classe, o género, e outras características identitárias, que colocam cada indivíduo numa posição social particular. A interseccionalidade pode ser vista como uma ferramenta analítica bem como uma forma de investigação ou prática crítica, visando descrever a complexidade existente no mundo, nas pessoas e nas múltiplas experiências individuais (Mareis & Paim, 2021, p.13). O olhar para as diferentes formas de opressão a partir de vários eixos, de forma interseccional, contrariando assim a habitual compartimentalização dos vários sistemas opressivos, tem na sua base o pensamento feminista negro, que veio reconceptualizar a raça, a classe e o género como sistemas interligados, que são frequentemente experienciados por indivíduos que existem nas interseções dos mesmos (Costanza-Chock, 2021, p.335). Desta forma, a interseccionalidade é considerada uma das mais importantes contribuições teóricas provenientes do movimento feminista. Atualmente compreendida como uma postura teórica, tem tido grande relevância no desenvolvimento de discursos sólidos e inclusivos, que permitam analisar as desigualdades sociais profundamente enraizadas (Martins, 2014, p.6).

4.2.1. Opressão compreendida à luz das teorias da interseccionalidade

A abordagem interseccional está intimamente ligada ao movimento feminista. Este último, surgiu no final da década de 1960, começando por um conjunto de encontros entre mulheres americanas, maioritariamente brancas e pertencentes a uma classe burguesa, que questionavam e se revoltavam coletivamente contra o sexismo. As mulheres brancas dominavam o movimento feminista e as mulheres negras sentiam-se necessárias para o legitimar, mas não eram vistas nem tratadas como semelhantes, dado que o princípio fundamental do pensamento moderno feminista passava pela afirmação de que todas as mulheres eram oprimidas. Este pensamento pressupunha que não existia uma diversidade de experiências determinantes do poder opressor do sexismo na vida de cada mulher, experiências estas variáveis consoante a classe, raça, religião, entre outros fatores (hooks, 2022). As mulheres negras experienciavam frequentemente violência por parte de homens, como produto tanto do racismo como do sexismo, mas sentiam-se à margem do discurso e prática dos movimentos antirracista e feminista, desenvolvendo posteriormente o pensamento feminista negro (Costanza-Chock, 2021, p.337). A autora e teórica feminista bell hooks, escrevia em 1984 sobre a necessidade de existir uma ideologia emancipadora que pudesse ser partilhada por todos, para que o movimento feminista se pudesse desenvolver: “esta ideologia revolucionária só pode ser criada se as experiências das pessoas que estão à margem, que sofreram opressão sexista e outras formas de opressão de grupo, forem compreendidas, analisadas e integradas” (hooks, 2022, p.305). A autora já na altura reforçava esta necessidade de partilha e escuta das experiências do outro, da importância de se compreender de que forma este era oprimido e experienciava diferentes formas de opressão, referindo:

“O pilar da futura luta feminista tem de assentar, de maneira sólida, no reconhecimento da necessidade de erradicação da base cultural subjacente e das causas do sexismo e de outras formas de opressão dos grupos. Sem contestar e mudar estas estruturas filosóficas, nenhuma reforma feminista terá impacto a longo prazo.” (2020, p.79)

O pensamento feminista negro veio enfatizar a importância do movimento feminista se desconectar de um pensamento identitário redutor, debruçando-se sobre as várias experiências opressivas e de resistência, que existiam pela interseção de vários sistemas sociais e culturais. Em 1989, Kimberlé Crenshaw introduz então este termo “interseccionalidade”, que vinha exprimir as ideias já anteriores de teóricos como bell hooks, bem como a linha de pensamento do feminismo negro. A interseccionalidade veio descrever a forma como a injustiça social opera em múltiplos cruzamentos, tanto a nível pessoal, como social ou institucional, refletindo as dinâmicas de estagnação e mudança de valores, atitudes, autoperceção e perceção exterior, e de distribuição, redistribuição e acesso a bens e serviços (Wallace, 2020, p.28). A interseccionalidade é uma “lente através da qual é possível entender como os sistemas em funcionamento prejudicam aqueles que não são brancos e/ou homens brancos, pois estes sistemas têm vindo a favorecer historicamente três classes de indivíduos que se cruzam: pessoas brancas, homens brancos, e homens; e a maior parte dos sistemas continua a privilegiar aqueles que detêm estas identidades, que são historicamente, culturalmente e economicamente dominantes”⁴⁶ (Rittner, 2022, p.21). Olhar as injustiças sociais de forma interseccional é fundamental para questionar a natureza do homem e das relações sociais, a distribuição de recursos, poder, direitos, acessos e oportunidades, e de que forma são tomadas as decisões acerca desta mesma distribuição (Wallace, 2020, p.39). Permite compreender os sistemas discriminatórios como fruto do colonialismo e imperialismo, da difusão de ideais e epistemologias eurocêntricas e patriarcais, entendidas como universais e que até aos dias de hoje, se encontram profundamente enraizados nas sociedades (Mareis & Paim, 2021, p.16). A noção de interseccionalidade vai além das identidades, trata-se de uma interseção de lutas para lá das fronteiras, pois como dizia Martin Luther King (apud Davis, 2020, p.156), “a justiça é indivisível. A injustiça em qualquer parte do mundo é uma ameaça para a justiça em todo o mundo”.

Também no campo do design se tem assistido a uma crescente preocupação e envolvimento nas diversas e complexas dimensões de crises mundiais e que se interseccionam, como a pobreza, desigualdade social, crise energética ou ambiental. Assistimos atualmente ao

46 No original: “It is a lens through which we can understand how built systems functionally disadvantage those who are not white and/or white males because those systems have historically advantaged three specific, intersecting classes of individuals—white people, white males, and males; and most systems continue to privilege those who hold those historically, culturally- and economically-dominant identities.” (trad.livre).

emergir de um espaço transnacional, que apesar de estar maioritariamente centralizado nos países orientais, se vai espalhando a outras partes do mundo, espaço este que visa efetivamente problematizar a inserção da disciplina de design nas relações globais de poder e dominação. Este olhar interseccional dentro da disciplina de design permite questionar o papel do design dentro da matriz de poder colonial, dentro do eurocentrismo, modernismo e do sistema capitalista, existindo uma preocupação crescente com a mudança de paradigma da disciplina e da sua ação dentro do panorama social, político e económico (Escobar, 2021, pp.26-27).

4.3. Design para a diversidade: permeabilidade do design à interseccionalidade

A disciplina de design segue usualmente princípios e práticas universais, que não consideram os indivíduos em maior desvantagem dentro da *matriz de dominação*, e mesmo quando a desigualdade social é tida em conta no processo de design, por norma é baseada num só eixo de discriminação, como a raça ou o género. Se fatores como o género, a orientação sexual, a religião, entre outros, não forem especificados numa fase inicial do desenvolvimento projetual, o utilizador do objeto/serviço imaginado é tendencialmente parte do grupo social dominante, e não necessariamente de forma intencional, mas devido a forças estruturais, como o facto dos recursos alocados aos projetos de design terem em conta o potencial lucro e consequentemente, existir um maior interesse em desenvolver projetos que satisfaçam os grupos sociais de classe mais alta (Costanza-Chock, 2021). Os objetos e sistemas desenhados têm em si codificadas formas de opressão que se interseccionam, incluindo a supremacia branca, heteropatriarcado, capitalismo e colonialismo, e ao assumirem os valores que envolvem estas estruturas, também os reproduzem. As interseções e questões de identidade também vão para além dos objetos ou sistemas produzidos pelo design, são sentidas pelos próprios designers, pois existindo uma preferência estética pelo modernismo europeu, há uma busca por aceitação que envolve a procura por esta mesma estética, mesmo quando os designers não se revêem necessariamente neste sistema, por exemplo, quando a sua identidade não encaixa naquela que se define por normativa. Incorporar uma lente interseccional no campo do design não requer que

os designers não brancos, homens, ocidentais ou pertencentes a uma classe médio-alta, rejeitem o modernismo europeu; permite apenas identificar como a disciplina privilegia essa visão estética, marginalizando as outras que dela divergem (Rittner, 2022, pp.22-23).

A abordagem de design crítico, apesar de propor uma dimensão crítica no exercício do design, continua a ser desenvolvida num contexto ocidental, de privilégio, e beneficiária de uma reformulação à luz das teorias do feminismo e da interseccionalidade, bem como de uma maior permeabilidade às ideias e intenções de abordagens mais recentes como o design justo, transnacional, descolonial ou autónomo, que surgem de lugares de dominação e espelham essas mesmas circunstâncias. Recuperando o segundo modo de criticidade identificado por Ramia Mazé (2008), o design poderia passar por uma crítica à própria disciplina, questionando as suas dimensões sociais e políticas, a sua cultura e paradigmas. Incluir o pensamento feminista interseccional nesta revisão da disciplina, permitiria uma nova forma de pensar as condições em que os objetos e sistemas são projetados, compreendendo o design enquanto prática social e cultural, que cria espaços e significados (Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M., 2021, pp.208-209). Luiza Prado Martins (2014, p.7) acredita que abordar as questões de discriminação, através de uma perspectiva interseccional, é essencial para desenvolver o projeto original do design crítico, compreendendo a opressão como uma experiência individualizada e empoderando os indivíduos atingidos por esta. A teoria feminista e interseccional tem na sua génese valores democráticos, como a liberdade, a dignidade humana e a justiça. Incorporá-la na prática de design significa inevitavelmente examinar criticamente a disciplina e reformulá-la (Neidhardt & Baumgarten, 2020, p.2). A interseccionalidade incita o pensamento analítico que, empregue no design crítico, permitiria compreender melhor e de forma mais integrada, de que modo os objetos e sistemas produzidos propagam diferentes formas de opressão (Martins, 2014, p.7). A mediação de objetos nas nossas interações diárias com outros indivíduos é construída sobre hierarquias complexas de poder, e a perspectiva interseccional tem potencial para refletir sobre estas hierarquias, expô-las, e possivelmente alterá-las (Martins, 2014, p.9).

A interseccionalidade entre abordagens de design também é relevante para pôr em prática o projeto original de design crítico, ao permitir construir pontes transnacionais e conhecer

visões e experiências que vêm principalmente de lugares/identidades à margem, na tentativa de desconstruir e desafiar o paradigma ocidental dominante, como é o caso do design justo, transdisciplinar ou design para a autonomia. Estas práticas já integram uma lente interseccional, partindo do entendimento dos vários lugares dentro da matriz de dominação, para o desenvolvimento de propostas que empreguem valores opostos aos dominantes, e incluindo pessoas no processo de design que tenham experienciado as condições que o objeto/sistema a ser desenvolvido se propõe a mudar (Costanza-Chock, 2021). Estas abordagens valorizam a participação e o conhecimento das comunidades, procuram trazer as “margens para o centro”, contemplando as suas ideias e experiências, de forma a trazerem uma criticalidade à sua prática que vá de encontro às necessidades e dificuldades identificadas. As suas ideias seriam úteis à reformulação do design crítico, que, apesar de tudo, surge de um lugar diferente destas abordagens, de um lugar de domínio.

O design pode ser uma ferramenta disruptiva, pode trazer visibilidade a determinadas problemáticas sociais e políticas, mobilizando o *status quo*, porém a sua ação é limitada e exige outras formas de transformação social mais radicais (Flesler, 2021, p.219): “visto que todas as formas de opressão estão ligadas na nossa sociedade, por se apoiarem em estruturas institucionais e sociais semelhantes, não é possível erradicar um sistema e manter os outros intactos” (hooks, 2022, p.87). É imperativo transformar as condições sobre as quais o design opera, como a própria natureza da prática, os espaços em que esta se desenvolve e as condições sistémicas e estruturais sobre as quais assenta, para que esta possa atuar de forma crítica, consciente e descolonial (Ansari & Kiem, 2021, p.163).

(página intencionalmente deixada em branco)

II. CONTRA-ARQUIVO: INVESTIGAÇÃO PRÁTICA

1. CONTRA-ARQUIVO *A MOURARIA*

Contra-Arquivo *A Mouraria*⁴⁷ é o projeto prático resultante do estudo teórico desenvolvido ao longo desta investigação, e que procura implementar as conclusões apreendidas e apontadas durante a mesma. O projeto assume-se como um contra exemplo ao objeto principal de estudo desta investigação – o arquivo –, e entende-se como espaço alternativo de produção de conhecimento, revendo-se na abordagem enunciada pelo conceito contra-arquivo. Neste capítulo é apresentado o conceito do projeto, o processo levado a cabo desde a sua conceção à sua implementação, bem como os resultados práticos alcançados, por fim analisados.

1.1. Dimensão conceptual

Numa primeira fase de abordagem projetual, procurou-se regressar às questões de investigação levantadas inicialmente, bem como retirar conclusões da investigação teórica até aqui realizada, traçando objetivos e possíveis abordagens projetuais que pudessem dar resposta às questões iniciais, tendo em conta o estudo feito até aqui. O conceito do projeto foi sendo definido, num esforço constante de construção de pontes entre a teoria e a prática da investigação, bem como de procura pelo espaço de atuação do projeto. De forma a poder testar a aplicação do projeto num território concreto, tornou-se necessário começar nesta fase a delimitar geograficamente a sua área de atuação, apontando na fase seguinte para uma colaboração efetiva com a Associação Renovar a Mouraria, de forma a implementar a prática colaborativa que se procurava encetar.

47 O protótipo do contra-arquivo *A Mouraria* pode ser visualizado através do link www.contraarquivomouraria.com.

1.1.1. Descrição sumária

Ao longo da investigação teórica, procurou-se compreender o arquivo, o seu papel e impacto na sociedade, bem como os modelos e estruturas que lhe podem conferir forma, e que se expandiram com a introdução da *internet* e do espaço digital. O foco da investigação incidiu sobre as políticas de aquisição dos arquivos, a forma como beneficiam determinados registos em detrimento de outros, e o carácter político e de exclusão presente nesta seleção. Concluiu-se que as narrativas correspondentes a comunidades socialmente à margem são frequentemente desconsideradas nos arquivos, priorizando-se o armazenamento de registos relativos aos grupos dominantes na sociedade. Como consequência, consulta-se a história sob pontos de vista enviesados, perdem-se memórias sociais e culturais, negam-se espaços representativos, o que dificulta o acesso e construção de identidades, e perpetuam-se sistemas estruturais de opressão ou de exclusão já tão enraizados na nossa sociedade. Ao pensar estas problemáticas e o papel do artefacto enquanto possível resposta, questionou-se como o arquivo poderia promover justiça social através do seu discurso e da sua prática, e foi no modelo do contra-arquivo que se encontrou uma abordagem prática possível de resposta a esta questão. A construção de um contra-arquivo não só permitiria abrir um espaço de discussão acerca do arquivo, como também poderia ser um espaço de representação de *silêncios não naturais*. Ao trazer contranarrativas como conteúdo central, poderia colmatar lacunas de conhecimento e contribuir para a promoção da justiça social.

Seguidamente, procurou-se compreender de que forma a prática do design poderia operar perante registos negligenciados, no sentido de trazer as comunidades sub-representadas para o centro do contra arquivo. Através do estudo de práticas críticas de design, das suas raízes, limitações e possibilidades, foi no potencial de revisão do design crítico à luz de práticas de design não hegemónicas – design justo, transnacional, descolonial ou autónomo –, mas também das teorias da interseccionalidade, que se encontrou a abordagem e postura a adotar no desenvolvimento do projeto. Entendeu-se que a introdução do pensamento interseccional na prática de design crítico permite que este compreenda a opressão como uma experiência simultaneamente individual e coletiva, resultante da interseção de diferentes sistemas, reconhecendo o papel do design na propagação da opressão através

do desenho de sistemas e objetos e, conseqüentemente, propondo-se a contrariar este paradigma. Do cruzamento do design crítico com outras práticas alternativas de design previamente mencionadas, considerou-se fundamental a integração das experiências, visões, conhecimentos e práticas/tradições locais, de quem se encontra em posição de desvantagem na *matriz de dominação*, num processo de design colaborativo e horizontal.

1.1.2. Objetivos do projeto

Este projeto teve como principal objetivo o desenvolvimento de um arquivo digital que se apresentasse enquanto contra exemplo do arquivo convencional, nomeadamente ao nível do conteúdo, do seu discurso, e da discussão que propunha. Consideraram-se ainda como objetivos específicos: 1) a exposição de lacunas de informação presentes nos arquivos, dando voz e visibilidade a uma comunidade afetada pela existência destas mesmas lacunas; 2) o desenvolvimento de uma prática colaborativa com a comunidade que se visava representar, no caso deste projeto, com a mediação da Associação Renovar a Mouraria, que opera no terreno e contacta diariamente com esta mesma população, e 3) a construção de uma plataforma, em estado de protótipo, que pudesse servir a comunicação de várias experiências e comunidades residentes nos bairros marginalizados na área metropolitana de Lisboa.

1.1.3. Limitação geográfica

Numa primeira fase de conceção projetual, surgiu a necessidade de delimitar, sob um ponto de vista geográfico, a área de atuação do projeto. A escolha da área metropolitana de Lisboa deveu-se, não só a motivos práticos, nomeadamente a maior facilidade de aproximação ao território, como também pela própria história e herança cultural da cidade, com fortes marcas coloniais que delimitam de forma visível as “margens” e o “centro” urbano.

Como refere António Brito Guterres (Lança, 2020a), a área metropolitana de Lisboa é geográfica e socialmente colonial, e as marcas desta herança imperial estão presentes em toda a cidade, desde os símbolos históricos como o Padrão dos Descobrimentos, à própria toponímia da cidade, quando olhamos por exemplo para a nomenclatura de bairro dos “Navegadores”, atribuída a um bairro de realojamento de população racializada. Segundo o investigador, existe uma relação direta entre o crescimento populacional e geográfico, e o processo pós-colonial, que se vê nas formas e funções coloniais que o território foi adotando. Como menciona José Baessa de Pina (Lança, 2020b), antes dos anos 1970 falava-se de uma “Lisboa Africana”, mas nos anos seguintes, as comunidades africanas foram sendo encaminhadas sobretudo para as periferias da cidade, onde se encontram maioritariamente até aos dias de hoje. Esta configuração colonial da cidade reproduz práticas coloniais, e a segregação existente entre comunidades reforça esta mesma continuidade.

Mas não só nas periferias encontramos comunidades segregadas. Em 2015, António Brito Guterres apresentou no TEDxLisboa um levantamento territorial da área metropolitana de Lisboa, onde identificava os bairros considerados pelos institutos públicos e câmaras como prioritários, vistos como os “bairros perigosos” pela polícia e comunicação social, sendo alvo de marginalização dentro da teia urbana. Estes bairros eram essencialmente

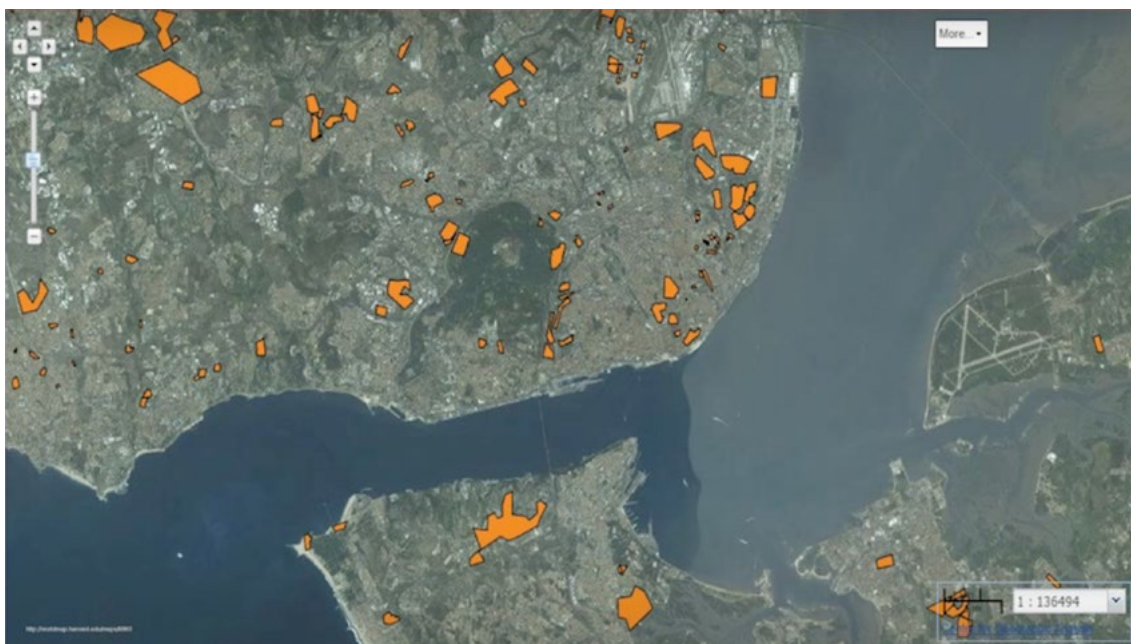


Fig.4 - Captura de ecrã de um mapa apresentado por António Brito Guterres, no contexto do TEDxLisboa, 2015.

bairros de realojamento, de gênese ilegal, vilas operárias e bairros históricos. Outros fatores que eram tidos em conta nesta classificação, eram essencialmente o tipo de habitação predominante, o número de habitantes migrantes – se era ou não superior à média da região –, o grau de escolaridade, a taxa de empregabilidade, entre outros critérios.

Como se pode observar no mapa, no próprio centro urbano existem bairros “prioritários” ou “perigosos”, sendo que a maioria são bairros históricos ou zonas de venda livre, mas de valor imobiliário baixo. Este levantamento abre uma série de possibilidades projetuais, que foram posteriormente afinadas ao longo do desenvolvimento do projeto⁴⁸, escolhendo-se por fim desenvolver um protótipo de contra-arquivo sobre o bairro da Mouraria, com a intenção de que o modelo pudesse futuramente ser aplicado a qualquer outro bairro sinalizado.

A Mouraria é um bairro com mais de 900 anos de história, que tem esta particularidade histórica de ter sido um espaço de divisão entre mouros e portugueses, durante o reinado de D. Afonso Henriques. Esta ideia de divisão persistiu no território durante muitos anos, pois era considerado um lugar sujo, inseguro, pautado pela pobreza e criminalidade. Mesmo sendo um bairro extremamente central e de grande relevo histórico e patrimonial, pela sua associação ao nascimento do fado e à Severa, foi alvo de marginalização pelos motivos anteriormente referenciados. Atualmente, mesmo com uma identidade diferente devido ao grande fluxo migratório que foi chegando ao bairro e que consigo, trouxe uma série de novos costumes e culturas, continua a ser alvo de estigmas e preconceitos. Geograficamente, a Mouraria é um bairro central, mas de um ponto de vista social, cultural e mesmo económico, permanece um território marginalizado, enfrentando uma série de problemáticas como a gentrificação, a falta de condições de habitação, difíceis acessos ao mercado de trabalho e barreiras de inclusão social, que afetam principalmente a população migrante e que constitui uma grande percentagem desta comunidade nos dias de hoje.

48 As metodologias adotadas de forma a chegar à definição final do território a representar no projeto, podem ser consultadas no sub-capítulo 1.2; págs. 72-74.

1.2. Dimensão processual

Definido o âmbito do projeto e os seus objetivos basilares, e após uma primeira delimitação geográfica do seu campo de atuação, procedeu-se a uma definição das metodologias e práticas a implementar para o seu desenvolvimento, de modo a atingir os objetivos autopropostos. De um ponto de vista metodológico, entendeu-se que seria importante uma pesquisa inicial, de forma a levantar hipóteses de colaboração que facilitassem a implementação do projeto, seguida do estabelecimento de critérios de seleção, que seriam posteriormente confrontados com os resultados das entrevistas, conduzidas na fase seguinte. Tendo já sido considerada essencial a inclusão e envolvimento da comunidade no processo de design, tão relevante em práticas de design não hegemónicas, entendeu-se que o trabalho de campo também seria fulcral para a concretização deste projeto. Neste capítulo descreve-se a forma como estas metodologias foram postas em prática de modo a chegar a um protótipo final, posteriormente apresentado e analisado no capítulo seguinte.

1.2.1. Pesquisa inicial

Tendo em conta os tempos da investigação e o objetivo inicial de envolver a comunidade que se visava representar no desenvolvimento do próprio projeto, era imperativo estabelecer uma ponte, nomeadamente através da colaboração com uma organização local, ou com um mediador comunitário, que facilitasse o contacto com a mesma. Uma vez que, em termos práticos (tendo em conta as limitações temporais da presente investigação), não haveria a possibilidade de contactar com toda a comunidade, esta colaboração também permitiria o acesso às experiências e realidades locais, observadas e experienciadas por uma figura mediadora ou organização, que trabalhasse diretamente no terreno e em contacto com os moradores. Assim, numa fase inicial, levantaram-se possibilidades de colaboração, procurando associações ou mediadores comunitários que operassem dentro de territórios que pudessem ser categorizados como “prioritários” ou “perigosos”, seguindo a lógica apresentada por António Brito Guterres anteriormente. Dentro desta denominação

abrangente de “associações”, o foco concentrou-se no encontro de possíveis parcerias que, mais ou menos estruturadas, não fossem de grande dimensão e de caráter tão institucional, pois considerou-se mais relevante poder colaborar com uma associação com menos meios, exposição, e em situação mais precária, para a qual o projeto teria certamente mais impacto e relevância. Assim, numa pesquisa inicial, identificaram-se as seguintes possibilidades⁴⁹:

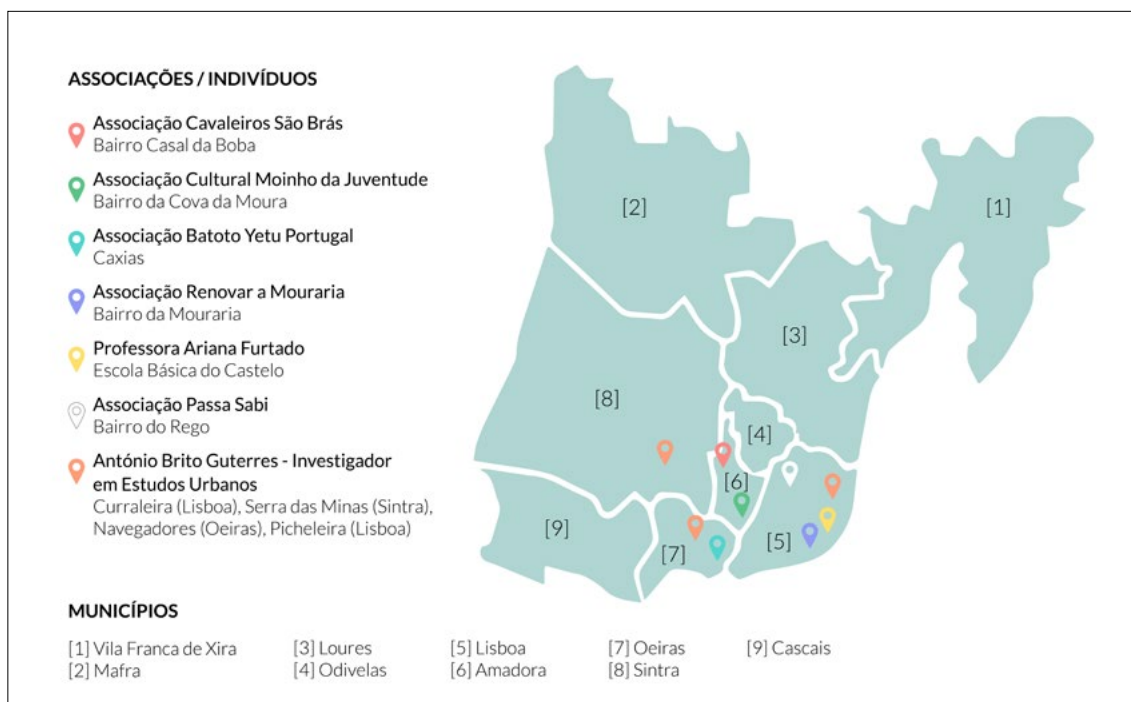


Fig.5 - Mapa parcial da área metropolitana de Lisboa, com identificação das hipóteses iniciais de colaboração levantadas.

Por uma questão prática e no sentido de começar a afunilar hipóteses, decidiu avançar-se com apenas três entrevistas, considerando para esta decisão a área de atuação das associações e dos mediadores, a dimensão e estrutura dos coletivos, e o modo de operação – comunitário ou individual. Assim, decidiu-se entrevistar em primeiro lugar, uma pessoa representante da Associação Cavaleiros de São Brás, por ser uma associação que opera numa zona mais periférica da cidade, de estrutura informal, mantendo-se apenas com o contributo de voluntários e com grande apoio no líder da associação, José Baessa de

⁴⁹ As associações e indivíduos sinalizados nesta pesquisa inicial poderão ser conhecidos em maior detalhe – área da atuação, objetivos, atividades, entre outros –, no apêndice 01.

Pina, que assume de alguma forma a dinamização do coletivo. Em segundo lugar, selecionou-se a Associação Renovar a Mouraria, por operar num bairro no centro de Lisboa e que apesar da sua centralidade, é alvo de estigmas e preconceitos. Ao contrário do caso anterior, esta associação já tem uma estrutura organizada, não atua apenas através de voluntários, mas conta já com órgãos sociais, departamentos específicos, e pessoas contratadas a tempo inteiro a trabalhar no projeto. Por último, procurou-se entrevistar António Brito Guterres, pelo seu contacto com bairros muito diversos, que vão desde o centro à periferia da área metropolitana de Lisboa, e por desenvolver um trabalho individual substantivo nestas matérias, enquanto aplica necessariamente outros métodos e abordagens na sua prática mediadora.

Depois de selecionados os coletivos e indivíduos a entrevistar, definiram-se critérios de seleção da comunidade ou bairro a trabalhar futuramente, de modo a que os guiões das entrevistas fossem desenvolvidos tendo em conta a possível obtenção de respostas que, em confronto com os critérios previamente estabelecidos, pudessem apontar para a colaboração efetiva. Partindo das premissas teóricas e dos objetivos do projeto, estabeleceram-se então parâmetros de análise, baseados na composição da comunidade, nas condições do bairro e de habitação, na existência ou não de registos relativos às atividades desenvolvidas (bem como os formatos de registo), nas necessidades da comunidade e na existência ou não de apoios, e por fim, no seu interesse e disponibilidade para iniciar esta mesma colaboração.⁵⁰

1.2.2. Entrevistas

Os guiões de entrevista foram desenvolvidos sobre duas bases diferentes, uma delas pensada e direcionada a uma forma de atuação coletiva, e que foi posteriormente utilizada nas entrevistas com ambas as associações, e a outra direcionada a uma atuação isolada e não tão focada numa comunidade, como é a de António Brito Guterres. Ambos os casos foram contactados através de e-mail no mês de Março de 2022, sendo que neste primeiro contacto,

⁵⁰ Os critérios de seleção desenvolvidos nesta fase poderão ser consultados com maior detalhe no apêndice 02.

apenas se obteve a resposta de António Brito Guterres, que se demonstrou disponível a dialogar e partilhar a sua experiência enquanto mediador comunitário. Porém, após várias tentativas e constantes incompatibilidades de horário, as respostas começaram a tardar a chegar, ficando a entrevista por concretizar.⁵¹

Com as associações, retomou-se a tentativa de contacto no princípio de Abril, desta vez através do *instagram*. Nesta segunda tentativa, houve uma resposta imediata por parte da Associação Renovar a Mouraria, que aceitou a realizar a entrevista nessa mesma semana. Obteve-se também resposta por parte da Associação Cavaleiros de São Brás, disponibilizando o número de telefone de José Pina, líder da associação, a quem o apelo deveria ser direcionado. Havendo uma disponibilidade imediata, avançou-se então para a realização da entrevista com Rita Madeira, responsável de comunicação e representante da Associação Renovar a Mouraria⁵². A Rita manteve sempre uma atitude de grande disponibilidade e colaboração ao longo da entrevista, e ao levantar-se a questão de uma possível colaboração para a concretização deste projeto, demonstrou entusiasmo e interesse em avançar. Ao discutirem-se intenções, objetivos e expectativas, criou-se uma sinergia entre ambas as partes e, ao confrontar as informações obtidas na entrevista com os critérios de seleção anteriormente definidos, entendeu-se que o território da Mouraria ia ao encontro do que se procurava retratar, decidindo-se assim continuar este diálogo e ir discutindo caminhos e possibilidades em conjunto.

Existindo esta possibilidade de colaboração com a Associação Renovar a Mouraria, procurou-se perseguir o contacto e garantir assim a possibilidade de uma investigação aplicada a nível local. Posteriormente, por se considerar que estas poderiam ser relevantes para o desenvolvimento da investigação, avançaram-se com as restantes entrevistas, nesta fase já não com o intuito de poder estabelecer uma parceria que fosse útil ao desenvolvimento projetual, mas mais no sentido de conhecer a realidade de outros bairros e comunidades, bem como diferentes estruturas, abordagens e métodos de mediação comunitária, tendo em conta as características particulares de cada comunidade. Regressou-se à lista inicial de possibilidades no sentido de procurar um representante de mediação individual e en-

51 Apesar da entrevista não se ter realizado, o guião da mesma foi desenvolvido e poderá ser consultado no apêndice 03.

52 A entrevista a Rita Madeira poderá ser lida na íntegra no apêndice 04.

controu-se na professora Ariana Furtado o potencial de uma perspectiva única, principalmente pela comunidade em que atua, contrastando com a realidade de bairro que até aqui mais se destacava nas várias possibilidades. A professora é atualmente coordenadora da Escola Básica do Castelo, uma escola particularmente pautada por uma grande diversidade cultural, onde se trabalha, de forma muito individualizada, questões identitárias e questões sociais como o racismo, a xenofobia, os direitos humanos, entre outros. Ariana não só implementa nas suas turmas projetos que permitem às crianças o desenvolvimento de um maior respeito, tolerância e compreensão pela sua identidade e pela do outro, como promove o mesmo espírito dentro da comunidade escolar, trazendo também os pais, maioritariamente imigrantes, para a discussão destas questões. O contacto foi estabelecido através do *facebook* e obteve-se rapidamente uma resposta afirmativa, sendo que a entrevista ocorreu poucos dias após o contacto ter sido feito⁵³. Após a entrevista com a professora, levou-se a cabo ainda uma última entrevista a José Pina⁵⁴, líder da Associação Cavaleiros de São Brás, que partilhou uma experiência associativa muito diferente da de Rita Madeira, bem como uma identidade e desafios distintos face aos experienciados na Mouraria. A realização das três entrevistas permitiu uma aproximação e conhecimento de diferentes comunidades, com necessidades diferentes, apesar de enfrentarem problemáticas sociais e culturais semelhantes, implicando uma dinamização e mediação adaptada a cada realidade, que se fez notar no discurso de todos os entrevistados. De salientar também que o projeto poderia ser desenvolvido em qualquer uma das três comunidades sinalizadas, pois todas vão de encontro aos critérios de seleção definidos, e em todas se reconhecem lacunas de representação, quer a nível dos arquivos, quer a nível da memória coletiva e da história. Se existisse interesse e disponibilidade por parte dos interlocutores, poderiam trazer-se narrativas tanto da comunidade estudantil da Escola Básica do Castelo como dos moradores do Bairro do Casal da Boba para este contra arquivo, permitindo preencher silêncios e colmatar lacunas de conhecimento acerca de cada uma das comunidades. A escolha do Bairro da Mouraria acabou por ser influenciada pela celeridade da resposta e demonstração de entusiasmo e interesse em colaborar, sendo que a proximidade ao local e a facilidade em concretizar trabalho de campo, também pesou nesta decisão.

53 A entrevista a Ariana Furtado poderá ser lida na íntegra no apêndice 05.

54 A entrevista a José Pina poderá ser lida na íntegra no apêndice 06.

Ao começar de facto o diálogo com a Renovar, foram surgindo várias questões ao nível da tipologia de conteúdos, do modo de comunicar as narrativas, e dos limites e expectativas de ambas as partes em torno da colaboração iniciada. Foi também por esta altura que se teve conhecimento do projeto *Nansen Magazine* (Ellingham, 2019), uma revista sobre comunidades migrantes que conta já com duas edições, sendo que a primeira é focada na comunidade turca residente em Berlim, e a segunda na comunidade angolana residente em Portugal. Cada edição tem a particularidade de partir da história de um indivíduo, para entrar na realidade de toda uma comunidade migrante, refletindo sobre as dificuldades que esta enfrenta, nomeadamente a nível social, cultural e económico. Em adição às pontes temáticas existentes entre este projeto e o contra-arquivo que se pretendia desenvolver, percebeu-se que a diretora artística do projeto, Eva Gonçalves, designer e investigadora, tem ainda um interesse particular sobre questões colaborativas na prática do design. No contexto desta investigação, entendeu-se que seria uma mais valia poder dialogar com a Eva, iniciando-se assim o contacto.



Fig.6 - Captura de ecrã de uma dupla página da 2ª edição da *Nansen Magazine*.

Numa conversa informal, pôde-se conhecer melhor o projeto *Nansen Magazine*, bem como discutir experiências de colaboração e formas de salvaguardar o interesse e trabalho de cada parte, particularmente com associações. As conclusões desta conversa reforçaram o valor da ideia já assente anteriormente, de veicular as narrativas de quem de facto experiencia a realidade que se procura retratar, e trouxe também novas luzes sobre processos colaborativos dentro de um projeto de design, que foram úteis ao longo do desenvolvimento do projeto. Transcrevemos um excerto da conversa com a designer e investigadora Eva Gonçalves, por nela revermos algumas das intenções da prática colaborativa que queríamos encetar com a comunidade da Mouraria:

“Na primeira edição, foi a Vanessa [Ellingham, editora] que tratou da maior parte dos conteúdos, mas nesta segunda já tivemos colaboradores, e tivemos a possibilidade de convidar algumas pessoas porque também já tínhamos um budget diferente para a revista. Tentámos que fossem pessoas que de alguma forma tivessem também um ponto de vista diferente, evitámos pessoas portuguesas, brancas... Procurámos ir mesmo às comunidades, falar com pessoas que de facto têm direito à palavra e que poderiam falar destas temáticas de um ponto de vista diferente, que era aquilo que nos interessava. Depois os conteúdos partem de uma série de entrevistas que fizemos, no caso da segunda edição, com o Kalaf. Através destas conversas recolhemos o material para contar estas histórias, que são apresentadas mesmo enquanto histórias e não entrevistas. O que tentamos fazer na revista é construir uma visão mais abrangente, através de diferentes perspetivas e artigos de diferentes proveniências. É claro que há um cariz político por detrás disto, mas a ideia não é sermos uma publicação que avança necessariamente uma ideologia; a nossa ideia é apresentar as histórias e deixar que o leitor se informe e se inteire, e dessa forma construa a sua própria visão ou até se repositicione face à sua posição anterior.”

1.2.3. Trabalho de campo

Logo na primeira entrevista foi perceptível o interesse de Rita Madeira, representante da Associação Renovar a Mouraria, em desenvolver este arquivo em conjunto, principalmente porque há muito que tinha esta ideia de recolher as histórias dos moradores e poder utilizá-las para comunicar a realidade da Mouraria e eventualmente, chegar a outro público. Por falta de tempo e de meios, nunca conseguiu colocar em prática estas intenções. Nessa primeira conversa foi notório este encontro de vontades, de poder conhecer as diferentes histórias de quem habita o território da Mouraria, e de as poder contar, preenchendo os silêncios que ainda existem acerca deste bairro e da sua comunidade. Porém, na prática, esta sinergia inicial não se repercutiu no desenvolvimento do projeto, pois a Associação tinha muitos outros projetos em desenvolvimento, e apenas em Setembro de 2022, após alguma insistência, houve disponibilidade para realmente dar início prático a esta colaboração. Por essa altura, a Associação partilhou um ponto de situação dos trabalhos que tinham em desenvolvimento, bem como alguns projetos futuros que, de alguma forma, poderiam conversar com o contra-arquivo que se propunha desenvolver. Segundo a Rita, a Associação gostaria de lançar uma *newsletter* mensal, falando um pouco dos seus projetos e, de forma resumida, da história de um dos moradores, que poderia depois ser lida na totalidade no arquivo a ser desenvolvido em conjunto, uma hipótese que levantou logo algumas questões. Entendeu-se ainda que seria importante trabalharmos com um dos mediadores comunitários da Associação, pois estes tinham maior conhecimento e proximidade com a comunidade e mais facilmente conseguiriam identificar histórias que pudessem ser partilhadas, bem como permitir concretizar as entrevistas. O projeto passou assim a contar com a colaboração de Marina Bertolami, mediadora cultural da Associação que se disponibilizou a acompanhar o projeto e a fazer esta ponte com a população. Marina já havia identificado algumas pessoas e espaços na Mouraria, e foi sobre esta base de reconhecimento que se decidiu começar a estruturar as entrevistas. De forma a esclarecer melhor o modelo que se pretendia implementar, bem como os objetivos de investigação definidos anteriormente, foram apresentados à equipa da Associação alguns exemplos de contra-arquivos⁵⁵. Avançou-se ainda com uma reflexão sobre as semelhanças

55 O documento apresentado à equipa da Associação poderá ser consultado enquanto apêndice 08.

e diferenças entre a plataforma a ser construída e o site atual da Associação, de forma a começar a questionar o lugar deste contra-arquivo. Ficou acordado que iriam ser disponibilizados os ficheiros digitais resultantes de alguns projetos desenvolvidos anteriormente pela Associação, de forma a avançar na proposta de arquivo, a ser discutida depois entre as partes. Definiu-se ainda a intenção das entrevistas serem desenvolvidas a partir deste modelo colaborativo.

Durante o desenvolvimento deste processo, tornou-se fulcral refletir sobre o lugar e missão deste contra-arquivo, de modo a poder construir uma estrutura que fosse ao encontro das necessidades, bem como a continuar o diálogo com a Associação de forma clara, pois poderiam estar a ser criadas falsas expectativas acerca do projeto, e da sua necessária autonomia de investigação. Levantaram-se aqui três possibilidades projetuais: desenvolver 1) um contra-arquivo da Associação Renovar a Mouraria; 2) um contra-arquivo sobre o bairro da Mouraria; 3) um contra-arquivo sobre os bairros “prioritários” da área metropolitana de Lisboa. Sabia-se que apesar do projeto ser desenvolvido em colaboração com a Associação Renovar a Mouraria, este era um projeto de investigação independente, que não pretendia servir a Associação, mas explorar um outro modo de comunicar narrativas acerca do bairro sobre o qual trabalham. Apesar de se entender, até pelas entrevistas feitas anteriormente, que o projeto poderia ser útil a muitos outros bairros na área metropolitana de Lisboa, também se considerou que desenvolver uma estrutura comum para servir realidades de bairro tão distintas seria desajustado, sem procurar um maior reconhecimento destas, nomeadamente através de algum trabalho de campo. Tendo em conta os limites temporais da investigação, apontou-se esta possibilidade como trabalho futuro da investigação. Assim, estabeleceu-se que o projeto se propunha a ser um contra-arquivo sobre o bairro da Mouraria, apontando a possibilidade de este se transformar num protótipo a implementar noutros bairros, gerando, eventualmente, uma rede.

A partir destas opções, desenvolveu-se uma estrutura de conteúdos, tendo em conta o material que se havia recolhido da Associação, as características da comunidade que se visava representar, e o que se acreditou ser mais importante e relevante partilhar sobre a Mouraria. Chegou-se assim à seguinte estrutura macro do contra-arquivo:



Fig.7 - Esquema da estrutura macro do projeto.

Entendeu-se que os conteúdos centrais deveriam focar-se no bairro enquanto espaço e território, na comunidade que nele habita e nas suas histórias e experiências de vida e, por último, na multiculturalidade que caracteriza este bairro. Considerou-se ainda relevante existir uma secção de contextualização do projeto e avançou-se ainda com duas propostas de secção complementares, sendo uma delas um glossário de termos, e a outra uma biblioteca de referências. Esta estrutura foi discutida com a Associação, que acrescentou os seus *inputs*, mas de forma geral, concordou com o trabalho feito, avançando que a estrutura de conteúdos era organizada, clara, e de acordo com a comunidade que se visava retratar.

Posteriormente, entrou-se num período que acabou por alterar o rumo do trabalho de campo, da investigação prática, e da própria colaboração. A Associação estava numa fase de avaliação da sua atividade, que envolvia definir o âmbito da *newsletter* que já havia mencionado. A Associação decidiu centrar a *newsletter* nos projetos de intervenção correntes, excluindo as narrativas dos moradores. Deste modo, não só as entrevistas aos moradores deixaram de ser uma prioridade, como a Associação deixaria de ter meios para acompanhar o trabalho de campo da presente investigação. Esta mudança trouxe algumas repercussões ao projeto, tendo em conta o importante papel de intermediação que

a Associação desempenhava com a comunidade da Mouraria. Assim, decidiu-se tentar realizar formalmente apenas uma entrevista, como exemplo do que se pretendia fazer, e Rita Madeira sugeriu a possibilidade de entrevistar o mediador comunitário Nuno Franco, por ser uma pessoa acessível e com muito conhecimento acerca do território. Estabeleceu-se o contacto e concretizou-se a entrevista⁵⁶, que posteriormente foi editada e poderá agora ser consultada no contra-arquivo, tal como outras narrativas que se puderam auscultar, de forma mais informal, durante o desenvolvimento do trabalho de campo. Apesar da impossibilidade de concretizar um conjunto mais alargado de narrativas, procurou-se dar seguimento ao trabalho de campo, de forma a conhecer melhor o bairro, a criar conteúdos visuais acerca do mesmo, e a conhecer as pessoas que o habitam.

1.3. Dimensão operativa

Contra-arquivo *A Mouraria* é um arquivo digital que pretende questionar o arquivo convencional, através do uso de um modelo de contra-arquivo, e, simultaneamente, apresentar um outro modo de produção de conhecimento, nomeadamente através da ativação de narrativas que são frequentemente desconsideradas nas políticas de aquisição dos arquivos. Através de um processo pautado pela colaboração e aproximação à comunidade do bairro da Mouraria, procurou-se melhor compreender os silêncios que se procurava comunicar, partindo de uma atitude crítica e de um olhar interseccional sobre o território.

1.3.1. Conteúdos

O projeto divide-se em três secções de conteúdo centrais. A primeira – «O bairro da Mouraria» –, centra-se na Mouraria enquanto espaço e território, e procura veicular artigos e opiniões sobre o bairro, tanto dos moradores do mesmo como de pessoas que com este se vão cruzando. Nesta secção apresentam-se espaços que são referência no

56 A entrevista a Nuno Franco poderá ser lida na íntegra no apêndice 07.

bairro, revelam-se histórias de lugares, de ruas e do edificado, reflete-se sobre o espaço público e avalia-se a evolução urbana do território. A segunda secção – «Quem habita a Mouraria?» –, tem como foco a comunidade residente na Mouraria, procurando revelar os rostos e as histórias de quem habita o bairro, bem como as suas vivências, experiências e percursos até se fixarem neste bairro. Através das suas biografias, é possível entender dificuldades transversais às várias experiências, abrindo espaço a uma reflexão mais generalista sobre questões estruturais que afetam grande parte da comunidade. Na terceira secção – «Culturas que Convergem» –, o foco é a celebração da diversidade cultural existente no bairro, que se manifesta não só nos conteúdos relativos à história e tradição oral do bairro da Mouraria, como também nos registos relativos a outros países, de onde a população migrante residente é proveniente.

Foram ainda desenvolvidas três secções de conteúdos complementares, «Sobre o Projeto» contextualiza este contra-arquivo e a própria investigação académica, apresentando brevemente a Associação Renovar a Mouraria e a colaboração criada com a mesma. «Glossário» pretende aproximar o utilizador das temáticas abordadas no projeto, ao clarificar ou desenvolver mais aprofundadamente alguns conceitos com que o mesmo se vai cruzando ao longo do arquivo. «Referências» agrega os principais livros e artigos consultados ao longo da investigação teórica, bem como outras leituras relacionadas com as questões com que o bairro da Mouraria se debruça atualmente, como as migrações, a crise habitacional, entre outras.⁵⁷

1.3.2. Estrutura

Contra-arquivo *A Mouraria* apresenta uma página inicial que é assumidamente um portal de entrada no arquivo, com uma estrutura, estratégia de interação e linguagem pensadas de forma diferenciada do restante *website*, para marcar a entrada do arquivo. O restante *website* foi organizado de acordo com as secções apontadas anteriormente, sendo que

⁵⁷ As fontes dos conteúdos recolhidos e editados, presentes nas várias secções do arquivo descritas, poderão ser consultadas no apêndice 09.

cada uma corresponde a uma página diferente, e contemplando os níveis de informação considerados necessários para a visualização dos conteúdos recolhidos. No esquema seguinte procura-se, sucintamente, ilustrar a estrutura geral do projeto:

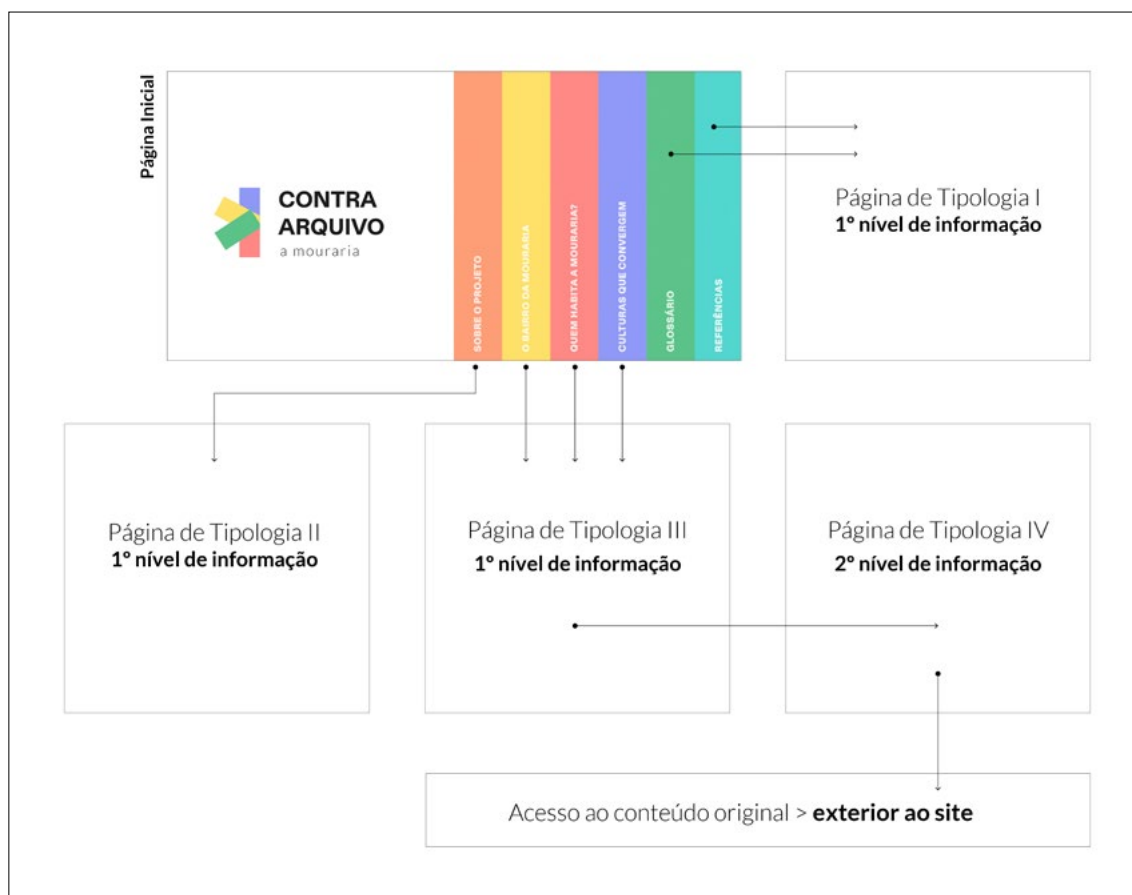


Fig.8 - Esquema das várias tipologias de páginas existentes, bem como dos níveis de informação estabelecidos.

Partindo da página inicial, tem-se acesso a seis páginas diferentes, sendo que estas obedecem a tipologias distintas. As páginas de tipologia I, «Glossário» e «Referências», são páginas que se apoiam num bloco de informação inicial, seguido de uma grelha de conteúdos não navegável, ou seja, o utilizador pode visualizar os conteúdos na grelha, mas estes não são expansíveis nem dão acesso a nenhuma outra página. «Sobre o Projeto» é a única página de tipologia II pois, à exceção da página inicial, é a única que não apresenta uma grelha de conteúdos, sendo apenas uma página de texto explicativa e de apoio à compreensão do projeto. As páginas de tipologia III dizem respeito às secções

principais do projeto: «*O Bairro da Mouraria*», «*Quem Habita a Mouraria*» e «*Culturas que Convergem*». Estas páginas, baseadas em grelhas de conteúdos, são as únicas que permitem explorar os conteúdos apresentados de forma mais aprofundada, dando acesso a um segundo nível de informação, onde o conteúdo pode ser consultado na íntegra. Estas páginas, onde as narrativas podem ser lidas por completo, como extensão das grelhas de conteúdos das páginas anteriores, são as de tipologia IV, onde se entra num segundo nível de informação. A partir destas páginas de tipologia IV, o utilizador poderá também ter acesso aos conteúdos originais, sendo que este acesso já é exterior ao arquivo.

A navegação pelo projeto inicia-se na página inicial, onde o utilizador pode clicar em qualquer uma das páginas disponíveis e aceder às mesmas e depois, dentro de cada uma das páginas, pode sempre voltar à página inicial ou aceder diretamente ao menu, disponível no canto superior direito. Por outro lado, a navegação entre artigos poderá ser feita de duas formas, como ilustrado na imagem abaixo. Neste caso, na possibilidade de navegação 01, a exploração de conteúdos é feita através de *tags*, que resultam de um processo de categorização dos vários conteúdos recolhidos. Navegando entre *tags*, o utilizador pode consultar conteúdos que podem ser apresentados em páginas diferentes, mas que têm um tema em comum, podendo debruçar-se sobre ele sem necessariamente explorar os artigos relacionados com uma secção específica. O acesso às *tags* tanto pode acontecer nas páginas de tipologia III, que apresentam as grelhas de conteúdos exploráveis, como dentro da página de artigo, que contém as várias *tags* que ao mesmo se aplicam. O utilizador pode explorar o arquivo também através do sistema de navegação 02, que neste caso parte das páginas de tipologia III, com as grelhas de conteúdos, para as páginas individuais de cada conteúdo específico, apresentado na íntegra.

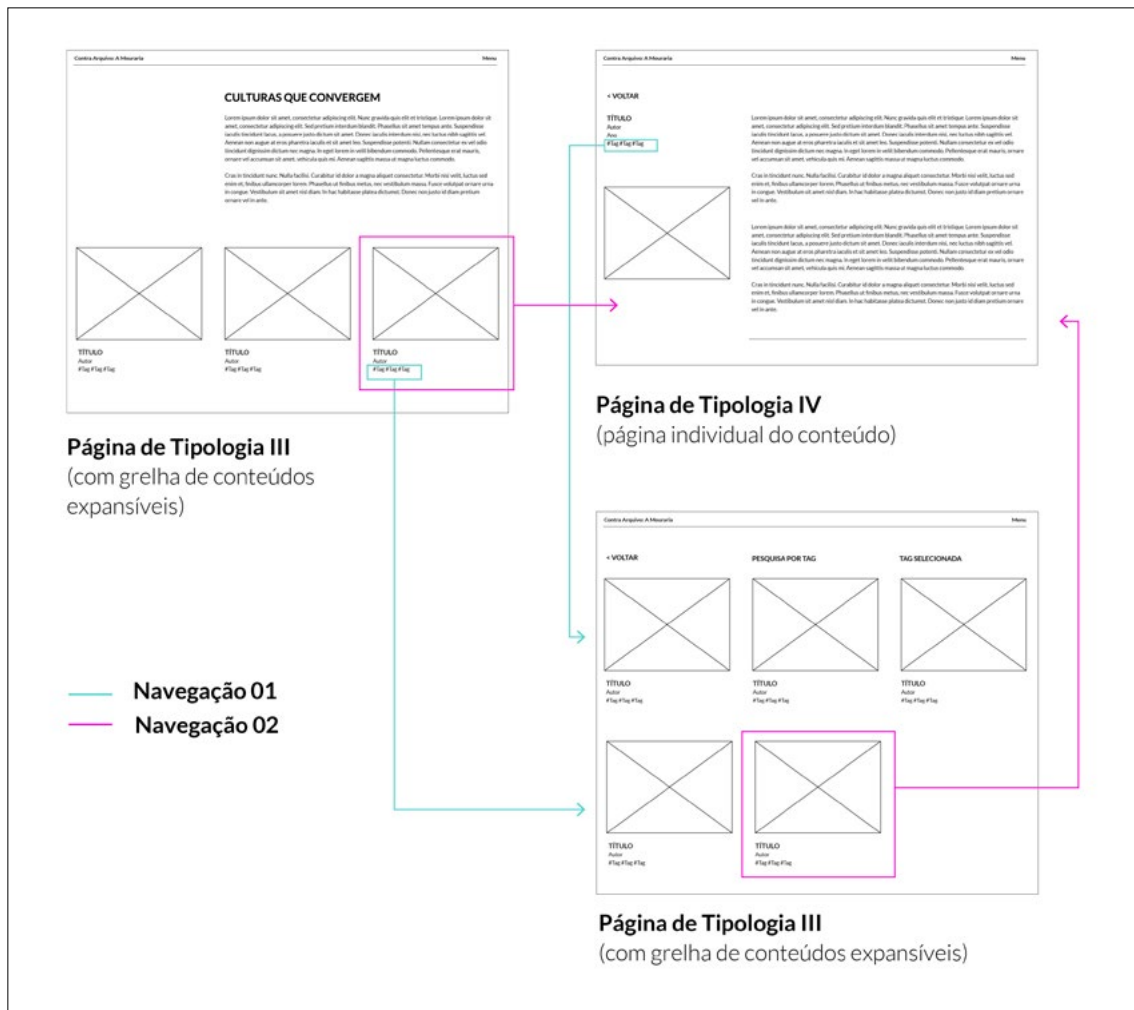


Fig.9 - Esquema da navegação pelo projeto, possível através de dois modos distintos: grelhas de conteúdos ou uso das *tags*.

1.3.3. Identidade gráfica

A identidade gráfica desenvolvida para este projeto procurou refletir as particularidades do território. A Mouraria é um lugar de encontro, habitado por várias comunidades migrantes, e onde atualmente coabitam mais de 50 nacionalidades. Desta forma, é perceptível um cruzamento cultural, pautado por muitas diferenças e contrastes. Fez assim sentido trazer também para a identidade visual do projeto esta diversidade, apostando-se no uso de várias cores, todas elas fortes e contrastantes, de forma não só a refletir a diversidade

do bairro, mas acima de tudo a poder celebrá-la. A cor tem um papel muito importante neste projeto, e está presente não só no logotipo desenvolvido como identidade do projeto, como também nas várias páginas do arquivo. Este contra-arquivo é um espaço de caráter político, que não só questiona os cânones arquivísticos, como propõe um outro modo de “contar a história”. Procurou-se que esta sua intenção fosse perceptível também através da sua expressão visual, forte e vibrante. Para isso, não só se recorreu ao uso da cor nos fundos das várias páginas, como se apostou em contrastes cromáticos entre estes e os vários títulos e destaques informativos. Procurou-se ainda introduzir outros elementos gráficos expressivos, como os filetes pretos, presentes ao longo do arquivo. Nas escolhas tipográficas prestou-se particular atenção ao facto de este ser um projeto digital que contém muito conteúdo textual, e por isso era imperativo privilegiar a otimização da leitura. Para isso, optou-se por uma fonte sem serifas – Diatype –, alternando entre uma expressão *regular* nos textos e uma expressão *bold* nos títulos das páginas e dos conteúdos. Desenvolveu-se ainda um logotipo para o projeto, que é usado apenas na página inicial do site, marcando a chegada e entrada no projeto. Este logotipo foi desenvolvido tendo por base esta mesma ideia de ponto de encontro, criando-se uma convergência entre as várias formas no centro do símbolo, mas também de forma a invocar a ideia de arquivo. Sendo o logotipo apenas apresentado na página inicial do projeto, este não só introduz a identidade do projeto, como também procura invocar o modelo do mesmo, podendo-se rever no símbolo desenhado a ideia de lombada de livro. Esta analogia visual torna-se igualmente evidente na forma do menu inicial, convidando o utilizador a entrar e imergir neste arquivo e nestas narrativas.



Fig.10 - Logotipo desenvolvido para o projeto.



Fig.11 - Paleta de cores definida para o projeto.

1.3.4. Wireframes

As páginas do arquivo seguem uma grelha de três colunas, considerando sempre pequenas margens de segurança lateral. Consoante a tipologia de página, foi-se explorando a apresentação dos conteúdos em uma, duas ou três colunas, de acordo com o tipo de informação e a sua relevância em cada página, seguindo sempre a mesma grelha construtiva, que é perceptível na forma de visualização dos conteúdos:



Fig.12 - Esquema de uma página de tipologia I – «Glossário» –, onde é realçada a grelha estrutural do *website*.

Na figura seguinte podem ainda ver-se os desenhos das principais páginas que foram implementadas, sendo que cada página individual de conteúdo foi trabalhada de forma personalizada, mas seguindo a mesma grelha de construção:

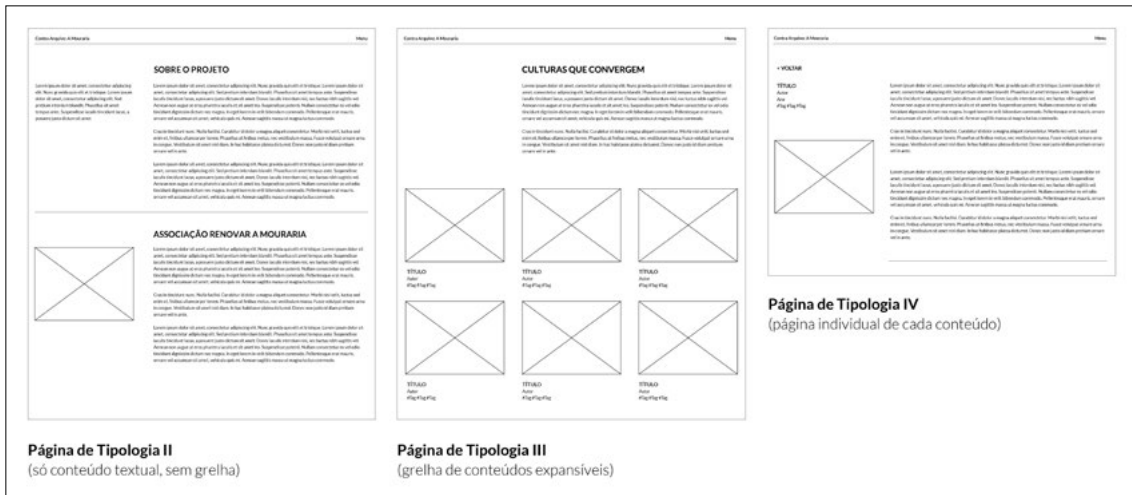


Fig.13 - Wireframes das principais páginas do website.

1.3.5. Protótipo

O protótipo de Contra-arquivo *A Mouraria* pode ser visualizado através do link: www.contraarquivomouraria.com. Este protótipo foi desenvolvido com recurso à plataforma cargo, que não só permitiu uma construção visual do *website* em *front-end*, como a manipulação e animação de alguns elementos através de programação, usando as linguagens html, css e javascript, em *back-end*. Apresentam-se de seguida algumas capturas de ecrã das principais páginas do *website*, reforçando que para cada artigo inserido no arquivo foi desenvolvida uma página própria, apresentando-se aqui apenas um exemplo de muitos outros que poderão ser consultados diretamente no repositório.



Fig.14 - Captura de ecrã da página inicial do contra-arquivo, a partir do qual o utilizador pode aceder às várias secções do *website*.

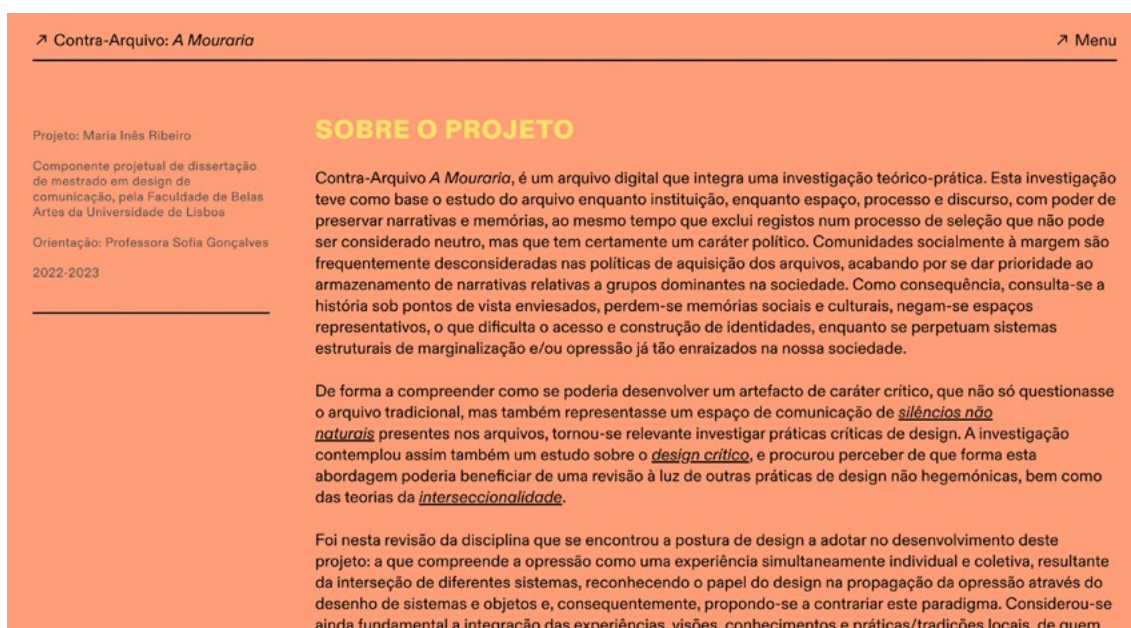


Fig.15 - Captura de ecrã da página «Sobre o Projeto», onde se destaca a tipologia de página I.

REFERÊNCIAS

Sendo este projeto parte integrante de uma investigação académica, tem na sua base um extenso estudo teórico, que permitiu não só apreender conhecimentos acerca dos tópicos investigados, como também retirar algumas conclusões e traçar o rumo e objetivos do próprio projeto.

Destacam-se nesta secção as principais referências bibliográficas consultadas ao longo da investigação, no sentido de partilhar conhecimentos e ferramentas caso exista interesse em aprofundar temáticas como o arquivo, a interseccionalidade ou abordagens e práticas críticas de design. Poderão ser consultadas também algumas referências relacionadas particularmente com o bairro da Mouraria, com questões de migração e de marginalização social.



Fig.16 - Captura de ecrã da página «Referências», onde se destaca a tipologia de página II.

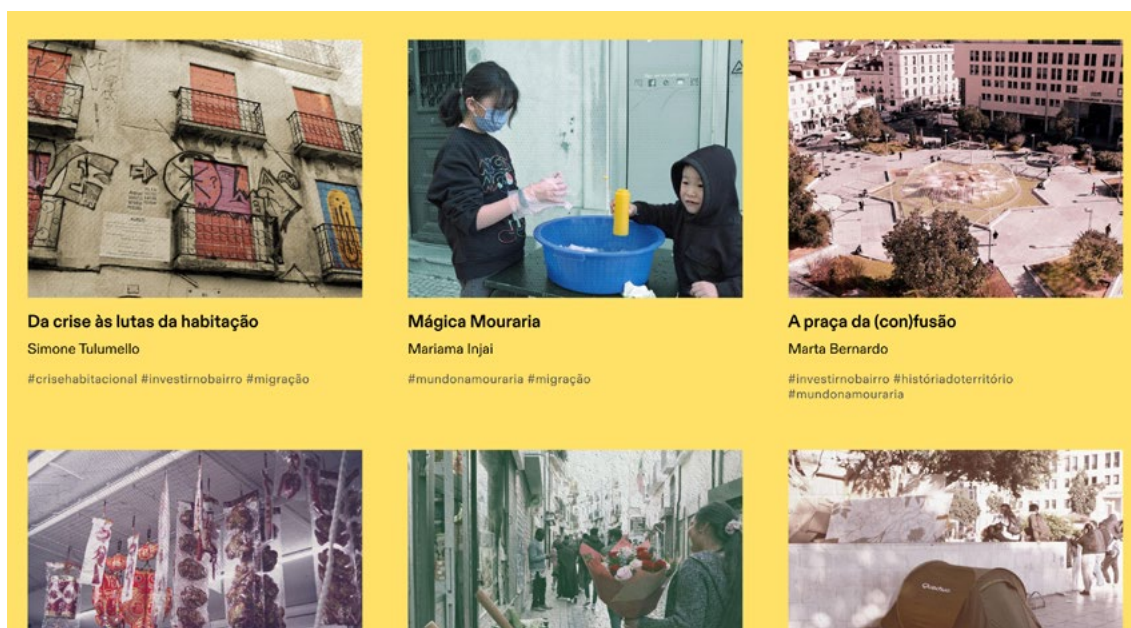


Fig.17 - Captura de ecrã da página «O Bairro da Mouraria», onde se destaca a tipologia de página III.

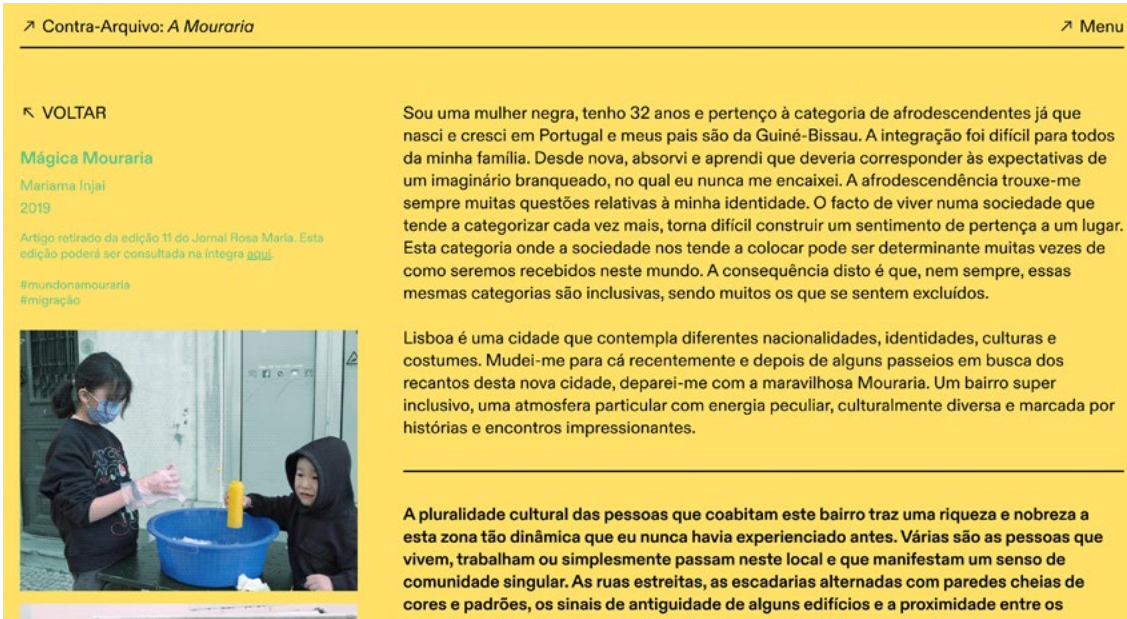


Fig.18 - Captura de ecrã de uma página de artigo individual, onde se destaca a tipologia de página IV.

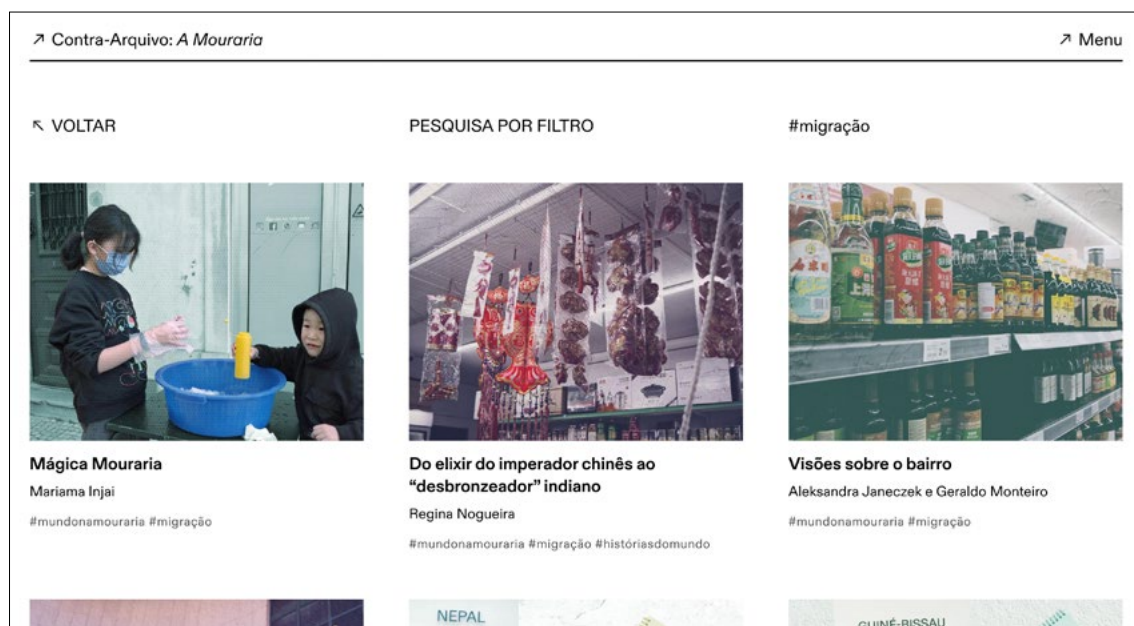


Fig.19 - Captura de ecrã de uma página resultante de uma pesquisa por tag, destacando esta forma de navegação pelos conteúdos do projeto.

CONCLUSÃO

Tendo como propósito explorar o potencial do arquivo digital, nomeadamente através do modelo de contra-arquivo, e de modo a reverter *silêncios não naturais*, esta investigação focou-se essencialmente em compreender o arquivo, em explorar modelos arquivísticos divergentes do convencional, e em aproximar práticas críticas em design a uma perspetiva interseccional, de forma a trazer comunidades à margem para o centro da prática projetual.

Na investigação teórica, procurou-se discutir a aceção de arquivo, compreender as suas características e transformações advindas da digitalização, bem como modelos e estruturas digitais de arquivo. Analisou-se ainda o arquivo enquanto espaço de poder, a existência de *silêncios não naturais* nos registos, e as consequências dessas lacunas de informação, ao nível da justiça social. Procurou-se ainda estudar a prática de design crítico, bem como outras práticas de design não hegemónicas, retirando conclusões sobre o cruzamento das várias abordagens, juntamente com as teorias da interseccionalidade, aplicadas posteriormente na componente prática da investigação.

Na componente prática, explorou-se o modelo de contra-arquivo como possível contra-proposta ao arquivo institucional, procurando comunicar conteúdos que por norma não têm destaque nas plataformas de informação, questionar o próprio arquivo convencional e representar um espaço alternativo de produção de conhecimento. De forma a aplicar esta investigação prática a um território concreto e a poder auscultar a comunidade que se visava representar, estabeleceu-se uma parceria com a Associação Renovar a Mouraria, que opera no território do bairro da Mouraria, um dos bairros sinalizados como “prioritários” ou “perigosos”, pelos institutos públicos. Desta forma, procurou-se encetar uma prática colaborativa com a Associação, bem como conhecer e consequentemente representar as experiências dos moradores, sendo que esta aproximação à comunidade é de grande relevância em práticas de design não hegemónicas. Considerou-se fundamental integrar também esta postura na investigação prática.

A investigação teórica foi essencial para a compreensão de conceitos e a análise de cânones arquivísticos, nomeadamente a exclusão sistemática de narrativas divergentes ou que não se enquadram nos modelos ocidentais. Permitiu identificar também os grupos sociais

mais prejudicados com estes silêncios, podendo depois direcionar o foco da investigação prática para uma comunidade que se enquadrasse no quadro traçado teoricamente, e ainda apreender diferentes modelos de arquivo, de forma a encontrar o que seria mais adequado aos objetivos práticos. Através da investigação teórica, foi possível ainda compreender a postura prática que faria sentido adotar no desenvolvimento projetual, de modo a observar e integrar as experiências e visões da comunidade que se visa representar, e a reconhecer em cada narrativa uma experiência individual resultante da interseção de diferentes sistemas opressivos estruturais. Deste modo, procurou-se contrariar o papel do design na propagação destes mesmos sistemas, através de um artefacto crítico.

No que concerne à investigação prática, considera-se que o contra-arquivo prototipado vai ao encontro dos objetivos propostos inicialmente, sendo um espaço de representação da comunidade que habita a Mouraria, que veicula narrativas dos moradores e das pessoas que operam no território. A seleção de conteúdos procurou ir ao encontro do modelo de um contra-arquivo, apresentando-se narrativas e pontos de vista divergentes, críticos e pessoais, que normalmente não se encontrariam em arquivos convencionais. Procurou-se acima de tudo contar a história do território e da comunidade de forma mais aprofundada do que por norma encontramos nos registos sobre o bairro, que se apoiam num retrato turístico, histórico e patrimonial. O arquivo pretende valorizar a multiculturalidade característica do bairro e que valoriza a comunidade que nele habita, reforçando a dimensão humana presente neste território. Por outro lado, inclui narrativas que suscitam a discussão em torno de problemas estruturais que afetam este bairro, como a questão da gentrificação e a falta de condições habitacionais, a falta de investimento no território ou as dificuldades económicas que grande parte da população residente enfrenta, podendo-se tornar num objeto de discussão mais abrangente, como inicialmente se propunha.

A colaboração com a Associação Renovar a Mouraria foi essencial ao desenvolvimento deste projeto, sendo que esta parceria permitiu não só o acesso a materiais já desenvolvidos sobre o território, passíveis de serem usados no projeto, como também uma proximidade e maior conhecimento do bairro e da comunidade. Contudo, ao envolver-se outra entidade no desenvolvimento projetual, surgiram também limitações, como a gestão das expectativas, de calendários e das prioridades de ambas as partes. O facto de se ter

colaborado com um coletivo que tem a sua própria estrutura, objetivos e agenda acabou por afetar o trabalho de campo nomeadamente na concretização das entrevistas aos moradores do bairro, exigindo um encontro de soluções alternativas de forma a não se abdicar da secção de conteúdos dedicada às narrativas de memória individual. A colaboração com a Associação foi fundamental para, no curto espaço de tempo da presente investigação, conseguirmos nela rever um papel essencial de mediação entre o projecto e a comunidade, e por nos ter sido possível testar o início de um processo colaborativo, fundamental para a criação e manutenção de uma estrutura de contra-arquivo. Contudo, por se operar num território onde uma associação já desenvolve trabalho muito significativo, reconhecemos alguma dificuldade em encontrar o lugar e espaço do projeto, que exibia pontes evidentes com o trabalho da Associação, ao mesmo tempo que procurava manter a sua autonomia.

Outra questão a sinalizar prende-se com os conteúdos utilizados no contra-arquivo, que apesar de retratarem a comunidade, poderiam ser mais atuais e, simultaneamente, envolver outros pontos de vista. Tendo em conta o tempo da investigação, acabou por se partir de alguns conteúdos disponibilizados pela Associação Renovar a Mouraria, e que resultam de projetos desenvolvidos pela mesma, para e com a comunidade. Porém, estes materiais provinham de períodos diferentes e cumpriam objetivos distintos, o que acabou por limitar o retrato que se conseguiu traçar. Em relação ao envolvimento de outros pontos de vista, considera-se que seria importante poder trazer o contributo e perspectivas de outras pessoas e coletivos para o projeto, aumentando este desenvolvimento colaborativo e afastando o projeto cada vez mais de uma prática de arquivo convencional e centralizada.

Partindo deste último ponto, uma das possibilidades futuras da investigação seria a de poder incluir mais pessoas nesta prática colaborativa. Com um tempo definido para o desenvolvimento da investigação, não se considerou viável estabelecer mais colaborações e contactos, mas consideramos que, com o protótipo estabilizado e através da sua implementação e testagem, particularmente junto da comunidade, seria possível não só ensaiar as suas funcionalidades, como também desenvolver relações frutíferas que permitissem dar continuidade ao projeto, nomeadamente através da construção de uma equipa que se responsabilizasse pela evolução do mesmo.

Após um período de teste e crítica circunscrito à comunidade da Mouraria, posterior à presente investigação, aponta-se ainda para a possível aplicação deste protótipo a outros territórios marginalizados na área metropolitana de Lisboa, gerando eventualmente uma rede entre todos estes territórios catalogados como “perigosos”, mas que entendemos serem apenas desconhecidos e invisíveis à maior parte da população. O protótipo implementado foi pensado de forma a representar o bairro da Mouraria, e teria de ser ajustado caso fosse aplicado a outro território, de forma a ir ao encontro das especificidades e necessidades do mesmo. Porém, poderia aplicar-se o mesmo modelo e intenção, procurando contar a história destes lugares e as narrativas de quem os habita. A possibilidade de se poder ainda criar uma rede entre os vários repositórios, permitiria reunir conteúdos dispersos, assim como criar um fluxo de navegação e conhecimento sobre diferentes bairros, e ainda gerar uma discussão sobre as várias questões estruturais que afetam estas comunidades de forma transversal, criando sinergias e ligações entre as mesmas. Desta forma, o projeto desenvolvido propõe-se enquanto modelo, como plataforma que tem a potencialidade de espoletar a discussão junto da comunidade da Mouraria, e a desenvolver-se em conjunto com a população e coletivos que operam no território, incrementando as relações e colaborações que, de futuro, permitirão um projeto de base descentralizada. Após esta fase, reforça-se o desejo de poder estender o modelo e intenções assumidas nesta investigação a outros bairros dentro da área metropolitana de Lisboa, valorizando os territórios e as comunidades que neles habitam e colmatando lacunas de conhecimento existentes.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV** (2016). Introduction. Em N. Petrešin-Bachelez, *Decolonising Archives* (pp. 4-8). L'Internationale Online. Consultado em 12 dez. 2022. Obtido de:
<https://d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf>
- Abdulla, D.** (2021). Disciplinary Disobedience, A Border-Thinking Approach to Design. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 227-241). Amsterdão: Valiz.
- Ansari, A.** (2018). What Knowledge for Decolonising the Philosophy of Technology? Em D. Blamey, & B. Haylock, *Distributed* (pp. 185-197). Londres: Open Editions.
- Ansari, A., & Kiem, M.** (2021). What is needed for change? Two Perspectives on Decolonization and the Academy. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 155-167). Amsterdão: Valiz.
- Berry, D. M.** (2017). The Post-Archival Constellation: The Archive under the Technical Conditions of Computational Media. Em I. Blom, T. Lundemo, & E. Røssaak, *Memory in Motion: Archives, Technology, and the Social* (pp. 103-125). Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Carter, R. G.** (2006). Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence. *Archivaria* 61. Consultado em 03 fev. 2022. Obtido de:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12541/13687>
- Çelikaslan, Ö.** (2017). Autonomous Archiving. Em A. Dekker, *Lost and Living (in) Archives, Collectively Shaping New Memories* (pp. 225-242). Amsterdão: Pia Pol, Valiz.
- Costanza-Chock, S.** (2021). Design Justice, Towards an Intersectional Feminist Framework for Design Theory and Practice. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 333-353). Amsterdão: Valiz.

- Crabtree, R., Sapp, D., & Licona, A.** (2009). *Feminist Pedagogy: A Retrospective for the NWSA Journal*. Johns Hopkins University Press.
- Dávila, M., et al.** (2016). The Archives of the Commons Seminar, Madrid 2015. Em N. Petrešín-Bachelez, *Decolonising Archives* (pp. 83-93). L'Internationale Online. Consultado em 12 dez. 2022. Obtido de: <https://d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf>
- Davis, A.** (2020). *A Liberdade é uma Luta Constante*. Lisboa: Antígona.
- Del Campo, C. P.** (2016). Archives of the Commons: Knowledge Commons, Information, and Memory. Em N. Petrešín-Bachelez, *Decolonising Archives* (pp. 94-105). L'Internationale Online. Consultado em 12 dez. 2022. Obtido de: <https://d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf>
- Dekker, A.** (2017a). Introduction, What it means to be Lost and Living (in) Archives. Em A. Dekker, *Lost and Living (in) Archives, Collectively Shaping New Memories* (pp. 11-26). Amsterdão: Pia Pol, Valiz. Consultado em 07 jan. 2022. Obtido de: https://monoskop.org/images/1/11/Dekker_Annet_ed_Lost_and_Living_in_Archives_2017.pdf
- Dekker, A.** (2017b). Permeable Archive, A Conversation with Babak Afrassiabi & Nasrin Tabatabai from Pages. Em A. Dekker, *Lost and Living (in) Archives, Collectively Shaping New Memories* (pp. 213-224). Amsterdão: Pia Pol, Valiz. Consultado em 07 jan. 2022. Obtido de: https://monoskop.org/images/1/11/Dekker_Annet_ed_Lost_and_Living_in_Archives_2017.pdf
- De Kosnik, A. d.** (2016). Archival Styles: Universal, Community, and Alternative Digital Preservation Projects. Em A. d. Kosnik, *Rogue Archives, Digital Cultural Memory and Media Fandom* (pp. 73-122). Londres: The MIT Press.
- Dockray, S., & Forster, B.** (2018). README.md. Em B. Haylock, & D. Blamey, *Distributed* (pp. 198-213). Londres: Open Editions.
- Ellingham, V.** (ed.) (2019). *Nansen Magazine*, n.º 2. Consultada em 4 out. 2022. Disponível em <https://www.nansenmagazine.com/shop/issue-02-kalaf-epalanga>

- Escobar, A.** (2021). Autonomous Design and the Emergent Transnational Critical Design Studies Field. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 25-38). Amsterdão: Valiz.
- Flesler, G., Neidhardt, A., & Ober, M.** (2021). Not a Toolkit – A Conversation on the Discomfort of Feminist Design Pedagogy. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 205-225). Amsterdão: Valiz.
- Guterres, B.A.** (2015). *A cidade invisível de Lisboa* | António Brito Guterres | TEDxLisboa [Video]. Consultado em 4 jan. 2023. YouTube: https://youtu.be/oFn7oJz__z8
- Harmat, G.** (2020). Practical Gender in Critical Pedagogy: Analyzing Everyday Objects. Em G. Harmat, *Intersectional Pedagogy: Creative Education Practices for Gender and Peace Work*. Abingdon: Routledge.
- hooks, b.** (2022). *Teoria Feminista, Da Margem ao Centro*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Jimerson, R. C.** (2007). Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. *The American Archivist*, pp. 252-281. Consultado em 22 maio 2022. Obtido de : <https://doi.org/10.17723/aarc.70.2.5n20760751v643m7>
- Khandwala, A.** (2020). “Decolonizing Means Many Things to Many People”, Four Practitioners Discuss Decolonizing Design. Eye on Design. Consultado em 14 set. 2022. Obtido de: <https://eyeondesign.aiga.org/decolonizing-means-many-things-to-many-people-four-practitioners-discuss-decolonizing-design/>
- Lança, M.** (2020a). *Entrevista a António Brito Guterres*. Consultada em 17 out. 2022. Obtido de: ReMapping Memories Lisboa: <https://www.re-mapping.eu/entrevistas/antonio-brito-guterres>
- Lança, M.** (2020b). *Entrevista a José Baessa Pina*. Consultada em 17 out. 2022. Obtido de: ReMapping Memories Lisboa: <https://www.re-mapping.eu/entrevistas/jose-baessa-de-pina>

- Lison, A.** (2019). Introduction: Contesting “The Archive,” Archives, and Thanatarchy. Em A. Lison, M. Mars, T. Medak & R. Prelinger, *Archives* (pp. ix-xxiii). Lüneburg, Minneapolis: Meson Press, University of Minnesota Press.
- Lorusso, S.** (2021). Design and Power – Part 1. Other Worlds. Consultado em 19 abril 2022. Obtido de: <https://buttondown.email/otherworlds/archive/ow-4-design-and-power-part-1-by-silvio-lorusso/>
- Mareis, C., & Paim, N.** (2021). Design Struggles, An Attempt to Imagine Design Otherwise. Em C. Mareis, & N. Paim, *Design Struggles – Intersecting Histories, Pedagogies, and Perspectives* (pp. 11-22). Amsterdão: Valiz.
- Martins, L. P.** (2014). Privilege and Oppression: Towards a Feminist Speculative. *Design's Big Debates – DRS International*. Suécia. Consultado em 19 jan. 2022. Obtido de: <https://dl.designresearchsociety.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1996&context=drs-conference-papers>
- Matos, A.** (2022). Who Can Afford to Be Critical? What Can Criticality Afford? Other Worlds. Consultado em 23 abril. 2022. Obtido de: <https://buttondown.email/otherworlds/archive/ow-8-who-can-afford-to-be-critical-what-can/>
- Mazé, R.** (2008). Critical of What? *Iaspis Forum on Design and Critical Practice Seminar*. Estocolmo: Sternberg Press.
- Millar, L. A.** (2017). Archival Principles. Em *Archives, principles and practices* (pp. 1-72). Londres: Facet Publishing.
- Moss, M., & Thomas, D.** (2021a). Filling the Gaps. Em M. Moss, & D. Thomas, *Archival Silences: Missing, Lost and, Uncreated Archives* (pp. 226-241). Abingdon: Routledge.
- Moss, M., & Thomas, D.** (2021b). Introduction. Em M. Moss, & D. Thomas, *Archival Silences: Missing, Lost and, Uncreated Archives* (pp. 1-9). Abingdon: Routledge.
- Moss, M., & Thomas, D.** (2021c). Theorising the Silences. Em M. Moss, & D. Thomas, *Archival Silences: Missing, Lost and, Uncreated Archives* (pp. 10-25). Abingdon: Routledge.

- Neidhardt, A., & Baumgarten, L.** (2020). Discrimination follows Design – Design follows Discrimination. A Feminist Perspective on Design. Consultado em 14 março 2022. Obtido de: <https://files.cargocollective.com/c534350/DFDDFD-Baumgarten-Neidhardt-EN.pdf>
- Prelinger, R.** (2019). Archives of Inconvenience. Em A. Lison, M. Mars, T. Medak & R. Prelinger, *Archives* (pp. 1-45). Lüneburg, Minneapolis: Meson Press, University of Minnesota Press.
- Rittner, J.** (2022). Designing with Complexity: An intersectional View. Em A. Berry, K. Collie, P. Laker, L.-A. Noel, J. Rittner, & K. Walters, *The Black Experience in Design: Identity, Expression and Reflection* (pp. 20-24). Nova Iorque: Allworth Press.
- Schnapp, J.** (2016). Buried (and) Alive. Em N. Petrešin-Bachelez, *Decolonising Archives* (pp. 17-22). L'Internationale Online. Consultado em 12 dez. 2022. Obtido de: <https://d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf>
- Schwartz, J. M., & Cook, T.** (2002). Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. *Archival Science* 2, 1-19. Consultado em 23 jan. 2022. Obtido de: <https://doi.org/10.1007/BF02435628>
- Sela, R.** (2016). The Hump of Colonialism, or The Archive as a Site of Resistance. Em N. Petrešin-Bachelez, *Decolonising Archives* (pp. 54-61). L'Internationale Online. Consultado em 12 dez. 2022. Obtido de: <https://d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf>
- Thorsen, S.** (2020). *Counter-Archiving: Combating Data Colonialism*. Medium. Consultado em 4 maio 2022. Obtido de: <https://medium.com/copenhagen-institute-for-futures-studies/counter-archiving-combating-data-colonialism-be17ffead4>
- Thylstrup, N. B.** (2017). What the Archive can't Contain. Em A. Dekker, *Lost and Living (in) Archives, Collectively Shaping New Memories* (pp. 141-158). Amsterdão: Pia Pol, Valiz. Consultado em 07 jan. 2022. Obtido de: https://monoskop.org/images/1/11/Dekker_Annet_ed_Lost_and_Living_in_Archives_2017.pdf

Wallace, D. (2020). Defining the Relationship between Archives and Social Justice. Em D. A. Wallace, M. W. Duff, R. Saucier, & A. Flinn, *Archives, Recordkeeping, and Social Justice* (pp. 22-51). Abingdon: Routledge.

Wallace, D., Duff, W., & Flinn, A. (2020). Conclusion. Em D. A. Wallace, M. W. Duff, R. Saucier, & A. Flinn, *Archives, Recordkeeping, and Social Justice* (pp. 242-246). Abingdon: Routledge.

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



CONTRA-ARQUIVO A MOURARIA

Reverter silêncios não naturais,

através de uma prática crítica e interseccional em design

APÊNDICES

Maria Inês de Sousa Ribeiro

Trabalho de Projeto

Mestrado em Design de Comunicação

Trabalho de Projeto orientado pela Prof. Doutora

Sofia Figueiredo Gonçalves

2023

(página intencionalmente deixada em branco)

APÊNDICE 01.

Levantamento inicial de hipóteses de colaboração para o desenvolvimento da componente projetual

01. Associação Cavaleiros de São Brás

- Associação cultural que dinamiza o bairro Casal da Boba, na Amadora. O Casal da Boba é um bairro de realojamento, que acolheu cerca de 500 famílias vindas de bairros inscritos no PER (Programa Especial de Realojamento), a maior parte de origem cabo-verdiana.
- A associação dinamiza atividades com as crianças, como campos de férias, atividades culturais e que celebrem a cultura cabo-verdiana predominante no bairro, apoiam os moradores com necessidades específicas, entre outros.

02. Professora Ariana Furtado

- Ariana é uma mulher afrodescendente, ativista, professora e coordenadora da Escola Básica do Castelo. Tem dinamizado nesta escola e junto dos seus alunos, vários projetos e atividades de forma a promover a aceitação da identidade e individualidade de cada aluno, discutir o racismo, marginalização, direitos humanos, entre outros.
- É também autora do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação”, projeto este reconhecido com o Prémio Municipal dos Direitos Humanos da Cidade de Lisboa de 2018-2019. Este projeto incentiva as crianças a discutirem o racismo e promove o respeito por todos.

03. Associação Renovar a Mouraria

- Associação criada por um grupo de moradores do Bairro da Mouraria, e que desenvolve principalmente atividades de componente social e cultural, apoiando a comunidade que hoje em dia é particularmente composta por uma grande percentagem de migrantes.
- Apoiam legalmente a população migrante (documentação, emprego, etc), têm projetos de apoio ao estudo de crianças, de desenvolvimento de negócios de migrantes, aulas de inglês e português, atividades culturais como a organização do arraial de verão ou as migrant tours (visita guiada ao bairro e ao centro de Lisboa, coordenada por migrantes, que apresentam também a sua visão sobre o espaço), entre outros.

04. Associação Cultural Moinho da Juventude

- Esta associação é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento), que atua e dinamiza o bairro da Cova da Moura, situado na Amadora.
- Formada em 1985, surgiu da necessidade de instalação de saneamento e esgotos no bairro para os 900 moradores que habitavam o bairro. Hoje em dia têm uma biblioteca particular, dinamizam atividades culturais como festivais, competições desportivas ou exposições, distribuem refeições pelos moradores, entre outras atividades.

05. Associação Passa Sabi

- Associação de moradores do bairro do Rego, situado no centro de Lisboa, que tem como objetivo dinamizar e unir a população do bairro, que conta com uma grande diversidade, entre crianças, adultos e idosos.
- Promovem um centro de apoio ao estudo de crianças, *masterclasses*, visitas guiadas ao bairro, concertos, atividades culturais, entre outros.

06. Investigador António Brito Guterres

- Investigador em estudos urbanos, professor e mediador cultural, tem desenvolvido um estudo substantivo sobre o território de Lisboa, e os mapas e fronteiras que existem dentro desta, colocando determinadas comunidades à margem, mesmo se habitando no centro urbano.
- Tem participado na dinamização comunitária de territórios como o bairro da Curraleira (centro de Lisboa), Serra das Minas (Rio de Mouro), Bairro dos Navegadores (Oeiras), Picheleira (Beato, centro de Lisboa), entre outros, sempre em contacto com a comunidade.

07. Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal

- Associação sem fins lucrativos e detentora do estatuto de associação com utilidade pública, opera essencialmente na zona de Caxias, e foca-se principalmente nas crianças e jovens interessados na cultura africana.
- Desenvolve trabalho no campo da educação não formal, particularmente sobre inclusão através da arte, através de iniciativas de organização comunitária e promoção da cidadania, contribuindo para a valorização das raízes culturais, aumento de auto estima e de sentimento de presença destes jovens e crianças.

APÊNDICE 02.

Definição de critérios de seleção do bairro e/ou comunidade a trabalhar na componente projetual

1. Composição da comunidade

Dá-se preferência ao desenvolvimento de um projeto acerca de uma comunidade constituída por pessoas que se encontram numa classe mais baixa, pois as condições económicas também impactam a inclusão ou marginalização dos indivíduos, podendo ou não tratar-se de um bairro de realojamento. Seria pertinente haver alguma homogeneidade na comunidade selecionada, indo de acordo às conclusões retiradas da investigação teórica, de que existe exclusão de registos de determinados grupos minoritários, como comunidades migrantes, africanas ou afrodescentes, ciganas, entre outros.

2. Condições do bairro

Dá-se preferência à seleção de um bairro com menos condições e menos apoios, e onde as associações / indivíduos, ou a própria comunidade, tenha conseqüentemente desenvolvido um trabalho mais significativo. A falta de investimento nas infraestruturas, serviços, transportes e condições gerais do espaço, também é reflexo do menor interesse no espaço e na comunidade que nele habita.

3. Existência de registos da comunidade e das atividades desenvolvidas

Considera-se extremamente relevante que a comunidade selecionada detenha registos das atividades que são desenvolvidas dentro do bairro, e preferencialmente, documentação sobre a própria população, agilizando o desenvolvimento projetual do arquivo.

4. Formatos e tipologias de registos

A existência de registos em formato digital facilitaria o desenvolvimento do projeto, sendo que este também será em formato digital, bem como a sua concentração em algum local ou com algum indivíduo, tornando mais eficiente a recolha de conteúdos. Existir variedade de tipologias poderá ser interessante também para o projeto final, desde que cada tipologia tenha alguma quantidade de conteúdos associada, de forma a se poderem integrar os vários formatos.

5. Existência de apoios

Seria mais oportuno trabalhar com um bairro no qual à partida não existe grande investimento, tratando-se assim de uma comunidade mais desamparada e “invisível”, para quem o projeto seria mais útil e relevante.

6. Necessidades da comunidade

O projeto deverá ter sentido enquanto produto resultante de uma investigação, mas também é imperativo que seja útil para a própria comunidade envolvida no trabalho.

Assim, é relevante perceber quais as maiores necessidades da comunidade a serem comunicadas, e se o projeto pode ou não ir ao encontro das mesmas.

7. Disponibilidade e interesse na colaboração

É muito importante que os interlocutores vejam interesse e relevância neste projeto, envolvendo-se no mesmo. Dá-se preferência ao desenvolvimento do projeto com uma associação/indivíduo que tenha alguma disponibilidade para ir acompanhando o mesmo, pois este deverá ser desenvolvido sobre uma base colaborativa e aberta, bem como para ir facultando alguns materiais e prestar apoio face a algumas adversidades que possam surgir ao longo do percurso.

APÊNDICE 03.

Guião elaborado para entrevista a António Brito Guterres

Partindo dos critérios de seleção previamente definidos (ver apêndice 02) para dar seguimento ao projeto e colaboração, bem como das características do trabalho desenvolvido por António Brito Guterres [ABG], foi construído um guião de entrevista que poderá ser consultado de seguida, sendo que a entrevista não se chegou a concretizar. Após uma breve apresentação inicial individual e da própria investigação que motiva este diálogo, procura-se compreender melhor seu o trabalho, nomeadamente a sua metodologia, os locais onde já esteve envolvido numa prática de desenvolvimento comunitário e os possíveis registos dessa prática, bem como as expectativas de continuação do seu trabalho, percebendo se existe espaço para continuar este diálogo e encetar uma possível colaboração.

Apresentação inicial

- Apresentações individuais
- Exposição do tema da investigação, bem como do mote para o desenvolvimento do projeto prático
- Contextualização desta entrevista, bem como dos objetivos da mesma

1. Questões sobre o trabalho de ABG

1.1. Qual a sua metodologia de trabalho?

- 1.1.1. Como seleciona os bairros com os quais tem vindo a trabalhar?
- 1.1.2. Existem ligações (espaciais, sociais) entre os bairros que são selecionados?
- 1.1.3. Como estabelece contacto com as comunidades?
- 1.1.4. Como é a introdução nos bairros, com que tipo de dificuldades se depara?
- 1.1.5. Quais os principais objetivos do diálogo com estas comunidades?
- 1.1.6. Os objetivos do seu trabalho são moldáveis às necessidades que encontra nas várias comunidades?

1.2. Que trabalho já tem sido feito?

- 1.2.1. Quais os bairros com os quais já trabalhou?
- 1.2.2. Os contactos foram sempre estabelecidos por sua iniciativa?

- 1.2.3. Qual o diálogo mais desafiante e porquê?
- 1.2.4. Que tipo de atividades foram desenvolvidas nos vários bairros?
- 1.2.5. Existem projetos que tenham surgido em diálogo mas que ficaram por concretizar?
- 1.2.6. Que atividades de dinamização estão a decorrer neste momento?

1.3. Que registos existem do seu trabalho?

- 1.3.1. Existem registos do trabalho que tem vindo a desenvolver?
- 1.3.2. Onde se encontram estes registos?
- 1.3.3. Quais os formatos destes registos?
- 1.3.4. São ficheiros maioritariamente físicos ou digitais?

2. Previsões futuras deste trabalho

2.1. O que já foi comunicado do seu trabalho?

- 2.1.1. O seu trabalho tem sido comunicado para o exterior das comunidades?
- 2.1.2. Se sim, em que lugares/plataformas tem sido partilhado?
- 2.1.3. A que tipo de materiais gráficos tem recorrido para comunicar o seu trabalho?
- 2.1.4. Existe envolvimento das comunidades nesta fase?

2.2. Qual a próxima fase?

- 2.2.1. Quais os próximos passos do projeto?
- 2.2.2. Prevê-se o contacto com novas comunidades ou está neste momento a desenvolver trabalho em exclusivo com alguma(s)?
- 2.2.3. Sabendo que se prevê o desenvolvimento de várias peças de comunicação do seu trabalho, em parceria com o Teatro do Bairro Alto, existe alguma previsão de quando este trabalho irá ser iniciado?
- 2.2.4. Existe alguma definição nesta fase sobre as peças gráficas que vão ser desenvolvidas e em que meios vão ser apresentadas?

3. Questões finais

- 3.1. Dentro das comunidades com que já trabalhou, quais considera serem mais acessíveis e que poderiam ter mais interesse em colaborar neste projeto?
- 3.2. Considera que este projeto poderia ser desenvolvido em diálogo com o seu, mantendo a sua independência? Haveria interesse nesta possível colaboração?

APÊNDICE 04.

Entrevista a Rita Madeira, representante da Associação Renovar a Mouraria

A entrevistada é Rita Madeira, e prestou esta entrevista enquanto representante da Associação Renovar a Mouraria – uma ONGD de utilidade pública, criada em 2008 pelos moradores do Bairro da Mouraria, empenhados em contribuir para a revitalização do bairro através de iniciativas comunitárias, educativas e culturais, sendo atualmente uma referência no desenvolvimento local e no trabalho pela integração de migrantes no bairro e na cidade. Rita Madeira tem formação em jornalismo, trabalhou anteriormente para o Jornal Mensagem – um jornal que detém como objetivo o trabalho junto dos lisboetas para melhorar a cidade de Lisboa – e é atualmente responsável pela comunicação da Associação Renovar a Mouraria, tanto interna como externa.

Condições de realização da entrevista

A entrevista, com duração de cerca de 1h15m, ocorreu no dia 19 de Abril de 2022, em formato online e através da plataforma *zoom*, por uma questão de conveniência e devido às restrições na altura em vigor, relativas à pandemia de Covid19.

A entrevistada demonstrou vontade de partilhar os seus conhecimentos, bem como as práticas da Associação Renovar a Mouraria, mantendo uma atitude de colaboração e disponibilidade ao longo de toda a entrevista. Mesmo no final da entrevista, prontificou-se a procurar mais algumas informações de que não tinha posse, e que seriam úteis na resposta a algumas questões que coloquei.

Ao levantar-se uma possibilidade de colaboração no desenvolvimento do artefacto final resultante da investigação, demonstrou grande entusiasmo, principalmente por querer já há algum tempo desenvolver uma parte dos conteúdos que mencionei poderem integrar o artefacto final, o que ainda não tinha acontecido por falta de meios da Associação. Ao perceber o entusiasmo da Rita, e por ter sentido a sua disponibilidade ao longo da entrevista, bem como empatia e sinergias entre nós, bem como um cruzamento de interesses e ambições, propus que continuássemos este diálogo para lá da entrevista, de forma a

percebermos o modo como esta colaboração poderia funcionar, bem como amadurecermos os objetivos, expectativas e disponibilidades de ambas as partes.

Guião da entrevista

Tendo como ponto de partida os critérios de seleção previamente definidos (ver apêndice 02) para dar seguimento ao projeto e colaboração, bem como as características da organização que a entrevistada visa representar, foi construído um guião de entrevista, que poderá ser consultado de seguida. Após uma breve apresentação inicial individual e da própria investigação que motiva este diálogo, procura-se compreender melhor o bairro, a comunidade, a associação, e por fim, levantar a possibilidade de uma colaboração.

Apresentação inicial

- Apresentações individuais
- Exposição do tema da investigação, bem como do mote para o desenvolvimento do projeto prático
- Contextualização desta entrevista, bem como dos objetivos da mesma

1. Questões sobre o bairro

1.1. Como é constituído o bairro?

- 1.1.1. Quantas pessoas habitam no bairro?
- 1.1.2. Existem faixas etárias predominantes?
- 1.1.3. Qual a classe social maioritária na comunidade?
- 1.1.4. Existem etnias predominantes?
- 1.1.5. Qual o nível de escolaridade médio?
- 1.1.6. A comunidade sempre viveu ali ou foi sujeita a algum processo de realojamento?

1.2. Quais as condições do bairro?

- 1.2.1. Qual a dimensão do bairro?
- 1.2.2. Existem bons ou variedade de transportes de acesso?
- 1.2.3. Quais as condições das habitações?
- 1.2.4. Existe algum tipo de habitação predominante?

- 1.2.5. Existem serviços dentro do bairro? Se sim, quais? (comércio, saúde, cultura, etc...)
- 1.2.6. Existe algum espaço dentro do bairro onde se arquivem registos e informações sobre o mesmo?
- 1.2.7. Quais as maiores necessidades do bairro?

2. Questões sobre a associação

2.1. Qual a história da associação?

- 2.1.1. Desde quando existe a associação?
- 2.1.2. Como surgiu a associação?
- 2.1.3. De que forma se organizam dentro da associação?
- 2.1.4. Quais os principais objetivos e ambições da mesma?
- 2.1.5. A associação trabalha isoladamente ou integra alguma rede maior?
- 2.1.6. É assegurado algum financiamento para o trabalho da associação?

2.2. Como a associação dinamiza o bairro e a comunidade?

- 2.2.1. Que atividades são realizadas dentro da comunidade?
- 2.2.2. Com que regularidade a associação promove iniciativas?
- 2.2.3. Qual a adesão por parte da comunidade?
- 2.2.4. Há divulgação das atividades, dentro e fora do bairro?

2.3. Como é registado o trabalho da associação?

- 2.3.1. Existem registos das atividades promovidas pela associação?
- 2.3.2. Se existem registos, que tipo de registos são? (vídeos, fotografias, relatórios...)
- 2.3.3. São registos digitais, físicos ou ambos?
- 2.3.4. Onde se encontram os registos?

3. Questões finais

- 3.1. Que tipo de conteúdos serão mais úteis à comunidade serem divulgados?
- 3.2. Haveria disponibilidade e interesse da parte da associação em desenvolver trabalho em conjunto?

Transcrição da entrevista

1.1.1. Quantas pessoas (mais ou menos) habitam a Mouraria atualmente?

Não sei se te consigo dizer exatamente... Ou seja, em termos de dados, eu sei que o bairro tem mais de 50 nacionalidades diferentes a viver nele. O número de pessoas concreto, confesso que não tenho a certeza, e não te quero dar informações imprecisas, mas posso apontar e confirmar posteriormente, e depois enviar-te por e-mail.⁵⁸

1.1.2. Obrigada, isso seria de facto útil. Estavas a falar da diversidade de nacionalidades, e gostava de te perguntar ao nível das faixas etárias, se existe também diversidade entre os moradores ou se há predominância de uma faixa etária específica?

Tanto encontras pessoas mais novas que emigraram para cá, muitas pessoas na faixa etária dos trintás, dos quarentas, como tens toda uma população portuguesa envelhecida, dos sessenta para cima. Não é tanto o que está a acontecer por exemplo nos Anjos e Arroios, onde existe uma emigração que, eu diria, é muito mais jovem, encontrando igualmente muitos estrangeiros de outras classes sociais, de classes económicas um pouco mais altas dessa perspetiva hierárquica. Aqui eu não diria que seja uma população tão jovem, é mais numa fase adulta. Mas há outra questão... Não há propriamente um estudo muito detalhado sobre a demografia da Mouraria, a não ser um que a Maria Mascarenhas, que estagiou com a Associação no verão passado, esteve a fazer e que nós vamos precisamente daqui a poucos meses, apresentar publicamente. Não sei se ainda irá a tempo da tua investigação... Mas ela está ainda, digamos que, a limar as últimas arestas desse estudo, que coloca um conjunto de questões: Quem é que é esta população que vive na Mouraria? Quais são as faixas etárias? Quais são as nacionalidades predominantes? Porque é que vieram para cá viver?... Portanto ela tem estes dados mais demográficos nesse estudo, que só foi feito agora. Em breve haverá uma apresentação pública deste estudo que foi feito sobre a Mouraria.

⁵⁸ Posteriormente, a entrevistada confirmou-me por e-mail que o bairro da Mouraria tinha atualmente cerca de 6000 habitantes.

1.1.3. Isso parece de facto relevante, vou estar atenta para tentar participar. Pela tua experiência e proximidade à comunidade, consegues identificar se existe uma classe social maioritária entre os residentes do bairro?

A maioria dos residentes está numa classe médio baixa... A população mais velha e que vive na Mouraria há mais tempo, vive sobretudo das suas reformas, sem boas condições habitacionais... E a população migrante, que é muito representativa neste bairro, tem imensas dificuldades em estabelecer-se, em entrar no mercado de trabalho, e a conseguirem a sua autonomia financeira. O tipo de emigração aqui no bairro é diferente do que em zonas aqui próximas, como Arroios, Anjos... Aí já encontras uma população mais jovem, muita dela com maior poder de compra porque trabalha à distância para os seus países de origem, com ordenados muito superiores. Depois é claro que encontras aqui também muitos turistas, hospedados em alojamentos de luxo, que se inserem numa classe superior, mas acabam por estar só de passagem.

1.1.4. Existem nacionalidades predominantes na Mouraria?

Sim, as populações que têm mais expressão e que nós também recebemos mais na Associação enquanto utentes, são pessoas que vêm do Bangladesh, do Paquistão, da Índia... Também temos uma população chinesa com bastante expressão mas que acaba por não ser tão próxima. E o comércio que existe, que é talvez o setor mais visível no bairro, também está muito associado a estas nacionalidades.

1.1.5. Imagino que esta questão seja muito específica pelo que já me disseste sobre a inexistência de estudos demográficos sobre a Mouraria, à exceção daquele que ainda está por ser apresentado. Mas saberás possivelmente o nível de escolaridade médio da população?

Não te consigo dizer, mas acho que alguns dados dos quais temos estado a falar são possíveis de encontrar nos censos. Agora, em relação à população migrante, acho que temos mesmo de esperar pelos resultados deste estudo.

1.1.6. A comunidade sempre viveu aí no bairro? Ou houve algum tipo de realojamento de pessoas de outras zonas da cidade?

O bairro da Mouraria já é muito antigo, não é um bairro de realojamento... A comunidade mais velha que aqui vive já está cá há muitos anos. Depois é claro que a população migrante se tem vindo a tornar mais expressiva nos últimos anos, alguns passam cá uma temporada, mas acabam por emigrar para outros países, e há sempre pessoas a chegar... Também assistimos à saída de alguma população mais antiga para outras zonas da cidade, quando se começou a assistir ao investimento no turismo e à construção de novos alojamentos locais em edifícios anteriormente habitados... Infelizmente temos sentido muito o fenómeno da gentrificação aqui nesta zona nos últimos anos.

1.2.1. Em relação ao território em si, qual é que é mais ou menos a dimensão do bairro?

A Mouraria estende-se ali até à Baixa, depois tens à volta o Martim Moniz, por trás começa a ter a zona da Encosta do Castelo, depois tens a Graça... Tens aqui todas estas zonas a circundar o Bairro, portanto acaba por ser um bairro de dimensão média/alta.

1.2.2. Existem bons transportes ou variedade de transportes de acesso ao bairro?

Eu diria que principalmente pelo lado do Rossio e do Martim Moniz, é um bairro bem abastecido, tem depois algumas questões ali entre a Mouraria e a Graça... Mas estão a fazer uma coisa interessante neste momento, estão a construir um ascensor entre a Graça e a Mouraria, que na verdade já tinha existido há muitos anos mas, não sei bem porquê, ficou desativado... E estão a construir um ascensor que vai ser muito importante ao nível da mobilidade, principalmente para pessoas mais velhas, porque... Nós temos estes relatos de pessoas que vivem aqui na Mouraria e para quem ir à Baixa ou ao Terreiro do Paço, é uma viagem, e nem vão quase. Depois também existe essa questão das escadas, das próprias ruas, não terem o melhor acesso a nível de mobilidade pedestre, principalmente para pessoas mais velhas. Há muitos contrastes aqui neste momento.

1.2.3. E ao nível da habitação, como são as condições?

Ao nível da habitação, na verdade, tens muitos problemas e é algo que até de forma empírica é mais ou menos fácil de ver. Mesmo aqui ao nosso lado nós temos um prédio em que as casas não têm condições habitacionais, e nem estamos a falar de questões como pobreza energética, são casas que não têm mesmo boas condições de habitação e onde, na verdade, vivem pessoas bastante mais velhas e que precisariam particularmente de ter outras condições. Pensando também no contexto atual de gentrificação, a Mouraria acaba por viver situações paradoxais, porque tens casas... Por exemplo este prédio que está aqui ao nosso lado tem péssimas condições mas se andares uma rua, tens alojamento local de luxo em alguns prédios, então neste momento a Mouraria tem muitos contrastes: tens casas muito antigas com escadarias imensas, sem elevadores, e que não estão em boas condições, e depois tens o alojamento local também aí, a renovar (diria que de forma não muito comunitária) alguns edifícios.

1.2.4. Existe algum tipo de habitação predominante?

Acho que neste momento existe muito esta disparidade entre alojamentos locais com boas condições, muitos destes de luxo mesmo, e depois tens prédios muito mais antigos, a precisarem de intervenção porque de facto não têm boas condições de habitação, por exemplo ao nível dos acessos... Porque têm grandes escadarias e raramente têm elevadores.

1.2.5. Existem serviços ao nível da saúde, comércio, cultura...? Dirias que é um bairro bem abastecido?

Sim, sim, sim... Eu destacaria principalmente o comércio porque na verdade é o setor na Mouraria assim mais ocupado pela população migrante que aqui chega, no fundo para refazer as suas vidas. Acho que a Rua do Benfornoso é um exemplo disto e é muito ilustrativo da realidade aqui na Mouraria, porque é uma rua onde tu passas e tens restaurantes, agências de viagem, lojas de roupa, ou lojas de conveniência. Há muito muito comércio, eu diria que é o que tem mais expressão aqui, e são pequenos negócios precisamente da população migrante. Depois de serviços públicos, de saúde e etc, diria que é mais ou menos parecido aos outros bairros, é um bairro que está bem abastecido nesse aspeto, mas destacaria mesmo aqui o comércio.

1.2.6. E existe algum espaço dentro do bairro onde existam registos sobre o mesmo? Uma biblioteca, um arquivo, ou mesmo dentro da vossa sede algum espaço de armazenamento de registos?

Espaço próprio dentro do bairro... Eu penso que não existe nenhum espaço próprio, agora a Renovar... Como a nossa atividade desde o início sempre foi muito próxima da população local, e muitos projetos também foram ao encontro e até participados pela população, nós temos algumas coisas que podem ser interessantes. Por exemplo o *Jornal Rosa Maria*, que neste momento está um bocadinho em *standby*, mas até 2019 foi tendo edições, foi assim um dos projetos maiores da associação, porque mobilizou muitas pessoas da comunidade para escreverem para o jornal, para contribuírem com crónicas, com poesia... Aí temos coisas que podem ser interessantes e nós temos também ainda alguns exemplares aqui que te podíamos dar. Temos alguns livros aqui também, temos uma pequena biblioteca ali na entrada com livros de fotografia por exemplo, que não foram propriamente produzidos por nós, mas que têm registos fotográficos do bairro. Outro projeto muito interessante foi o Lojas com História, que também passou muito aqui pelo bairro da Mouraria... Tenho a certeza que se for perguntar à Inês e à Filipa, elas vão referir mais projetos, porque houve muitos que deixaram algum arquivo e algum registo. É mais uma coisa que posso perguntar para te conseguir dar uma resposta mais completa.

1.2.7. Sim, obrigada! Tenho só mais uma questão relacionada com o bairro... Tu falaste anteriormente de más condições habitacionais, alguns problemas de acesso, e eu queria perguntar-te se existem outras necessidades no bairro, ou seja, da tua perspetiva, quais é que achas que são as dificuldades e necessidades da população que habita a Mouraria?

Um dos aspetos mais importantes e que consigo assinalar logo porque me foi transmitida pela assistente social do CLAIM, que é quem lida mais diretamente com a população migrante, tem a ver muito com o acesso ao mercado laboral, que é uma peça chave para a inclusão em vários aspetos. Não só porque automaticamente facilita questões de documentação e de regularização até legal, porque a partir do momento em que os migrantes estão empregados com um contrato de trabalho real, isso é muito importante para conseguirem obter um visto de permanência em Portugal e regularizarem a sua situação...

E também ao nível da autonomia, mesmo financeira. Falta uma sensibilização, não só dos empregadores, mas mesmo da sociedade em geral, para o facto de que muitos migrantes que chegam a Portugal têm muita vontade de trabalhar, ao contrário do que se pensa, e há muitas pessoas que trazem toda uma formação superior dos países de onde vêm, mas por questões burocráticas não conseguem exercer na sua área. Por exemplo, uma utente muito próxima é ginecologista, mas tudo o que tem a ver com medicina é muito complicado, porque tens de ter um documento que te permita exercer noutra país e é uma coisa muito complicada e demorada, então ela na verdade tem conhecimento para, mas não consegue ser empregada na sua área. Há muitos utentes nossos que aceitam trabalhar em qualquer coisa, já nem pensam que seja na sua área de formação, eles só querem trabalhar e ser independentes... Até porque há muitos casos em que vem primeiro o homem e depois vem a mulher e os filhos, e por isso há uma vontade dessa autonomia para se conseguirem fixar, reunir a família, para tratarem de processos da componente familiar, etc. Mas não fugindo muito, em termos de necessidades, é fundamental criar canais e mais estruturas de apoio, desde logo ao mercado laboral, mas claro que isso tem de ser acompanhado desta sensibilização. Se eu estou a ver currículos, não posso desvalorizar o currículo de um migrante e achar que ele não vai estar tão preparado. Depois há outra questão muito importante, em relação à integração de crianças especificamente. Temos alguns projetos relacionados com isso, temos o ACV e estamos a fazer também um estudo pela integração em parceria com o IGOT, que no fundo é uma investigação sobre o ponto de situação da integração das crianças migrantes no ensino público português, e queremos propor políticas públicas nesse sentido. Porque aquilo que acontece é, por exemplo uma criança que venha do Bangladesh que até sabe falar inglês, mas obviamente não sabe falar português, tem uma disciplina extra de português língua não materna, e ela parte de um grau zero nessa disciplina, mas se calhar vai ter físico-química, biologia, ou mesmo português com um nível de português de alguém que já vive cá. Isso desde logo é uma desvantagem gigante para uma criança que chegue cá. Depois mesmo ao nível da integração social, a língua é uma das barreiras mais fortes que nós identificamos, e ao nível do ensino e da revisão de políticas públicas, é um aspecto muito urgente. Ao nível de serviços públicos e mesmo de saúde, diria que é uma necessidade também existirem mais tradutores e mediadores culturais. Num bairro como a Mouraria, onde se sabe que há uma diversidade

cultural grande, porque é que os serviços de saúde não têm tradutores ou mediadores culturais mesmo contratados, mesmo pelo hospital, para evitar precisamente barreiras linguísticas e facilitar a comunicação entre o médico e o utente? Ou seja, perante todas as necessidades que uma pessoa já tem, adicionas a camada da comunicação, daí nós também estarmos a tentar promover esta figura do mediador cultural comunitário e tentar profissionalizá-lo, porque é uma pessoa que dedica o seu tempo a identificar as necessidades da população migrante numa determinada zona e a identificar serviços. Esta é uma função do nosso grupo de mediadores neste momento, bem como o acompanhamento de moradores, por exemplo, a uma consulta, ou às finanças.

2.1.1. Sem dúvida, vivo na zona dos Anjos e também identifico muito esse problema. No outro dia fui às finanças e assisti a uma série de confusões com população migrante, por dificuldade de entendimento, até porque muitas das pessoas que trabalham nestes serviços não estão 100% à vontade com o inglês, então como é que se comunica?... Enfim, gostava de direcionar as próximas questões para a vossa associação. Assim, começando pelo início... Desde quando existe a associação?

A associação foi fundada em 2008. A Renovar foi acontecendo aos poucos, no início era um *hobbie*, as pessoas tinham outros trabalhos e dedicavam-se a isto só mesmo por paixão, por vontade, e depois eventualmente a Associação começou a crescer e começámos também a ter mais projetos financiados, a ganhar outra valorização... Fomos capazes de fazer crescer a equipa e montar uma estrutura, muito devido aos fundos que vamos recebendo e que vêm de projetos específicos, mas também do arraial que fazemos nos santos populares, e que nos ajuda a estabilizar financeiramente. Portanto, atualmente conseguimos ter 22 pessoas contratadas, e isso tem sido uma grande conquista. De acrescentar também que em 2015 a Renovar foi identificada como ONG de utilidade pública.

2.1.2. E como surgiu a associação, qual a história por detrás da sua criação?

Antes da criação da associação e ainda durante alguns anos, a Mouraria era um bairro muito marcado por algumas questões social e economicamente complexas, havia bastante tráfico de droga, muita pobreza, e portanto era um bairro que tinha muitos estigmas associados, as pessoas tinham medo de entrar nele, era visto como violento... E apesar de

hoje em dia o nosso foco ser muito também a população migrante, no início a associação foi criada muito pela necessidade das pessoas que aqui moravam de dinamizar o bairro cultural e socialmente e de ativar espaços – como é o caso do espaço que nós ocupamos agora, que foi todo construído por um conjunto de pessoas que se mobilizou para isso; algumas delas ainda fazem parte da associação – que eram edifícios devolutos. E depois também foi inspirada (se calhar a parte mais poética da história) numa outra associação que existe em Olinda, no Brasil. Uma das fundadoras da Associação, a Inês Andrade, veio viver para Mouraria, mas depois esteve dois anos nesta zona no Brasil e voltou muito inspirada com o bairro, pois era um bairro assim cheio de vida cultural, com muita coisa sempre a acontecer, com muita diversidade. A Mouraria quase que repelia, quase que era uma periferia apesar de ser tão central, e depois de ter visto Olinda e de ficar tão inspirada, pensou “vou fazer isto em Lisboa, neste bairro que eu amo”.

2.1.3. De que forma é que se organizam dentro da associação, como é a vossa estrutura interna?

Digamos que a nossa estrutura tem mais a ver com os projetos, e por outro lado, algumas funções específicas que atravessam projetos. Por exemplo, a minha posição enquanto técnica de comunicação e marketing, permite-me estar em contacto com todos os projetos. Tens também uma direção, composta pela Filipa Bolotinha e pela Inês Andrade. Aliás, depois oficialmente tens mais pessoas que constituem a direção, mas elas são assim as nossas capitãs. Na equipa de comunicação, comigo, está também o Hugo Henriques, que é designer e ilustrador, e depois tens outros técnicos que lá está, se dividem por projeto. Ou seja, tens o CLAIM Mouraria, que concentra a nossa coordenadora Maria João Conde, que inclui a Larissa que faz aconselhamento legal e a nossa assistente social Rita Castro. Tens o projeto TPC, que é de apoio ao estudo, coordenado pela Luana e pela Maria João. Tens o ProfCom, o Changing (H)earth... Uma série de projetos que eu também te posso detalhar, e em cada um deles, existe um técnico a coordenar. Depois também existem os mediadores culturais, que não estão alocados a nenhum projeto específico, navegam entre os vários projetos. Mas posso dizer que a nossa associação é bastante horizontal, acho que é muito participativa e toda a gente tem uma palavra a dizer, é mesmo gerida como uma casa partilhada, verdadeiramente. Há pouco tempo, por exemplo, estivemos

em remodelações porque o espaço lá de baixo transformou-se numa zona de atendimento do CLAIM, e todos participámos: “Como é que vamos organizar o espaço? Quem é que fica em cada sítio? Quais são as necessidades de cada um? Portanto é muito horizontal, nada hierárquica. Ou seja, há pessoas que constituem a direção mas não impõem a sua vontade sobre as outras pessoas, é um processo muito participado, muito aberto, bastante informal. Uma das nossas questões neste momento também é a necessidade de recursos humanos, precisaríamos de mais pessoas para os projetos que estamos a desenvolver, porque nós temos técnicos que estão a coordenar e que são contratados, e depois vamos tendo alguns estagiários pontualmente que também nos dão algum apoio, e contamos ainda com voluntários, mas que estão muito concentrados no TPC, que é onde precisamos de mais voluntários. A nossa associação não tem um núcleo de técnicos contratados e depois muitos voluntários, até é mais o oposto, tirando o TPC, que é um projeto muito específico e que mobiliza cerca de 30 voluntários.

2.1.4. E quais é que são os vossos principais objetivos e ambições enquanto associação?

Há muita gente que associa a Renovar aos concertos e à parte mais cultural, porque nós já estivemos muito ativos quando tínhamos o café lá em baixo, mas neste momento a nossa verdadeira missão é mais social, isso era algo que nos ajudava a manter e a conseguir de facto financiar esta parte social, e é nela que estamos mais focados atualmente. Expandimos o nosso CLAIM, que é assim se calhar um dos projetos mais importantes, em que de facto há um maior contacto com a população migrante, onde conseguimos ver o que podemos fazer e promover em termos de integração, porque é mesmo um Centro Local de Apoio à Inclusão de Migrantes, em que fazemos todo um apoio social e legal a migrantes e pessoas refugiadas. Um dos nossos principais objetivos é aproximar a população migrante que existe aqui com grande expressão, e a população que nós chamamos de acolhimento, população portuguesa e que já cá vivia. E depois temos uma série de projetos que gostaríamos de implementar, mas nem sempre é fácil porque não temos os recursos humanos de que precisaríamos, e é uma coisa que vai sendo gerida constantemente.

2.1.5. E vocês trabalham isoladamente, ou integram alguma rede de associações, por exemplo?

Nós temos muitas parcerias, em função dos vários projetos que vamos estabelecendo. Temos também um contacto próximo com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Mas as parcerias que temos são relativas aos projetos, não há uma rede para a associação em geral. Se calhar a mais abrangente, diria que é com a Bairros Lx, por exemplo, mas depois vai depender muito do projeto. O TPC, por exemplo, tem parceria com a rede DLBC Lisboa, mas no Changing (H)earth já temos parceria com os BagaBaga Studio, que são uma cooperativa multimédia independente, e com a associação Regador, que é outra associação aqui da zona. No ProfCom temos uma parceria muito vincada com o Impact Hub, mesmo em termos de partilha de espaços: por exemplo, usamos o espaço deles para formações, que é ali no CIM – Centro de Inovação da Mouraria. Vamos tendo assim parcerias pontuais, já tivemos ajuda da ReFood também... Mas vai dependendo.

2.1.6. É assegurado algum financiamento para o vosso trabalho enquanto associação?

Nós temos o arraial em Junho, que é sempre um momento muito importante para a sobrevivência da associação, mesmo a nível financeiro, uma vez que canalizamos os fundos angariados no momento para os projetos. Depois temos o apoio de fundos, que vêm principalmente das candidaturas de projetos que submetemos e que são aprovadas, e também contamos muito com a ajuda das parcerias que vamos estabelecendo para a realização de cada projeto. Às vezes quando temos necessidade também de algumas coisas específicas, ou para um projeto, ou mesmo para ajudar alguém que nos fez chegar essa necessidade, tentamos angariar também através das redes sociais.

2.2.1. E assim a nível de atividades principais, têm o TPC, o Changing (H)earth... E que outras atividades dinamizam na comunidade? Podias fazer um apanhado geral?

Sim, sim, claro. Então o Changing (H)earth tem como lema “deitamos mãos à terra para mudar corações”, e consiste na criação de uma agrofloresta na escola sede do agrupamento São Vicente, ali ao pé da Graça. E a criação da agrofloresta é no fundo um pretexto para trabalhar uma série de outras questões, como a integração, o diálogo intercultural,

a inteligência emocional, a cooperação... Porque também é uma escola que tem muitas crianças migrantes e de outras nacionalidades, e a ideia é, através da Natureza, melhorar também as relações humanas. Mobilizamos não só alunos, mas também professores, funcionários, toda a comunidade escolar. Queremos colocar a comunidade mais em contacto com a natureza, com a sustentabilidade, e ao mesmo tempo fomentar as relações dentro da comunidade escolar. Temos depois o ProfCom, que também é um projeto muito interessante, mais virado para a integração de migrantes no mercado laboral, que tem como base o apoio à construção e desenvolvimento de ideias de negócios de migrantes, ou até já de micronegócios. Este ano vamos ter duas turmas, uma já está a decorrer e agora em Maio eles já vão ter as suas marcas prontas, e é uma turma constituída por pessoas de áreas diferentes, não nos limitamos por áreas. As pessoas são acompanhadas por mentores no desenvolvimento dos negócios, e depois também estimulamos a parte do *networking*, temos até uma feira para promover um momento concreto de venda e ajudar ao estabelecimento de parcerias. Portanto a ideia é promover um bocadinho a autonomia financeira, e que as pessoas que tenham ideias de negócio possam desenvolvê-las com ajuda e acompanhamento, e ao mesmo tempo fazer isso sempre de uma perspectiva comunitária, tentando perceber como é que o negócio pode contribuir para a comunidade da Mouraria, para o bairro... Acho que é um projeto muito importante nesta questão do emprego e da autonomia. Depois o CLAIM é um projeto fixo, é mesmo um gabinete de inclusão e estes gabinetes existem por todo o país, são geridos por uma entidade que é o CNAIM. O CLAIM que existe aqui na Mouraria está alocado à associação, e faz o tal apoio social e legal, ajuda com processos de regularização, etc. Mais projetos... Sei que me estou a esquecer de certeza... Ah depois tens o ACV, que vai a escolas e faz mesmo um acompanhamento dos alunos migrantes, através de tutorias. Tens ainda o Educação pela Integração, que é este estudo que está a ser desenvolvido em parceria com o IGOT, e que constitui a nossa primeira parceria mesmo oficial com a academia, com uma universidade. Estamos a desenvolver ainda esse estudo mas entre Setembro e Novembro, vai haver um seminário para divulgarmos os resultados. Temos ainda as Migrant Tours, que é assim um projeto talvez mais aberto à população não migrante também... Basicamente nós temos um conjunto de guias Migrant Tours, que são pessoas migrantes que se quiseram tornar guias e que são pagas para isso, havendo esta questão das pessoas poderem

ter um financiamento extra através deste projeto. E no fundo estes guias fazem *tours* pelo bairro da Mouraria e pela freguesia em geral, mas com o seu olhar sobre a cidade... Então por um lado estão a dar a conhecer a Mouraria e Lisboa, ao mesmo tempo que acrescentam *inputs* sobre a sua própria cultura e de que forma esta se manifesta nas ruas, nos estabelecimentos que existem por aqui... Então existe este encontro muito interessante, e é mesmo um serviço que pode ser adquirido por escolas, empresas, grupos de pessoas particulares... Depois há alguns que vamos reativar em breve, mas disso ainda não posso falar... Ah e depois temos também aulas de inglês, vamos ter aulas de português também a começar em breve... Acho que estes são os projetos que estão mais ativos neste momento, mas se nos seguires também nas redes sociais, vais poder conhecer os próximos projetos a serem lançados.

2.2.2. Sim, claro. Já sigo a vossa página de instagram e a do projeto Changing (H)earth, mas não conhecia ainda as Migrant Tours... E ainda sobre estes projetos, com que regularidade é que vocês os vão dinamizando?

Há atividades bastante regulares, como o CLAIM, o TPC, o estudo a ser desenvolvido com o IGOT. São tudo projetos em curso, continuamente dinamizados. O projeto Changing (H)earth, por exemplo, acontece semanalmente, uma vez por semana. Depois as visitas Migrant Tours já decorrem de forma mais pontual: como funciona por marcação, podemos ter uma semana com uma ou duas visitas, e na semana seguinte não existir nada marcado. O ProfCom também está a funcionar este ano com duas turmas, mas o trabalho com cada turma também é mais extenso. No caso das aulas de português e inglês, também não há propriamente uma regra, só podemos realizá-las mesmo quando conseguimos financiamento. Vamos tendo outros eventos para a comunidade, que vão ocorrendo de forma ocasional.

2.2.3. E as pessoas aderem aos projetos e às vossas iniciativas em geral?

Como nós sempre trabalhámos de forma próxima à comunidade e tentamos sempre estar em contacto e ir auscultando os moradores, consolidam-se também relações e é esta proximidade que permite a adesão das pessoas aos nossos eventos. Os projetos por si só vêm tentar responder a necessidades que encontramos no bairro, e por isso as pessoas que

sentem que têm essas necessidades acabam por aderir aos nossos projetos. Os eventos também costumam ser bastante participados. Depende sempre do tipo de evento, e dos interesses de cada pessoa, mas por norma existe participação e aderência.

2.2.4. E há divulgação das vossas atividades, dentro e fora do bairro?

Sim, sim. Dentro do bairro as pessoas acabam por estar a par do nosso trabalho. Já cá estamos há alguns anos e trabalhamos sempre de forma próxima à comunidade. Depois utilizamos muito as redes sociais para ir divulgando e promovendo projetos e eventos, bem como o nosso site, que atualmente está em remodelação, mas onde iremos ter uma secção para os eventos, bem como informação sobre os projetos passados e atuais.

2.3.1. Queria perguntar também, ainda relacionado com o vosso trabalho, se existem registos dos projetos e eventos que vocês promovem?

Sim, sim, nós desenvolvemos sempre relatórios para cada projeto, bem como relatórios anuais, que por norma partilhamos no nosso site, mas agora está desativado, como disse. Assim que estiver pronto, o site poderá ser um bom arquivo para consultares, porque vai ter muita desta informação que nós abordámos na entrevista, não só sobre a história do bairro e da associação, mas também registos sobre os projetos que a associação já desenvolveu e estão concluídos, bem como registos dos projetos atuais e que vão ainda ser lançados. O site vai ser um arquivo muito importante e já não há de faltar muito para estar novamente ativo. Depois tens também as nossas redes sociais, que estão mais ativas neste momento, e que vão sendo também um arquivo, talvez um pouco menos organizado porque há muitos projetos para comunicar e há um fluxo muito intenso. Podes ir também aos destaques do instagram, que é a rede que usamos mais, e aí encontras informação sobre os projetos mais antigos e que ficaram ali arquivados. Depois temos materiais que ficaram de alguns projetos, por exemplo do *Contaria*, que era um projeto de contar histórias, em que se reunia muita gente aqui no beco para ouvir contar histórias, e ficaram assim uns livrinhos que relacionavam as estações, e depois havia poemas para cada estação. Mas sim, acho que as redes sociais, neste momento, são o principal espaço de armazenamento de registos. Posso te enviar um e-mail a avisar quando o *website* estiver no ar.

2.3.2. Sim, isso seria ótimo, obrigada! Então no fundo, vocês têm relatórios, fotografias e registros de texto, certo?

Sim, nós temos relatórios que têm de ser sempre apresentados aos financiadores, porque a partir do momento em que apresentamos uma candidatura e ela recebe financiamento, há sempre metas para cumprir e nesse sentido há sempre relatórios que vão sendo desenvolvidos pelo técnico ou pela técnica que está a coordenar o projeto. Não sei se podemos disponibilizar esses relatórios, é algo que tenho de perguntar à direção. Nas redes sociais e no futuro site, trabalhamos muito na base da fotografia e do texto. Acho que neste momento o *instagram* acaba por ser a plataforma que tem mais registros e que está mais atualizada sobre o que está a decorrer atualmente. No *feed* do *instagram*, por exemplo, podes ver os chamados *recaps* das atividades, ou seja, fotografias daquilo que tem acontecido, bem como a divulgação daquilo que vai acontecer. E pronto, é mais na base da fotografia e do texto. Também temos um youtube na verdade, que será reativado em breve, e onde tínhamos alguns registros em vídeo, também muito ligados a projetos específicos. Existem também redes sociais próprias para alguns projetos, como é o caso do Changing (H)earth e das Migrant Tours, e que são em si também um pouco um arquivo, que vive mais da fotografia e do texto.

2.3.3. Então os vossos registros tanto se encontram em formato físico como digital, certo?

Sim, sim... Temos algumas coisas aqui na sede, materiais que foram impressos e produzidos, mas também muitas fotografias, cartazes de eventos, registros em vídeo e em texto, que podem ser encontrados nas nossas plataformas.

2.3.4. Ou seja, os vossos registros estão armazenados principalmente nas redes sociais, site e aí na vossa sede, correto?

Sim, diria que estão principalmente *online*, quer nas redes sociais e youtube, como no site que vai renascer. Assim fisicamente só temos os relatórios, alguns exemplares do *Rosa Maria* e uns quantos livros que resultaram da realização de projetos específicos, como é o caso do *Contaria*, de que já falei. Também temos a biblioteca aqui na nossa sede, de que já te tinha falado, com materiais que não foram criados por nós mas que são sobre o

bairro, sobre a comunidade da Mouraria.

3.1. Estava aqui a ouvir-te falar e a pensar, que vocês de facto partilham e divulgam as vossas iniciativas de forma regular e recorrente. Sigo-vos no instagram e vejo que há sempre projetos, iniciativas, *recaps* das vossas atividades a serem partilhados... E esta conversa no fundo é um diálogo e apresentação inicial, sem compromissos. Mas pensando numa possibilidade de colaboração no desenvolvimento do meu projeto, gostava de te perguntar quais é que achas que são os conteúdos que seriam mais úteis e relevantes à vossa comunidade?

Duas coisas... Por um lado, eu acredito muito no poder do *storytelling*: eu há muita vida e muitas histórias que são super interessantes de partilhar, não sei ainda se em formato de vídeo para alimentar o youtube, por exemplo, ou em formato de retrato e depois existir um texto a acompanhar. Mas acho que há essa parte das histórias das pessoas que aqui vivem, migrantes e não necessariamente migrantes... É algo que podemos reforçar. Também me pergunto (mas isso é uma inquietação minha com as redes sociais em geral) às vezes se as pessoas lêem os conteúdos, porque o tempo de retenção da atenção das pessoas é tão curto... Ainda estou a tentar perceber qual seria a melhor plataforma para fazer isto, e que também dignifique as histórias em si. Isso para mim é uma questão... E acho que podia ter impactos muitos interessantes mesmo ao nível da sensibilização das pessoas, e de combater muitos estigmas que ainda existem em relação à população migrante... É algo que para nós está em cima da mesa há já algum tempo, mas também ainda estamos a tentar perceber como o concretizar e através de que canais. E depois há um lado mais informativo. Aqui há uns tempos fizemos uns posts com dados de pendor estatístico, por exemplo, tanto no mundo como em Portugal, acerca das migrações, da presença de migrantes em Portugal, como são os fluxos de migração. Parece-me importante fazer mais esta divulgação. No nosso projeto do *Rosa Maria*, nós tínhamos isso, tínhamos um dicionário da migração com alguns dados, e que esclarecia alguns conceitos, por exemplo “Qual é que é a diferença entre uma pessoa que está em condição de refugiada, migrante ou asilo?”, nós até fizemos um post sobre isto há algum tempo... E depois, diria também, ainda dentro de uma dimensão informativa, que seria útil construir guias de acesso a serviços públicos, mais direcionados à população migrante, que respondessem a questões do género:

“Quais é que são os serviços que existem? Como chegar, por exemplo, a aulas de português?” Só que lá está, eu acho que depois aqui também é uma questão de se perceber muito bem quem é que nos segue nas redes sociais, porque na verdade se calhar em grande parte não são as pessoas a quem queremos chegar com esta questão da identificação de serviços públicos, por exemplo. Se calhar temos de chegar a essas pessoas de forma física, através da distribuição de *flyers*, dos nossos mediadores, ou mesmo fazendo intervenções em espaços públicos, e não tanto através das redes sociais, por exemplo. Mas estas são assim as principais “estradas” neste momento, diria, para além da divulgação dos projetos, que era assim a primeira coisa que tinha de ser atualizada porque há tanta coisa a acontecer. Mas é uma coisa que nem sempre a associação consegue fazer, ter uma pessoa mesmo focada na comunicação. Apesar de tudo, há algum financiamento para projetos, mas não há a garantia de um posto fixo para alguém de comunicação, por exemplo, então às vezes esse papel fica dependente de estagiários. Neste momento estou cá eu, mas lá está, não é uma coisa fixa, e não sei até quando vou ficar. Isto tem a ver com uma questão mais geral da própria relação entre (se quiseres ir por aí) o Estado e as ONG’s... Se calhar faria sentido a nível local, uma Câmara também sinalizar estas associações e assumir que são um braço direito, até mesmo na execução de metas específicas daquela autarquia, e reforçar o financiamento, por exemplo. Mas isso ainda não acontece, apesar de haver parcerias e de haver diálogo, acabamos por estar ainda um bocadinho à margem nesse aspeto, e sempre dependentes da existência ou não de financiamento para os projetos.

3.2. De facto isso é uma questão que afeta mesmo o trabalho das associações... Também trabalho numa associação e debatemo-nos constantemente com isto de ter ideias, de querermos promover eventos e projetos, e estarmos sempre dependentes dos financiamentos que nós próprios temos de procurar, para saber se podemos ou não levar as coisas para a frente... Queria só levantar mais uma questão, relacionada com esta conversa. Achas que haveria disponibilidade e interesse da vossa parte (da Renovar e da própria população residente no bairro) em desenvolver esta parte do *storytelling* em conjunto comigo e irmos cruzando informações? Neste sentido de juntar esforços, por um lado produzindo material que vos interessa também comunicar, e por outro, material que também gostaria que integrasse o meu projeto, que

apesar de associado à Renovar ao avançarmos numa prática colaborativa, acaba por ser um projeto independente, ligado a uma investigação?

Diz-me uma coisa, do teu mestrado, a ideia é mesmo criar um projeto, por exemplo deste *storytelling* que falávamos, e criares mesmo o teu arquivo?

Sim, o objetivo da minha investigação a nível prático, é criar um arquivo digital. Não sei bem em que moldes este arquivo pode funcionar, ao nível dos conteúdos, da estrutura... É algo que vou desenvolver numa fase seguinte. Mas gostava muito de poder contar as histórias de vida destas pessoas que habitam a Mouraria, acho que é um conteúdo muito representativo do meu argumento e objetivos projetuais. Aqui a ideia era unirmos esforços, e interesses, produzindo estes conteúdos e cruzando outros que eventualmente já foram produzidos por vocês anteriormente, tipo o *Jornal Rosa Maria*, entre outros... Este arquivo é construído sob uma base de investigação teórica, está ligado à minha investigação, mas poderia ser usado também por vocês, para partilharem estas histórias no meio digital.

Bem, é uma questão que obviamente terá de passar pela direção, mas acho que é uma oportunidade muito interessante. O que estás a dizer-me, entusiasma-me muito, porque é uma coisa que eu quero mesmo trabalhar aqui na Renovar e que já está em cima da mesa. Só que claro, eu sou só uma pessoa e há aqui muitos projetos... Então há aqui uma camada primeiro, de divulgação de projetos, e só quando isso estiver terminado é que terei também mais tempo para trabalhar, por exemplo, nesta questão do *storytelling*. Mas é uma coisa que quero muito fazer. Também podia ser muito interessante pensarmos de que formas é que podia existir aqui uma colaboração entre a Renovar e o teu projeto, a tua investigação, de forma a que consigamos juntar recursos, vontades e ideias, para que isto aconteça. Claro que isto não tem de ser uma coisa da Renovar, se calhar seria mais em parceria com a Renovar, onde se construísse esse acervo digital... Estava aqui a pensar... Tu és designer, e eu gosto muito de escrever, eu lido com texto, e podia ser muito interessante cruzar isso. Era uma coisa que eu gostava muito aqui de perceber como é que podíamos fazer acontecer. Tu tinhas em mente um estágio, ou algo assim... voluntariado?

Não, não... Ou seja, quando eu entrei nesta parte do projeto final de mestrado, tinha de escolher entre desenvolver uma investigação teórica ou uma investigação teórico-prática, e eu escolhi fazer uma investigação teórico-prática. Tenho trabalhado mais na investigação teórica até aqui, de forma a conseguir retirar conclusões sobre o projeto, perceber para onde o direcionar, com o apoio de quem... Porque de uma forma prática, não é muito concebível para mim, nem é bem o meu objetivo, criar os conteúdos, porque há todo um trabalho de arquivo, que inclui analisar os conteúdos, estruturá-los, organizá-los, editá-los. E isto leva muito tempo, e por isso, trabalhar com uma associação que conhece o terreno, que tem trabalho feito, que sabe o que faz falta à comunidade e que pode ter um papel de mediação entre o meu projeto e a população era muito importante. Por isso não seria bem um estágio... Até porque também trabalho e não tenho essa disponibilidade, a ideia era mesmo juntar interesses e perceber como podemos cruzar e beneficiar deste somar de recursos humanos.

Sim, estou a perceber. Eu também tenho de falar com a Inês e com a Filipa sobre isto tudo... Podíamos combinar aqui uma troca de e-mails, talvez? Ou seja, eu partilhava contigo os dados que não te consegui confirmar, o link para acederes ao *Rosa Maria* digital, e mais uma ou outra coisa que entretanto talvez surja... E se fosse possível, enviavas-me um e-mail assim com um pequeno resumo do teu projeto, com o tema, os objetivos desta colaboração e mesmo do teu arquivo. Para conseguir transmitir esta informação de forma mais concisa à direção.

Está bem, fica assim combinado então. Obrigada Rita, pelo teu tempo e disponibilidade.

Obrigada nós! E parabéns pelo teu tema da tese, que é super interessante, mesmo.

Obrigada. Até à próxima, e um bom dia!

(página intencionalmente deixada em branco)

APÊNDICE 05.

Entrevista a Ariana Furtado, professora e coordenadora da Escola Básica do Castelo

A entrevistada é Ariana Furtado, professora de primeiro ciclo na Escola Básica do Castelo há 14 anos, e atual coordenadora da mesma. A Escola Básica do Castelo é uma escola relativamente pequena, e é particularmente pautada pela diversidade e multiculturalidade dos seus alunos. Assim, o ensino é muito focado na individualidade das crianças. Ao longo dos anos letivos, trabalham muito questões como a identidade individual, o racismo, os direitos humanos, entre outros. Ariana é uma mulher afrodescendente, ativista dentro e fora da escola, e é autora do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação”, um projeto piloto implementado na Escola Básica do Castelo, que pretende levar as crianças do primeiro ciclo a refletirem sobre o que é o racismo e a desenvolver uma maior compreensão e respeito pela identidade do outro. Este projeto foi distinguido com o Prémio Municipal dos Direitos Humanos da Cidade de Lisboa 2018-2019.

Condições de realização da entrevista

A entrevista ocorreu no dia 12 de Setembro de 2022, em formato *online* e através da plataforma *zoom*, por uma questão de conveniência para ambas as partes, e durou cerca de 45 minutos.

Esta entrevista ocorreu numa altura particularmente desafiante, pois coincidiu com a semana anterior ao arranque de um novo ano letivo, e teve de ser marcada mesmo ao final do dia, mas apesar das condicionantes, a professora Ariana demonstrou-se sempre disponível e atenciosa, tanto no contacto prévio à realização da entrevista, como durante a mesma.

Guião da entrevista

Encetada uma colaboração com a Associação Renovar a Mouraria para a concretização da componente projetual desta investigação, esta entrevista tinha assumidamente objetivos

diferentes da anterior, o que se refletiu na realização do seu guião. Não se pretendia avaliar a possibilidade de uma colaboração, tendo como base os critérios de seleção inicialmente estabelecidos e desenvolvidos considerando as três entrevistas previstas (ver apêndice 02), mas sim compreender um modo diferente de mediação, face a outra comunidade, com diferentes necessidades e particularidades. Neste caso, Ariana implementa e desenvolve projetos e dinâmicas de integração de forma individual, não integrando nenhuma associação, e fá-lo dentro de uma comunidade muito específica, que apesar de semelhante à comunidade da Mouraria pelo seu aspeto multicultural, tem uma faixa etária muito particular: dos 5 aos 9 anos. Para além disso, não desenvolve o seu trabalho num bairro, junto da população residente, mas dentro de uma instituição de ensino, tendo de lidar com outras condicionantes e desafios devido a este contexto. Assim, no desenvolvimento do guião da entrevista, considerou-se importante compreender o contexto escolar, tanto ao nível do espaço, como da própria comunidade que o frequenta, bem como o trabalho particular desenvolvido nos últimos anos pela professora, e os modos de o pôr em prática com crianças e dentro de um espaço institucional que tem as suas regras, como todas as instituições de ensino público.

Apresentação inicial

- Apresentações individuais
- Exposição do tema da investigação, bem como do mote para o desenvolvimento do projeto prático
- Contextualização desta entrevista, bem como dos objetivos da mesma

1. Questões a Escola Básica do Castelo

1.1. Como é constituída a escola e a comunidade escolar?

1.1.1. Qual a dimensão da escola?

1.1.2. Como são os alunos: é possível traçar uma caracterização geral do tipo de aluno, ou há muita diversidade ao nível étnico, socio-económico, de género...?

1.1.3. Sente que o tipo de alunos que frequenta a escola tem vindo a mudar?

1.2. Quais as condições da escola?

- 1.2.1. Quais os espaços de que a escola dispõe?
- 1.2.2. Existe alguma biblioteca ou arquivo na escola?
- 1.2.3. Qual a oferta formativa para os alunos?
- 1.2.4. Existem bons acessos ou uma variedade de acessos?
- 1.2.5. Existem serviços nas redondezas da escola? Se sim, quais? (comércio, saúde, cultura, etc...)
- 1.2.6. Quais as maiores necessidades da escola?

2. Questões sobre o trabalho de Ariana

2.1. Quais as estratégias e metodologias de trabalho que aplica com os seus alunos?

- 2.1.1. Como descreveria a sua prática e metodologias de ensino?
- 2.1.2. Quais os seus principais objetivos enquanto educadora, no contexto atual em que vivemos?
- 2.1.3. De que modo a sua condição enquanto mulher afrodescendente impacta a forma como procura educar os seus alunos?
- 2.1.4. De que modo utiliza os manuais escolares, sabendo que determinadas narrativas, como por exemplo, os descobrimentos, não aconteceram exatamente como são descritas?

2.2. Que tipo de projetos e ações em prol da integração tem vindo a aplicar?

- 2.2.1. Poderia falar-me um pouco do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação”?
- 2.2.2. Existem outros projetos a serem desenvolvidos na escola relacionados com estas questões de identidade, integração, marginalização?
- 2.2.3. Qual o interesse e o envolvimento dos alunos na discussão destas problemáticas?

2.3. Que registos existem do seu trabalho?

- 2.3.1. Existem registos do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação” ou de outras atividades que tenham dinamizado com os alunos, dentro das mesmas temáticas?
- 2.3.2. Se existem registos, que tipo de registos são (vídeos, fotografias, relatórios...)?
- 2.3.3. São registos digitais, físicos ou ambos?
- 2.3.4. Onde se encontram os registos?

3. Questões finais

3.1. De que modo é que projetos como o “Com a mala na mão contra a discriminação” (e outros que tenha desenvolvido) impactam os alunos e poderão influenciá-los enquanto cidadãos?

3.2. Considera que existe abertura e interesse nas escolas, atualmente, em discutir estas problemáticas sociais, ou ainda existe um longo caminho a percorrer neste sentido?

Transcrição da entrevista

1.1.1. Qual a dimensão da escola?

É uma escola pequenina em termos de dimensão, principalmente para o que se espera hoje das escolas: quanto mais alunos melhor, não é?... Cada vez menos existem escolas pequenas, sobretudo nos grandes centros urbanos, e Lisboa é um centro urbano onde escolas da dimensão da nossa já praticamente não existem. É uma escola que tem uma turma de cada ano, portanto, uma turma do pré-escolar, uma turma do primeiro, segundo, terceiro e quartos anos, que prefaz 114 alunos, neste momento, neste ano letivo. É uma escola muito singular, fica no bairro do Castelo e numa rua onde a própria escola se confunde com as casas da rua. As pessoas que passam ali não se dão conta de que existe uma escola, a não ser nas horas de recreio que ouvem as crianças, não é? Mas quando entram, veem que é uma escola com dimensões até consideráveis, com pátios grandes e tudo... Não tem muitas salas, mas tem uma área grande, e é uma escola que permite que as crianças sejam seres individuais, com a sua identidade própria, mas dentro de uma comunidade. Acho que esse é um aspeto muito singular daquela escola. E é interessante porque as crianças conseguem conservar essa sua individualidade, numa comunidade escolar com muitos alunos de proveniências diferentes, ou que têm pais migrantes. E isso nota-se, primeiro visualmente, e depois linguisticamente.

1.1.2. Existindo toda essa diversidade na comunidade escolar, é possível traçar uma caracterização geral do aluno “tipo”, ou existe muita diversidade étnica, socio-económica, de género?

Sim, há muita diversidade de todos esses aspetos que referiste, tanto ao nível étnico, como social, económico, por aí...

1.1.3. E sente que ao longo dos anos o tipo de alunos que vão chegando à escola foi mudando, ou sempre foi uma escola muito pautada pela diversidade?

Não, não, eu estou na escola há quatorze anos, e diria que na última década é que provavelmente sentimos mais mudanças. Houve muitas pessoas a perderem as suas casas, as pessoas saíram dos bairros históricos de Lisboa, devido a esta questão da gentrificação e da construção de alojamentos locais, sentiu-se muito o aumento das rendas, e houve uma saída da população do bairro do Castelo. É uma situação singular, porque a Escola do Castelo, acho que neste momento, não tem nenhum aluno que more no Castelo. Tinha o ano passado, este ano eu acho que já não tem. São todas crianças de fora, de outros bairros e alguns até mesmo de fora de Lisboa, porque os pais trabalham ali na zona. Portanto, há essa característica, e a escola acaba por ser muito importante para aquele bairro. Quando eu fui trabalhar para esta escola, nós tínhamos muitos alunos que viviam no bairro, ou se não eram do Castelo, tinham lá os avós, e neste momento isso já não acontece, e acaba por determinar também um pouco a identidade da escola.

1.2.1. E a nível de espaços da escola... Quais são os espaços de que a escola dispõe? Falou-me de um recreio, de uma sala para cada turma...

Sim, então, nós temos três pátios, uma sala de aula para cada turma, uma sala de apoio educativo, que acaba por servir para três serviços: terapia da fala, apoio educativo e educação especial. Ainda temos uma sala para as funcionárias... É sempre uma sala singular para cada tipo de funções, não temos salas duplicadas, por exemplo.

1.2.2. E têm alguma biblioteca ou arquivo escolar?

Sim, nós temos uma biblioteca para a escola e depois dentro de cada sala de aula, acabamos

por ter uma biblioteca própria de cada turma.

1.2.3. E qual é a oferta formativa da escola? Têm as disciplinas normais e têm também as AECS?

Sim, eles têm um horário normal, das 9h às 15h30, e depois entre as 16h e as 17h, têm as AECS, onde existe oferta de disciplinas ligadas às artes, à prática desportiva... Depois há uma série de projetos comuns que a escola, enquanto comunidade, procura desenvolver com os alunos, e alguns projetos também de turma, que a professora (neste caso somos só professoras) considera importantes para os seus alunos, havendo também esta autonomia dos próprios professores. A minha turma pode precisar mais de trabalhar uma determinada área, ou uma determinada parte do currículo, que a outra turma não necessita. Então acho que é muito importante haver esse tipo de autonomia que permite que cada professora escolha e adapte os projetos e as atividades que quer desenvolver, às necessidades coletivas e individuais dos seus alunos. Até mesmo dentro de uma turma existem estas questões, estas diferentes necessidades...

Sim, imagino que dentro de uma turma, onde existem tantos alunos diferentes uns dos outros, existam várias questões e necessidades importantes de serem trabalhadas...

Exatamente. Por exemplo, há alunos que têm questões de identidade muito bem definidas e exploradas, e há alunos que não, e aí é preciso encontrar um meio termo e mesmo esta balança, que põe uns a ensinarem outros também, não é?

1.2.4. Sim, claro, e é algo que também não é muito linear, não é? Daí também existir um ensino muito generalizado nas escolas, diria eu, que acaba por ser mais prático para os professores. Queria perguntar-lhe também, se há bons ou variedade de acessos para a Escola do Castelo?

A Escola do Castelo está mesmo situada dentro do Castelo, e o acesso é relativamente fácil. Há um autocarro, que é o 737, que vai mesmo até às portas do Castelo, e depois são dois ou três minutos a subir até à escola. Os carros também podem entrar e ir mesmo até à entrada da escola, se forem lá deixar alunos.

1.2.5. E existem serviços nas redondezas da escola?

Sim, mais ou menos. Neste momento o Castelo é uma zona muito turística, não é, então nas redondezas é muito mais fácil encontrar lojas, restaurantes, cafés... Mas depois descedendo um bocadinho até ao Martim Moniz, por exemplo, já se encontra maior variedade de serviços, ao nível da saúde, supermercados, entre outros.

1.2.6. Tanto ao nível dos espaços físicos, mas também a nível social, quais é que sente que são as maiores dificuldades na escola, as maiores necessidades?

A nível de espaço, sinto que esta escola é privilegiada porque as salas de aulas são muito grandes, o que permite, por exemplo, outras disposições de alunos e de mobiliário. Eu gosto muito, em termos de mobiliário, de ter a sala em “U”, de ter os alunos todos a olharem uns para os outros, a comunicarem, a verem-se uns aos outros. Não me faz sentido que estejam todos virados para o quadro e de costas viradas para os colegas... E depois, o que eu costumo fazer é promover o centro da sala como espaço dos alunos, para eles se encontrarem e fazerem outras atividades. Às vezes quando acabam uma tarefa pedem-me mesmo se podem ir para o centro recortar, ver um livro, pintar ou desenhar... É muito giro, e estas salas da Escola do Castelo são boas para isso. Já trabalhei em escolas onde o espaço era muito exíguo, os alunos estavam quase uns por cima dos outros amontoados, não havia um espaço que pudesse levá-los a estar juntos, a desenvolver qualquer coisa juntos. Eles gostam muito de espalhar as folhas no chão e criarem livros com fita-colas, de fazerem os seus desenhos... E nesse aspeto, estas salas de aula privilegiam bastante isso.

2.1.1. Gostava de saber mais, agora, sobre a sua metodologia de trabalho. Queria perguntar-lhe como é que descreveria a sua prática e as suas metodologias de ensino, de forma geral?

Quero sempre acreditar que levo os meus alunos a descobrirem o conhecimento, que sou uma espécie de condutora para eles. Há uma coisa à qual sou fiel desde sempre, como professora, que é a leitura de livros. Eles trazem imensos livros para a escola, e na nossa sala de aula há mesmo uma mini-biblioteca, com muitos livros. Gostamos sempre de começar o dia a ler: ou a ler uma história em conjunto, ou a partilhar algo que um aluno tenha lido no dia anterior, à noite... Este grupo que tenho agora, em particular, gosta muito de ler e

de ouvir histórias, portanto, eu exploro muito esse imaginário e, às vezes, as aulas partem daí: da exploração de um livro de ciências trazido por um aluno, ou de uma história que fale sobre uma questão social trazida por outro... Gosto muito de começar as aulas a partir do que os alunos trazem, e vou explorando e aprofundando o currículo depois a partir daí. Obviamente que eu sei qual é a meta, o que é que eles têm de ter aprofundado ao nível da matéria, no final do período. Mas gosto muito que eles sintam que também estão envolvidos, que fazem a parte deste caminho de exploração do conhecimento.

2.1.2. Isso é muito interessante... E perante o contexto atual em que vivemos, quais são os seus principais objetivos, enquanto educadora?

Nesta faixa etária, na infância, criam-se as bases para o futuro, e é aqui que tudo começa, e por isso para mim, é muito importante implementar este tipo de educação para a empatia, para o respeito pelo outro, e para a inclusão. Quero pensar que para além de condutora entre os meus alunos e o conhecimento, também tenho este papel de apoio ao seu caminho individual de encontro consigo mesmos, com as suas identidades. Acho que através destas descobertas e deste crescimento individual, as crianças tornam-se mais empoderadas, e conseqüentemente, serão adultos muito mais despertos e bem resolvidos consigo mesmos. Eu sei que as crianças também replicam muito os comportamentos e os modelos familiares que observam nas suas casas, e por isso também tenho tido um papel ativo neste “ir ao encontro” dos pais, tentar trazê-los até à escola, e criar debates sobre as várias questões sociais que também vou trabalhando com os seus filhos, para que isto também se torne um esforço de todas as partes, e um processo em que todos estão comprometidos com o desenvolvimento pessoal e individual de cada criança.

2.1.3. Gostava de lhe perguntar de que forma é que a sua individualidade, enquanto mulher afrodescendente, impacta a forma de educar os seus alunos?

Valorizo muito a identidade, e nós fazemos muitos exercícios e atividades onde a identidade surge, e quando surge, eu por exemplo apresento-me sempre como sendo a Ariana, que nasceu em Cabo Verde, e que vive em Portugal. Para eles, sobretudo para crianças que não nasceram em Portugal, o facto de eu não ter receio de mostrar a minha identidade, de falar sobre a minha identidade, sobre o meu país de origem e as coisas que eu vi,

vivi, faz com que eles não tenham receio de falar sobre eles, receio de serem gozados ou mal-interpretados.

2.1.5. E de que modo é que utiliza os manuais escolares na sala de aula, e de que forma eles conduzem as suas aulas e o seu ensino? Até porque sabemos à partida, que determinadas narrativas que estão incluídas nestes manuais, por exemplo sobre os descobrimentos, não ocorreram da mesma forma que são descritas...

Não faço parte daquele grupo que renega os manuais escolares, eu utilizo-os frequentemente, e acho que são fundamentais porque também não posso esquecer o futuro... O futuro próximo deles é um futuro com manuais escolares, o quinto, o sexto, o sétimo ano, e por aí... De modo algum quero condicioná-los, mas quero que eles olhem para os manuais de forma crítica e que os saibam analisar. Esta turma que tenho agora vai iniciar este ano o estudo da história, mas já tem uma oficina de direitos humanos desde o segundo ano, por isso eles estão perfeitamente à vontade para perceber que a história é escrita por diversas pessoas, de diversos pontos de vista e ângulos. Um ângulo europeu é sempre um ângulo eurocêntrico, e um ângulo latino é sempre um ângulo de quem foi ocupado... São perspetivas históricas totalmente diferentes. Eu acho que tenho essa sensibilidade. Por exemplo, os mapas... Nós temos na nossa sala de aula um grande mapa que usamos no centro da sala, que é um mapa em que a escala geográfica está de facto correta. A maior parte dos mapas apresenta a Europa como o centro do mundo e, neste mapa, a Europa é o continente que de facto é na realidade, mais pequeno e lá para cima. E eles conseguem entender, através deste mapa, que a Europa cabe não sei quantas vezes em África, nas Américas, na Ásia... Conseguem perceber a sua dimensão global, que é muito pequenina, e isso retira a força que está nos manuais, apresentando uma perspetiva diferente. Também acontece muito nós estarmos a ler um texto num manual e aperceber-me que há coisas que não fazem sentido ali, por uma ou outra razão, e depois discutimos todos esse texto e se acharmos que não faz sentido continuar a explorá-lo, viramos a página e continuamos... Os manuais não têm por si só o conhecimento, e muitas vezes são mesmo os alunos a detetar erros e a querer discuti-los com a turma; gosto que eles sintam isso, que a aprendizagem é um caminho feito de tentativas e erros, que ao errar também aprendemos, e por vezes só aprendemos mesmo porque errámos.

2.2.1. Li algumas coisas também sobre o projeto “Com a mala na mão contra a discriminação”, e gostava de saber mais sobre o mesmo. Poderia falar-me brevemente sobre os principais objetivos do projeto, como é que este surgiu, qual o impacto nas crianças...?

Surgiu numa altura em que tinha uma turma de terceiro ano, uma turma singular porque tinha muitos alunos de proveniências diferentes, e alguns deles tinham alguma dificuldade com estas questões de identidade. Sentia neles este receio de se exporem, de discutirem determinados assuntos sociais, de falarem sobre eles próprios ou das suas famílias. Nós também tínhamos na época uma oficina, lecionada pela Simone Andrade, que é uma promotora na área dos direitos humanos, e eu fui ouvindo as conversas que eles iam tendo com a Simone sobre racismo, identidade, preconceito, sobre ser-se criança e lidar com determinados ataques verbais... Impactava-me bastante ouvi-los falar, e lembro-me de uma aula em específico da oficina, em que se discutia a forma como nos tratamos uns aos outros, verbalmente, e as crianças explicavam que, para eles, era muito fácil chamarem a alguns colegas de “preto”, “monhé” ou “chinoca”... Eles não percebiam o impacto que isso podia ter no outro, tal como muitos adultos também não entendem o quanto isto impacta o crescimento da criança que tem de ouvir estas palavras. Porque é como se a identidade toda da criança se concentrasse só numa palavra depreciativa. Entretanto surgiu este edital da Câmara, do prémio municipal dos direitos humanos, e eu achei que podia e devia criar um projeto com a minha escola que se centrasse na educação anti-racista, numa educação para a empatia, uma educação para o respeito e para o cuidado com o outro. Na altura convidei a Simone, a Beatriz Gomes Dias, que faz parte de uma associação de afrodescendentes – a Djass, depois a Beatriz convidou o Danilo Cardoso, do Grupo EducAR, e outras pessoas da sociedade civil. E depois, entre conversas de café e encontros, tornámo-nos todos amigos e fomos escrevendo este projeto, a partir desta questão base, “o que é que todos partilhamos entre nós?”. Nenhum de nós tinha nascido em Portugal, a Beatriz nasceu na Guiné, eu em Cabo Verde, o Danilo, a Simone e a Ana Stella no Brasil, o Celso em São Tomé e Príncipe. E isto tornava-nos muito mais sensíveis para esta questão da educação para o respeito do outro, da sua inclusão, da educação para a empatia, da educação anti-racista e em prol dos direitos humanos. E fomos escrevendo o projeto, tendo sempre em conta que estávamos a fazer um projeto piloto

em Portugal, para crianças do primeiro ciclo. Porque tudo o que tinha lido até à data era muito académico, e não começava pela base, pelas crianças. Se conseguirmos empoderar (uma palavra que eles aprenderam neste processo) a criança para se aceitar e conseguir fazer face a comportamentos desrespeitosos para consigo, quer seja na escola, na rua, em casa... Porque a família na verdade é a primeira escola, e algumas destas crianças que nós educamos na Escola do Castelo ouvem em casa a antítese da educação, o oposto do que ouvem na escola. A educação para a cidadania pretende ensinar estas crianças, e eu não quero com isso que elas confrontem as famílias, os pais... Não quero criar desconforto no seio familiar. O que tenho conseguido fazer é trazer as famílias para discutir estas questões com a escola, através dos seus filhos. Este ano, por exemplo, nós terminámos um projeto com a Gulbenkian (terminámos não, agora vamos dar continuidade, mas de outra forma) de educação anti-racista, em que, através da exposição *Europa Oxalá*, explorámos as obras e os temas que estão na sua base, e no final do ano foram as crianças que apresentaram aos pais as conclusões que tiraram da exposição. E elas conseguiram levar as famílias todas à exposição, e fizeram-lhes uma visita guiada, em que explicaram coisas violentíssimas, porque algumas das obras eram muito violentas, como o colonialismo, a brutalidade colonial, o que era ser negro na Argélia durante a ocupação francesa, por exemplo. Havia uma obra na exposição que os impactou bastante, era feita de fotografias de despojos, de coisas que ficaram para trás num bairro de lata, que foi deitado abaixo às portas de Lisboa, e neste bairro a maior parte dos habitantes eram africanos. E os alunos não tiveram pudor nem cuidado nenhum em explicar aos pais as coisas como elas eram, e os pais ouviram, muito tranquilamente e criou-se ali um diálogo muito interessante, e é para isso que que a escola também serve.

2.2.2. Estava a falar-me desse projeto com a Gulbenkian, e gostava de lhe perguntar se têm mais alguns projetos a decorrer na escola, relacionados com estas questões de identidade, de integração, de marginalização? Ou os outros projetos acabam por acontecer em contexto de sala de aula, dirigidos por cada professora?

Nós temos este projeto com a Gulbenkian, chamado “Caminhos”, temos também a Oficina de Direitos Humanos com a Simone, de que já falei, e esta oficina decorre ao longo do ano. Temos um projeto de educação ambiental, que na verdade me está agora a escapar o

nome, mas consiste em várias oficinas em que as crianças são convidadas a criar objetos artísticos com elementos da Natureza. Mas os projetos vão surgindo e depois claro, cada professora tem a liberdade de desenvolver as suas próprias iniciativas consoante as necessidades que identifica na sua turma.

2.2.3. E pelo que me parece, há interesse e envolvimento nestes projetos, tanto da parte dos alunos como dos próprios pais, não é?

Sim, e há cuidado também... Os alunos têm muito interesse e necessidade de discutir estas questões de identidade, de racismo, de direitos humanos, e também sinto que os pais têm conseguido ouvir estas preocupações dos filhos. Os pais são a primeira escola, sempre, mas também têm de abrir espaço para perceber que os filhos não são deles. Os filhos têm ideias próprias, e vão crescer a ter as suas ideias, a desenvolvê-las e maturá-las, e isso faz-se com conhecimento: lendo mais, viajando, observando, ouvindo... E à medida que vão crescendo, vão tirando as suas próprias conclusões. Quanto mais cedo os pais perceberem isso, melhor, e digo isto porque também sou mãe, eu sei e conheço este lado também. Por exemplo, a minha filha adora futebol, inclusive joga e é federada. Se me perguntarem se gosto que ela jogue, a minha resposta sincera é que não gosto muito, porque apesar de gostar do desporto, não gosto do ambiente do futebol, dos gritos, da confusão. Mas respeito-a na escolha dela, e por outro lado, ela também aceitou estudar piano e participar numa oficina de artes, porque acho que é importante para ela. E é nesta mediação que desenvolvemos uma boa relação, ela sabe que eu sou a mãe e respeita aquilo que eu acho que é fundamental nas suas bases e no seu alicerce, a partir do momento em que também eu respeito as suas escolhas. Acho que tenho conseguido fazer isso com os pais dos alunos também, levá-los a ouvir estas preocupações que os filhos vão tendo. São preocupações de cidadania, não só para eles, mas para todos os colegas. E isso é educar para a empatia.

2.3.1. Existem registos do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação”, ou de outros projetos que tenha desenvolvido com os alunos? 2.3.2. E se sim, que tipo de registos são?

Do projeto “Com a mala na mão contra a discriminação” existem uma série de guiões,

que foram desenvolvidos como base para as várias oficinas individuais, que constituíram o projeto. Existem estes guiões, e depois as fotografias que fomos fazendo ao longo das oficinas. E dos outros projetos também costumo fazer sempre registos fotográficos, e escrevo sempre frases que as crianças dizem, palavras soltas e assim, que arquivo numa espécie de livro de memórias.

2.3.3. Ou seja, tem registos digitais e físicos dos vários projetos?

Exatamente.

2.3.4. Tem algum arquivo na escola com estes registos, ou armazenam na biblioteca, por exemplo? As crianças podem consultá-los?

Não, costumo enviar aos pais estas coisas, e as crianças veem com os pais por norma. Nós temos um daqueles grupos de *whatsapp* da nossa turma, e é aí que partilho as fotos das visitas de estudo, de atividades, projetos. Costumo fazer sempre um resumo do dia, com imagens e frases ditas pelos alunos ao longo das atividades que desenvolvemos.

3.1. De que modo é que projetos como o “Com a mala na mão contra a discriminação” podem impactar os seus alunos, e influenciá-los enquanto cidadãos?

Acho este tipo de projetos muito importantes, ainda por cima numa fase tão fundamental como a infância, porque ajudam as crianças a compreenderem-se melhor, a compreenderem a sua identidade e conseqüentemente, a identidade do outro. E isso permite que cresçam de forma mais empoderada, com um olhar de respeito e empatia para os que estão à sua volta, tornando-se adultos mais conscientes e críticos, e também mais respeitadores e compreensivos com as pessoas à sua volta.

3.2. Queria só fazer mais uma questão para terminar. Considera que existe abertura e interesse nas escolas, atualmente, em discutir este tipo de problemáticas sociais? E mesmo ao nível dos currículos, considera que estas questões como o racismo, as desigualdades sociais, as identidades e por aí, são contempladas, ou ainda há aqui um longo caminho a percorrer?

Acho que há um primeiro movimento, mas depois as coisas são muito romantizadas, ou

seja, identifica-se o problema, mas não se consegue discutir o problema sem um “mas”. Com o racismo, por exemplo, funciona muito assim: “ah, existe racismo, mas nós não somos racistas...”, ou “existe racismo nas escolas, mas eu faço isto com os meus alunos...”. Mas não conseguimos agir a partir daí. Mas tenho que também fazer uma honra à minha escola... O facto de também ser coordenadora de escola coloca-me ali como uma cara, não é? O meu corpo é negro e está ali à frente das pessoas. Eu recebo os pais, dou a cara nas reuniões, portanto eu resolvo problemas, eu estou ali, não é? E nesse aspeto já há uma desconstrução do que é ser negro no ensino, para os pais daquela escola. O negro num estabelecimento escolar não tem que ser a funcionária de limpeza, não tem que ser a encarregada de educação que falta muito às reuniões porque tem dois ou três trabalhos por dia, e não consegue acompanhar os filhos. Eu faço muito este trabalho de desconstrução com as minhas colegas também, por exemplo... Durante muitos anos ouvia comentários do género: “Ah mas aquele pai não fala bem português, não faz um esforço para aprender, torna tudo muito difícil...”. E ainda o ano passado ouvi este discurso por parte de uma colega minha vezes sem conta, até que me irritei e perguntei-lhe quanto tempo ela demoraria a aprender alemão, se emigrasse hoje, com a sua idade, para a Alemanha. E a minha colega na altura respondeu-me que não tinha compreendido, e eu reforcei: “Estou a fazer-te uma pergunta... Se emigrasses hoje, adulta, com a idade que tu tens, para a Alemanha, quanto tempo levarias a aprender alemão? Tu não fazes ideia, pois não? Portanto imagina uma pessoa que emigra do Bangladesh, com um código linguístico totalmente diferente, ter de aprender a falar português em dois ou três meses. É impossível. Portanto, é uma falta de respeito da tua parte estares permanentemente a dizer que essa pessoa não aprende português porque não quer, porque isso não é uma opção. Se a pessoa pudesse aprender português hoje, iria certamente aprender. Se eu emigrasse, com a idade que eu tenho (46 anos), não aprenderia alemão, eu sei. Não seria capaz”.

Levaria muito tempo certamente. E esta barreira linguística é mesmo uma grande barreira, não se ultrapassa rapidamente e não há apoios à população migrante neste sentido da mediação cultural... Não só nas escolas, mas nos serviços públicos também, se uma pessoa tem dificuldade em falar o idioma, torna-se muito complicado.

É muito complicado. Mas estas questões afastam estes pais da escola, envergonham-nos,

fazem-nos sentir “mal-vindos”. Portanto, se nós temos uma forma de comunicar com eles, se sabemos falar inglês, porque é que não optamos por isso? Em nome de um bem-estar! E esse trabalho, eu acho que tenho vindo a conseguir fazer, simplesmente porque à minha frente, ninguém maltrata ninguém. E infelizmente, há muitas escolas onde acontecem estas questões. Os pais afastam-se com vergonha. Trabalho muito com a comunidade asiática, e é uma comunidade que sofre muito com este estigma de “não falar português porque não quer”. Mas não, as pessoas não aprendem porque ainda não conseguiram, é totalmente diferente, e nós temos que ser respeitosos o suficiente para perceber.

No geral, não sei se isso é uma consciência que exista nas escolas. Parece-me que a vossa escola é muito particular.

Sim, de facto não é... Até mesmo na minha escola, é uma consciência que trabalho todos os dias... À minha frente eu não deixo ninguém condicionar uma família porque ela não sabe ainda falar português.

Isso é mesmo muito importante... Penso que não tenho mais nenhuma questão, queria só agradecer-lhe o seu tempo e disponibilidade, ainda por cima assim numa semana com tanto trabalho...

Ora essa, tudo bem.

Desejo-lhe uma boa semana, e um bom arranque de ano letivo.

Obrigada, e uma boa semana também para ti. Boa noite...

Boa noite, até à próxima!

(página intencionalmente deixada em branco)

APÊNDICE 06.

Entrevista a José Pina, vice-presidente da Associação Cavaleiros de São Brás

O entrevistado é José Baessa de Pina, mais conhecido por Sinho. José é vigilante de profissão e, de forma voluntária, mediador comunitário e cultural, sendo que gostaria de se poder dedicar apenas a esta segunda atividade. É vice-presidente da Associação Cavaleiros de São Brás, uma associação cultural e social que se mantém através de voluntários como o José, e que, dentro das suas possibilidades, procura dinamizar e apoiar a comunidade do bairro do Casal da Boba, em São Brás, na Amadora.

Condições de realização da entrevista

A entrevista ocorreu no dia 7 de Fevereiro de 2023, através de *whatsapp*, por uma questão horária e prática, e durou cerca de 45 minutos.

José Pina foi muito acessível, tanto no contacto prévio à entrevista, pois arranhou disponibilidade quase imediata para podermos conversar, como durante a própria entrevista, falando abertamente e de forma honesta sobre a associação, os seus projetos mas principalmente, de todas limitações e obstáculos com que se defrontam.

Guião da entrevista

O guião da entrevista utilizado havia sido desenvolvido anteriormente como matriz guia para ambas as entrevistas às associações selecionadas, sendo que nesta fase, existindo já uma colaboração definida, os objetivos do diálogo divergiam dos estabelecidos inicialmente. Pretendia-se agora conhecer outro modo de associativismo e mediação comunitária, bem como outro território, com exigências e necessidades certamente diferentes das experienciadas na Mouraria. A Associação Cavaleiros de São Brás tem um perfil muito diferente da Associação Renovar a Mouraria, sendo que a primeira é muito menos estruturada, é mais precária e mantém-se apenas devido à vontade de alguns moradores, que doam o seu tempo e esforços de forma voluntária à causa. O bairro em que a associação se

insere também é particular, sendo um bairro de realojamento, considerado bairro social, onde a maior parte da população é africana ou afrodescendente. Operando com meios e em contextos diferentes, considerou-se relevante poder conhecer também esta realidade, e foi essa a principal motivação para a concretização desta entrevista.

Apresentação inicial

- Apresentações individuais
- Exposição do tema da investigação, bem como do mote para o desenvolvimento do projeto prático
- Contextualização desta entrevista, bem como dos objetivos da mesma

1. Questões sobre o bairro

1.1. Como é constituído o bairro?

- 1.1.1. Quantas pessoas habitam no bairro?
- 1.1.2. Existem faixas etárias predominantes?
- 1.1.3. Qual a classe social maioritária na comunidade?
- 1.1.4. Existem etnias predominantes?
- 1.1.5. Qual o nível de escolaridade médio?
- 1.1.6. A comunidade sempre viveu ali ou foi sujeita a algum processo de realojamento?

1.2. Quais as condições do bairro?

- 1.2.1. Qual a dimensão do bairro?
- 1.2.2. Existem bons ou variedade de transportes de acesso?
- 1.2.3. Quais as condições das habitações?
- 1.2.4. Existe algum tipo de habitação predominante?
- 1.2.5. Existem serviços dentro do bairro? Se sim, quais? (comércio, saúde, cultura, etc...)
- 1.2.6. Existe algum espaço dentro do bairro onde se arquivem registos e informações sobre o mesmo?
- 1.2.7. Quais as maiores necessidades do bairro?

2. Questões sobre a associação

2.1. Qual a história da associação?

- 2.1.1. Desde quando existe a associação?
- 2.1.2. Como surgiu a associação?
- 2.1.3. De que forma se organizam dentro da associação?
- 2.1.4. Quais os principais objetivos e ambições da mesma?
- 2.1.5. A associação trabalha isoladamente ou integra alguma rede maior?
- 2.1.6. É assegurado algum financiamento para o trabalho da associação?

2.2. Como a associação dinamiza o bairro e a comunidade?

- 2.2.1. Que atividades são realizadas dentro da comunidade?
- 2.2.2. Com que regularidade a associação promove iniciativas?
- 2.2.3. Qual a adesão por parte da comunidade?
- 2.2.4. Há divulgação das atividades, dentro e fora do bairro?

2.3. Como é registado o trabalho da associação?

- 2.3.1. Existem registos das atividades promovidas pela associação?
- 2.3.2. Se existem registos, que tipo de registos são? (vídeos, fotografias, relatórios...)
- 2.3.3. São registos digitais, físicos ou ambos?
- 2.3.4. Onde se encontram os registos?

Transcrição da entrevista

1.1.1. Queria começar por lhe perguntar se tem noção de quantas pessoas habitam no bairro. É um bairro grande, ou um território pequeno?

Em numerário deve dar cinco, sete mil pessoas. Mas a associação quase nem abrange 20% da totalidade do bairro ao nível da sua dinamização.

1.1.2. E como é a comunidade? Seguindo a vossa página nas redes sociais dá para entender que a Associação trabalha muito com crianças... Existem muitas crianças no bairro? Há alguma faixa etária predominante?

Sim, nós trabalhamos com pessoas de todas as idades. Agora quem precisa mais de apoio são os jovens adolescentes, porque essa é uma fase crítica, em que há o insucesso escolar e isso depois contribui para que as crianças queiram abandonar a escola. Se não existir um apoio, se não os incentivarmos a combater as negativas, é um bocadinho complicado. Temos miúdos também que... os pais vão trabalhar e quando chegam a casa, não sabem o que é que se passa. As crianças também não se interessam, só lá para o 2.º período é que começam a ver-se apertados, e começam a querer fazer. Por isso é que temos o apoio ao estudo, que é o que está a preocupar-nos agora mais. Temos alguns voluntários que dão apoio ao estudo *online*, alguns de forma presencial, só que depende sempre da disponibilidade de cada um. Ontem tivemos aqui a Ana a dar inglês e história, por exemplo. Depois há muitos adolescentes que estão à procura de cursos, outros querem emprego já, e querem deixar a escola porque não estão a ver muita saída na escola, e também já sentem um peso em casa. Querem coisas, querem comprar coisas... E os pais não podem, e é sempre uma desculpa para abandonar a escola.

1.1.3. Sei que o bairro é um bairro de realojamento, estamos a falar principalmente de moradores de classe baixa, não é? As crianças e jovens têm condições de estudo em casa, acesso a computadores, por exemplo?

Sim, de classe baixa. Têm computador em casa, e quem não tem computador tem telefone. A questão é como é que ocupam o tempo a utilizá-los, se estão a aproveitar os materiais ou se estão aí a ver clipes, *stories*, etc. A escola dá computadores, mas a ideia é criar alternativas para eles, apoio ao estudo, preparação para os testes... Porque na escola são pressionados pela professora e não entendem. Durante o COVID, o apoio ao estudo foi um sucesso, mas era *online*, com explicadores do Castelo, de Castelo Branco, de Londres, de Cabo Verde ou Algarve. Era o projeto do “Boba Educa”, e esse projeto agora está dentro da escola. A escola agarrou no projeto e implementou-o e nem nos deu satisfações, estás a ver?

E a possibilidade de implementar o projeto na escola não é positiva, para conseguir chegar a mais crianças e também vos libertar um pouco da responsabilidade de coordenar?

Para nós foi bom, mas lá na escola as crianças têm aulas com os mesmos professores que lhes vão dar explicação, e não têm uma cumplicidade com o explicador... Nós dizíamos que o explicador aqui, para além de explicador, era um amigo, sabes? As crianças precisam de ser ouvidas, de desabafar, até para que se perceba se os familiares as ajudam também... Pode haver outros fatores para o insucesso escolar, e nesse nosso grupo de explicadores conseguíamos detetar as coisas, ver outros fatores. Na escola não, fica lá tudo. Fica bloqueado, não se sabe qual é o problema da criança, e a professora às vezes nem tem empatia para descobrir. Dizem logo que é o comportamento, é o comportamento... Não sabem o porquê. Isso é a minha maneira de ver... E com o explicador acho que é diferente, já é fora da escola, fora do ambiente escolar... Sinto que os explicadores que já estão desde 2021 a dar explicações online têm uma relação familiar com as crianças, também falam com os pais, há *feedback* e vão fazendo balanços do trabalho... E é voluntariado. Quer dizem que têm vontade, não estão a fazer por frete ou a fazer para ganhar, é voluntariado. Agora queremos fazer mais explicações de forma presencial. Se for *online*, se as crianças e os adolescentes quiserem *online*, tudo bem, mas como vão para a associação, podemos propor: “olha... segundas, terças e sextas há explicação” e pronto. Outro dia podem fazer outra coisa. A ideia é dar a explicação para aqueles que aparecerem, para aqueles que querem. Não é obrigar ninguém, mas...

Sim sim, claro. Mas criar essa possibilidade não é?

Criar essa possibilidade, sim.

1.1.4. Entendo. A comunidade da Boba tem muita população africana e afrodescendente, correto? Existem imigrantes de outros lugares também?

Os mais velhos são imigrantes. Há portugueses e há novos imigrantes também... De várias décadas, na verdade. Há imigrantes de há 50/60 anos, como os meus pais, depois há imigrantes recentes que vieram de outros países de África. A Boba tem quase todas as nacionalidades. Maioritariamente são cabo-verdianos, mas a maioria dos jovens já é

nascida cá, estás a ver? A documentação nem é um problema. A dificuldade é mesmo ter acesso às oportunidades, e criar oportunidades.

1.1.5. E em relação ao nível médio de escolaridade da comunidade, é maioritariamente baixo? Como falavas há pouco de existir algum abandono escolar...

Não, agora subiu, sente-se... Temos jovens que já saíram e estão na universidade, a minha filha está na faculdade por exemplo. Só que temos uma faixa de adolescentes... É aquela fase em que eles estão mais desamparados, e é preciso algum alento para não estremeçerem. Depois a estrutura familiar também conta muito, se houver interesse dos pais em acompanhar os estudos, em saber como é que estão as coisas... E a associação vai tentando fazer esse papel também, vai falando, vendo as negativas, tenta pressioná-los um bocadinho a terem mais atenção... Na nossa sede vamos tendo atividades para ter as crianças ali, estão lá a ouvir música, cantam, têm o grupo de dança... Mas também tentamos ir falando da escola e das matérias.

1.1.6. O bairro da Boba é um bairro de realojamento, correto?

É um bairro de realojamento sim, mas há várias realidades. Há muita gente que veio da comunidade das Fontainhas, e dos bairros auto construídos, e essa população já tem o conceito associativo e de atividades culturais, por exemplo, mas há outras pessoas que foram aqui realojadas e que vêm de outro contexto de realojamento, ou compraram mesmo casa no bairro em concursos de venda.

1.2.1. E em termos de dimensão, como é o bairro?

Se vires no mapa temos oito fileiras de prédios. Nós temos a Boba que chamamos de 503: são 5 linhas de prédios, mais um quadrado e mais 3 que simbolizam o 503 mas, como disse, em numerário deve dar 5000 ou 7000 pessoas.

1.2.2. E a nível de transportes, qual é que é a realidade? Há bons acessos ou variedade de transportes?

A nível de transportes estávamos agora com um problema, porque fizeram uma nova carreira que junta a Vimeca e a Carris, chama-se Carris Metropolitana. E tinham cortado o

autocarro que vinha aqui para a Boba e já estávamos a ver a segregação a acontecer, íamos ficar sem uma carreira que levava os miúdos à escola, os idosos... Só que devido a muitos e-mails que mandámos, ontem voltaram a pôr o percurso e assinalaram “olha, a Boba já vai ter novamente este percurso” como se fosse um favor que nos estão a fazer! No dia 1 de Janeiro já tinham tirado esse percurso. Mas ainda continuamos a ter problemas, há poucos autocarros, às vezes são suprimidos, ou simplesmente não vêm, não há satisfação nem nada. E agora com essas greves que vai haver, vai ser mais complicado. A greve dos comboios vai começar amanhã até dia 21, ainda vai ser pior porque temos a estação da Amadora perto, que muita gente utiliza e vão ter que arranjar outra solução. Era preciso os transportes serem reforçados porque os que há são poucos e acabam cedo, quando há.

1.2.3. E em termos de outro tipo de condições como de habitabilidade? Como são as condições? 1.2.4. E existe algum tipo de habitação predominante?

A habitação é precária, não fizeram nenhuma reforma aqui no bairro. Fizeram agora só três fogos ali, que foi um projeto feito com um fundo da União Europeia, penso eu. Essas casas têm melhores condições, estão mais quentes, já acabou a humidade... Mas há várias questões nas casas do bairro, porque eram feitas com materiais de 3.^a e 4.^a categoria, material mesmo barato. Por isso é que vêς casas com humidade, há pessoas que têm as casas-de-banho fechadas porque o esgoto está todo destruído, as pessoas do rés-do-chão é que levam com o esgoto porque lá está, a caixa do esgoto é dentro da cozinha ou da casa-de-banho, estás a ver? E agora vai haver um orçamento para remodelação desses fogos, de 8 milhões ou 9 milhões ou algo assim, para 2023... Mas as casas são frias e há muitas reclamações sobre isso, sobre as condições habitacionais. Vamos ver se com essa remodelação... Bom, os três fogos que fizeram estão melhores, toda a gente diz que melhorou, agora vamos ver os outros.

1.2.5. E há serviços no bairro? Se sim, quais?

À volta do bairro há de tudo, há o principal e que não pode faltar, que é a esquadra de polícia. Há escolas, farmácias, supermercado e hipermercado. Também temos o serviço da Junta aqui ao lado, temos o Dolce Vita a cinco minutos. Capitalismo há muito aqui à volta, temos o Aldi ali ao lado também, para gastar dinheiro.

1.2.7. Olhando para o bairro, quais é que são as maiores dificuldades ou as maiores necessidades que a comunidade enfrenta atualmente?

A inflação dos preços agora, em tudo. Dizem que é por culpa da guerra, mas não! É devido à falta de políticas públicas do Estado, mesmo a nível nacional. Agora imagina essas comunidades de periferia, de bairros suburbanos, que existem de norte a sul do país... Agora imagina uma comunidade suburbana imigrante... Há bairros ainda piores que a Boba, há. Mas faltam políticas públicas afirmativas para as pessoas poderem empoderar-se mais, para as pessoas valorizarem-se mais. Eles querem que as comunidades fiquem só a pedir e nós não queremos isso. Nós queremos ser empoderados. Por exemplo, devia existir reparação... Houve falta de políticas públicas durante décadas, têm que reparar. As Juntas têm que ver onde é que falharam, onde é que deviam investir e não investem. Não é fazerem atividades promovidas pela Junta que não servem a comunidade. Há dinheiro que está ali que tem que ir diretamente para a comunidade. Porque a Junta faz coisas, mas não serve a comunidade. Faz eventos de idosos, por exemplo, mas os idosos da comunidade não vão, só vão os idosos aqui do centro da cidade. Põem luzes de Natal por aí, mas as luzes vão só até à Junta de Freguesia, não sobem aqui o bairro, como se as crianças da Boba não tivessem Natal. Vê-se logo aí que a Boba é descartada. Quando digo a Boba, digo os bairros sociais todos, isso é um problema que abrange todos, só que há políticas sociais noutros lugares que funcionam: em Lisboa podem ter, em Oeiras têm mais políticas assim nas comunidades e de apoio às associações... Mas na Amadora as associações são compostas por padrinhos, ali do grupo. As associações que têm apoio são todas institucionais, é tudo partidário-institucional, de tios, primos... É o que vejo.

2.1.1. E qual é que é a história da vossa associação? 2.1.2. Como é que surgiu? Desde quando é que existe?

A história da associação é engraçada. A associação abriu em 2005 com o antigo presidente da Junta e em conjunto com os moradores, com os jovens. Enquanto ele estava na direção, estava tudo bem, porque a parte jurídica e administrativa era tratada pela Junta, até porque não tínhamos pessoas com conhecimento para tratar disso. Tesouraria, projetos... Aí conseguíamos tudo porque eles faziam o trabalho. A partir do momento em que foram embora, ficámos só com os recursos humanos e não deu tempo também para passar

conhecimento a outras pessoas porque nós éramos... Enfim, cada um tinha a sua vida, aquilo era voluntariado. Só que para não fechar, tivemos que arregaçar as mangas, juntarmo-nos e estarmos lá. Mas sabemos que politicamente, mesmo para a Câmara, se não estivéssemos lá era melhor para eles, porque nós reivindicamos direitos, estás a perceber? Reivindicamos, subscrevemos várias manifestações, petições – da lei da nacionalidade, do racismo, da violência policial. Lá está, se calhar é por isso que não temos apoio, por sermos uma organização reivindicativa, por sermos uma associação que agarra a bandeira política, estás a ver? Nós falamos dos problemas da comunidade, do que é que se passa: “É preciso limpar a Boba, é preciso isso...” Mandamos! Às vezes respondem, às vezes não respondem. Quando é para pedir alguma ajuda respondem que não há... Não há um autocarro para levarmos os miúdos ao acampamento, por exemplo. Nós tivemos uma atividade em que levámos os miúdos para Montemor-o-novo e a Junta não nos deu autocarro, tivemos que, com o nosso fundo, que vem das angariações, alugar um autocarro para levar os miúdos para Santa Apolónia e para ir buscá-los dez dias depois. Quando pedimos o autocarro, mesmo com 60 dias de antecedência, disseram que não havia. Há sempre uma desculpa e já desistimos de entrar em contacto. E não queremos também ser usados como arma de arremesso político, não nos associamos a ninguém. Espero um dia sentar-me com o poder político e pedir que façam o que têm de fazer por obrigação. É simples. Não queremos estar aí a agarrar a bandeira política, a apoiar o “Joaquim”, o “Manuel” e a comunidade aqui a passar mal. Eu não vou dar a cara por nenhum partido enquanto a comunidade andar aí a sofrer.

2.1.3. Quer dizer que a associação faz-se de voluntários não é? Mas têm algum tipo de estrutura ou... como é que se organizam? Há departamentos, dividem-se por projetos, como funciona?

Somos todos voluntários sim, mas temos grupos de trabalho, no *whatsapp*: grupo de trabalho do “Boba Educa”, grupo de trabalho da “Cultura”...

E as pessoas dividem-se pelos vários projetos?

Sim, através dos planos. Temos planos de atividades que vamos seguindo. Há coisas que não dá para fazer, mas é simples: não pode, não dá. Mas vamos tentando sempre manter o

plano de atividades. Agora, podia ser melhor estruturado, mas... o voluntariado cansa e as pessoas às vezes estão ocupadas, mesmo em projetos pessoais. E ainda mais pós-COVID, nós que temos empregos precários, uns que nem os tinham durante a pandemia... Durante o COVID por acaso foi bom porque ficámos mais fortes, mas depois muitos começaram já a regressar ao emprego, outros emigraram, porque não conseguiam aqui estar, e o nosso tendão de Aquiles é mesmo a emigração, porque os grandes membros da associação, como o meu irmão e também outros, acabaram por emigrar. Pela associação já passaram várias pessoas e, pronto, podia ser melhor estruturado, mas compreendo por causa da nossa vida. Mas lá está, às vezes as pessoas dizem que tem que se ter consistência mas, no voluntariado é o que é...

É difícil essa consistência, porque as disponibilidades mudam não é? Eu já trabalhei em vários projetos assim, e é sempre muito complicado gerir pessoas, e ainda mais gerir pessoas voluntariamente.

Sim, como dou mais a cara à associação digo sempre: “não pressionamos ninguém”. Não quero que ninguém pressione porque nós já fazemos muito. Importante é fazer. Se não nos preocupássemos com nada... Mas estamos a fazer. Estamos e às vezes fazemos coisas no silêncio, mais do que aquilo que está ao nosso alcance. Às vezes no simples reencaminhar de situações, resolvemos coisas que a pessoa não conseguia resolver e isso já é bom.

2.1.4. Quais é que são os vossos principais objetivos e ambições enquanto associação?

No fundo, aquilo que nós tentamos fazer é contribuir para o desenvolvimento da comunidade, seja através de atividades ou através de pressão nos órgãos públicos para criarem políticas afirmativas. Nas camadas mais jovens, eu queria introduzir atividades lúdicas para empoderamento deles próprios. Fazemos apoio ao estudo, explicações... Depois temos a parte de rua, em que fazemos alguns eventos: já tivemos patinagem, já trouxemos um basquetebolista do Benfica, também já fomos com as crianças ao Estádio da Luz, ver um jogo de futebol ou ao MAAT. Também tentamos dar apoio aos mais idosos e vamos organizando saídas com eles... Já levámos as senhoras mais velhas ao teatro, já levámos os idosos ao Cristo Rei, e a um restaurante para +50, em Setúbal, alugámos um autocarro e fomos. Queríamos fazer a horta comunitária, mas a Junta não nos dá água, não dá acesso

aos moradores. A horta comunitária ia ser boa para muita coisa, ia ajudar os idosos a distraírem-se, a mexer o corpo, ia ajudar a termos alimentos de boa qualidade, tipo couves, alfaces... Tudo o que sai das hortas é bom, mas sem água não dá rendimento. Em Lisboa, há hortas comunitárias, grandes projetos, mas aqui não há políticas dessas à volta das comunidades, estás a ver? Há terrenos mas está tudo cheio de lixo, ratos... O pessoal faz a horta e limpa, é só darem condições às pessoas. E sai muita coisa de lá boa: batata, alface, tomate... Tudo tudo, ervilha, tudo! E com um sabor natural, em que sentes o sabor e o cheiro dos alimentos, não é como os do supermercado. Não temos espaços da Câmara, a comunidade não usufrui de espaços. Não há um espaço de dia para idosos, o espaço da associação é pequeno, não serve... Não há um centro de dia para os idosos jogarem às cartas, para estarem lá, irem receber uma massagem... Por exemplo, a minha prima faz massagens nas Três Marias, e às vezes quer fazer voluntariado e vai fazer massagens a casa das pessoas, aos idosos e assim. Se tivéssemos uma sala com condições, a comunidade podia ir lá, até porque também temos enfermeiros voluntários, temos psicólogos, mas faltam-nos espaços.

2.1.5. A associação trabalha de forma individual, não integra nenhuma rede maior de associações, pois não? Contam com parceiros no vosso trabalho?

Não, nós estamos por nossa conta. Temos muitos parceiros, temos psicólogos, advogados... Encaminhamos várias situações de pessoas que querem resolver problemas de tribunal, do trabalho, ou problemas jurídicos para estas pessoas que são nossas parceiras, também preenchemos documentos e fazemos sessões de esclarecimento sobre documentação. Também somos parceiros do Boba Studio que acolhe as crianças que recorrem à associação durante os tempos livres. Eles é que têm dinheiro e funcionários, e as crianças vão lá porque têm condições. Como nós somos parceiros, as crianças vão-se revezando: às vezes vão usando o espaço lá, às vezes vão para a associação.

2.1.6. Pelo que consigo perceber vocês não recebem nenhum financiamento para os vossos projetos, nem da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia...?

Os nossos fundos vêm dos amigos e do que vamos fazendo, e das nossas doações internas também, que vamos pondo na nossa “caixinha”. Faz-se “caixinha” para as atividades...

Temos agora saída com as crianças para irmos fazer a *tour* da Lisboa Africana por exemplo, vamos levar as crianças ali para o centro da Mouraria, porque as crianças nunca saem da comunidade. E cada um leva um lanche, vamos ter de arranjar uma logística para isso, pôr 5€ cada um, preparar um lanche, águas e isso, ver quem é que não tem dinheiro para transportes, que crianças podem faltar por causa disso, e cobrir a parte delas. Nós trabalhamos é com parceiros, a gente une e vai-se fazendo.

Mas não têm patrocínios, por exemplo, para os vossos eventos?

Não, não. Patrocínio às vezes pedimos aqui à comunidade, e chamamos os empreendedores da comunidade também para os eventos, para venderem os seus pastéis, rissóis ou doces tradicionais. Quando precisamos também a própria comunidade tenta dar alguma contribuição, temos a nossa conta de mbway e conta multibanco, às vezes uma alma caridosa deixa lá um donativo... Estamos a pedir apoio de uma equipa agora, a tentar criar uma equipa de trabalho para ajudar com as candidaturas. A malta que tem privilégio de conhecimento, de acesso... Tem que ser assim, este ano já temos algumas candidaturas para as quais nos convidaram como parceiros... Vamos lá ver.

2.2.1. E que tipo de atividades é que vocês dinamizam? Falaste-me do apoio ao estudo, das vossas saídas com idosos e crianças... Há outros projetos em andamento?

Temos leituras, sessões de leitura afro-centrada, mais no verão, assim debaixo da árvore, lá no largo, na rua mesmo, levamos as crianças... Temos olaria também, uma oleira já fez um workshop no Centro Cultural de Belém e faz peças que vende para fora também. Há também uma associação em Queluz de artistas que começou na associação, começou em Cabo Verde, mas como veio para Portugal, dinamizámos e também encaminhámos muitas pessoas para serviços, com competências em várias áreas que conhecemos: “Olha, vai ali, vai ali!” e essa parte para mim dá-me mais gozo, conseguir realizar coisas assim, principalmente burocracia. Burocracia deste país que, para a população africana, imigrante, a quem o acesso a advogados e serviços é, por vezes, difícil. Então tratamos de encaminhar, ou tratar ou ligar, para saberem. Ligamos e não dizemos que somos a associação, dizemos “Olha, sou o primo da pessoa tal” e pedimos essa informação. Depois passamos à pessoa interessada... Nunca nos identificamos como associação. Qualquer situação, para a Câmara

ou Junta, nós não nos identificamos, assim prejudicamo-nos mais. Preferimos dizer que é um primo com conhecimento de causa, e passamos a informação à pessoa. Porque se calhar se vamos dizer que é da associação temos mais entraves. Por isso, a ideia é essa... Temos a certeza que isto vai melhorar porque se com nada fizemos muito, imagina agora que já estamos também mais calejados, temos outros parceiros, já temos pessoas interessadas no nosso trabalho que nos chamam para entrevistas, para peças, para dar reflexões também, usar o nosso intelectual para dar ferramentas para desconstruir narrativas... Sim, isso para nós também é serviço público.

2.2.2. Com que regularidade é que as vossas atividades acontecem?

Como disse antes, somos uma associação que funciona através do contributo dos nossos voluntários, por isso a regularidade depende da disponibilidade deles. Olha, o *tour* de Lisboa Africana era para ter acontecido em Outubro, entretanto não deu para Outubro, mas dá agora em Fevereiro, estás a ver? É simples, nós é que estamos a fazer, não podemos obrigar. Depois houve momentos que não deu, é consoante as oportunidades.

2.2.3. E a comunidade envolve-se nas atividades? Estavas a dizer há bocado que só conseguem chegar a uma pequena parte do bairro. Porque é que isso acontece?

As pessoas encaram a associação como um sítio a que recorrem quando precisam. No bairro das Fontainhas, onde eu nasci, aí sim, as pessoas envolviam-se, os jovens... Aqui isso perdeu-se. Perdeu-se pela falta de apoio, porque com apoio e com ferramentas, as coisas acontecem e as pessoas aparecem. Agora quando ainda é para tirares do teu bolso, é complicado. Acredito que as pessoas aparecem. Agora temos computador e as crianças aparecem, temos material, as pessoas aparecem. Porque temos, se não tivéssemos não apareciam. Então, o importante é isso. Se houver políticas públicas afirmativas e um acompanhamento às associações, só para ver o que é que se passa, ver os planos de atividades e as necessidades para esses planos acontecerem. Não sei como é que eles gerem o dinheiro dos contribuintes nas associações mas, para mim, não é nada controlado. Pelo que vejo, é tudo um negócio, fica tudo entre amigos, ali... Enquanto uma associação como a nossa, faz coisas com pouco, com quase nada!

**2.3.1. Vocês têm registos das atividades, que fazem? 2.3.2. Que tipo de registos são?
2.3.3. São registos digitais, físicos ou ambos? 2.3.4. Onde se encontram os registos?**

Todas as atividades que nós fazemos para as pessoas, pomos nas redes sociais, portanto estamos a falar de registos digitais. Agora o que fazemos a nível social e burocrático, isso não partilhamos, são assuntos da comunidade. Se te levar comida, não vou dizer que te levei comida a casa. Por exemplo, recebemos 100 cabazes durante o Natal, doamos 100 cabazes. Não tiramos fotos, não expomos as pessoas. Temos uma solidariedade invisível, assim com máxima discrição, por causa da vergonha social até dentro da comunidade. Há pessoas que têm casas completas e depois tratam a outra pessoa como coitada, e nós fazemos isso camufladamente. Para nós faz mais sentido, assim.

Ok José, acho que eram essencialmente essas as questões que queria colocar. Obrigada pela disponibilidade e por falares comigo!

Sim, espero que seja útil. Um dia, se der, aparece. Vens conhecer a comunidade. Vai seguindo as páginas e vê as atividades que vamos fazendo.

Claro que sim, já vou acompanhando o vosso trabalho. Obrigada pelo tempo, foi um prazer.

Manda abraço aí ao pessoal da Mouraria. Estamos juntos.

APÊNDICE 07.

Entrevista a Nuno Franco, mediador comunitário da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

Nuno Franco [NF] reside na Mouraria há muitos anos e sempre teve um carinho pelo bairro, pela sua dinâmica e pelo seu pulsar. Juntamente com Inês Andrade, fundou a Associação Renovar a Mouraria, numa altura em que o bairro sofria de muita estigmatização, de forma a juntar os moradores, a pensar os problemas do bairro e procurar soluções, e também a dinamizá-lo social e culturalmente. Em 2010, quando começou o plano QREN, foi convidado a trabalhar como mediador comunitário, no seguimento do trabalho que já fazia na Associação, função que atualmente ainda exerce na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

Condições de realização da entrevista

A entrevista ocorreu no dia 16 de Fevereiro de 2023 e durou cerca de 1 hora, tendo lugar numa das salas pertencentes à sede da antiga Junta de Freguesia de Santa Justa, local de trabalho de NF quando não anda pelo bairro, a fazer trabalho de campo.

NF foi muito acessível, acedendo a realizar a entrevista no mesmo dia em que o contactei. Demonstrou ter um carinho muito grande pela Mouraria ao longo da nossa conversa, denotando-se no entusiasmo que expressava à medida que íamos conversando. No final, disponibilizou-se para responder a mais questões ou ajudar de outra forma com o projeto, caso fosse necessário.

Guião da entrevista

Esta entrevista foi realizada com o intuito de conhecer a história de Nuno Franco e a sua relação com o bairro da Mouraria, de modo a poder contá-la na componente projetual desta investigação. O Nuno é uma pessoa que conhece muito bem o bairro, pois vive nele há uma muitos anos, e sempre teve interesse em torná-lo um espaço melhor, mais dinâmico

e familiar para todos. O seu trabalho enquanto mediador comunitário vem no seguimento da sua envolvência na Associação Renovar a Mouraria, sendo que hoje exerce essa função em nome da Junta de Freguesia, considerou-se interessante conhecer também melhor esta figura do “mediador comunitário”, pouco comum e reconhecida. Pelo seu profundo conhecimento do bairro, pela sua relação longa com o mesmo e por desempenhar um papel tão único na dinâmica e na própria gestão da comunidade, considerou-se interessante poder contar a história de Nuno no projeto, e o guião foi desenvolvido no sentido de a apurar, focando-se os pontos considerados de maior relevância.

Apresentação inicial

- Apresentações individuais
- Exposição do tema da investigação, bem como do mote para o desenvolvimento do projeto prático
- Contextualização desta entrevista, bem como dos objetivos da mesma

1. Questões sobre o Nuno

1.1. Ligação do Nuno ao bairro da Mouraria

- 1.1.1. De onde surge a sua relação com o bairro da Mouraria?
- 1.1.2. O que o fez ficar por cá? O que torna este bairro especial?

2. Questões sobre o bairro da Mouraria

2.1. Memórias antigas do bairro

- 2.1.1. Quais eram as maiores necessidades e dificuldades do bairro quando se mudou para cá?
- 2.1.2. Que memórias tem dos primeiros anos a viver aqui? Como era na altura o território e a comunidade que o habitava?

2.2. Desenvolvimento do bairro

- 2.2.1. Pensando no passado, de que forma o bairro se tem desenvolvido até aos dias de hoje? E quais têm sido as maiores mudanças?
- 2.2.2. Quais as mudanças e perceções da comunidade face à chegada de tantos migrantes ao bairro, e como tem sido a sua adaptação e inclusão na comunidade?

2.2.3. De que forma a multiculturalidade existente atualmente no bairro veio transformar ou acrescentar à sua identidade tão tradicional?

3. Questões sobre o trabalho do Nuno

3.1. Associação Renovar a Mouraria

3.1.1. Como surgiu a Associação Renovar a Mouraria, e qual o seu papel na idealização e concretização da mesma?

3.1.2. De que forma é que o trabalho da Associação veio transformar o bairro?

3.1.3. Quais são os maiores problemas ainda hoje em dia?

3.2. O trabalho enquanto mediador comunitário

3.2.1. Como surgiu o interesse por este papel de mediação comunitária, sendo que não é propriamente uma ocupação comum?

3.2.2. Em que consiste exatamente o seu trabalho enquanto mediador comunitário?

3.2.3. De que forma a mediação comunitária é importante e, pode acrescentar à comunidade em que se está inserido?

Transcrição da entrevista

1.1.1. Como é que surge a sua relação com o bairro da Mouraria?

O meu pai e o meu avô nasceram aqui, no bairro da Mouraria. Mais tarde o meu pai casou-se e foi viver com a minha mãe para a zona do Alto de São João e eu, com quase 20 anos, vim viver para aqui, para casa da minha avó. Nessa altura a minha avó estava já numa fase mais crítica de saúde, tinha uma empregada que cuidava dela, mas decidimos que viria para cá também para ajudar no que fosse preciso. Também estava naquela idade em que queria um bocado a minha independência, mas também não tinha um trabalho fixo que me possibilitasse arrendar uma casa. Entretanto fiquei cerca de ano e meio aqui com a minha avó, que acabou por falecer, e nessa altura falei com o senhorio e disse-lhe que gostava de ficar com a casa. Na altura os arrendamentos podiam passar de avós para netos, agora já não. E foi assim, fiquei nessa casa e já há 47 anos que estou aqui no bairro. De modo que eu conheço a Mouraria desde a década de 60, porque nasci em 1959, mas

desde muito cedo comecei a vir para cá, apesar de só ter vindo viver para cá na década de 1980. E foi quando comecei a viver aqui que comecei a sentir o pulsar do bairro nas diversas fases do ano, porque vai sendo diferente e isso sente-se muito na Mouraria, é um bairro autêntico e genuíno. Agora estamos a começar a ter um cheirinho de Primavera e em breve, vamos começar a ver pessoas a sair para a rua e a trazer a sua mesa e cadeiras para comerem na rua, até inclusive celebrar os aniversários na rua, principalmente quando são aniversários de crianças, isso é muito comum.

1.1.2. E foi esse pulsar do bairro que o fez ficar por cá todos estes anos, essa ligação afetiva com o território e com a comunidade?

Sim, houve vários fatores na verdade... Eu sempre tive uma relação afetiva com este bairro, com a casa dos meus avós, onde também nasceu o meu pai. E sendo honesto, a renda na altura também era convidativa, e a casa já estava mobilada, apesar de ser ao gosto da minha avó. Ou seja, já tinha tudo na casa e não precisei de empatar capital, só depois ao longo dos anos é que fui investindo, como em qualquer casa. E ainda havia outra vantagem, a casa tinha um quintal muito agradável, onde ainda hoje se comem umas sardinhas e se juntam uns amigos nas noites de verão. Isso era uma valência muito grande também, ainda hoje gosto muito dessa casa e vou lá cuidar das minhas plantas, da minha horta... Tenho muita estima pela casa, por diversas razões. Sempre tive uma ligação afetiva com este bairro, ao mesmo tempo que o olhava atentamente e me ia apercebendo das suas virtudes e dos seus defeitos.

2.1.1. E quais eram os seus defeitos? Quais eram as maiores dificuldades que existiam aqui no bairro na altura?

Bem, na altura não tínhamos tráfico de droga, veio mais tarde apenas, instalou-se há cerca de 20, 25 anos. O que existia na altura era mais prostituição, mas nem estava tanto no bairro, apesar dessa tradição estar associada ao bairro, ou não existisse a história da Maria Severa, que era exatamente uma de muitas prostitutas que atuavam ali na Rua do Capelão. Mas era um bairro pobre, antes as pessoas vinham de outros lugares para aqui, para trabalhar... As senhoras vinham para trabalhar como “sopeiras”, que eram as criadas que trabalhavam em casa dos senhores burgueses, e por seu turno, vinham também os operários,

trabalhar nas obras, na construção civil, no que calhava... Porque aqui havia trabalho, e as pessoas vinham à procura de trabalho e aceitavam as condições que existiam, viviam em casas com poucas condições, pequenas, porque também vinham já de zonas fustigadas. E aqui encontraram uma cidade, que apesar de tudo, sempre tinha serviços sociais, hospitais, e por aí adiante, melhores... Mas só se começaram a ver mudanças na Mouraria na década de 1970, com o advento do 25 de Abril e com as alterações que houve depois a nível de leis, quando se começou a reabilitar uma série de edifícios. Ainda assim, na década de 1980 houve muita gente nascida aqui no bairro que decidiu sair daqui porque queriam ter a sua própria vida e as casas aqui eram muito pequenas. E se os pais e os avós aceitavam viver de uma determinada maneira, essa outra geração já queria viver de outra forma, em casas mais amplas, com casa de banho. Porque muitas casas aqui no bairro não tinham casa de banho. Agora não, já todas as casas estão equipadas com casas de banho, mas muitas delas também foram construídas com o investimento das próprias pessoas, e não dos senhorios. Existiam pias de despejo, algumas ainda se veem num ou outro sítio, quando se entra nos edifícios.

2.1.2. E como é que era o ambiente do bairro nos primeiros anos em que cá viveu? Que memórias tem desse tempo?

Era um bairro humilde, com um grau de iliteracia muito grande, as pessoas tinham um ar muito simples, mas eram genuínas e autênticas. Era engraçado porque ao mesmo tempo também se metiam um bocado nas nossas vidas. Quando comecei a viver com uma pessoa na altura, que era brasileira, as pessoas às vezes na rua metiam-se com ela e até lhe perguntavam o que levava nos sacos, por exemplo. Acho que nem faziam por mal, queriam apenas conhecê-la, havia um grande sentido de vizinhança e de proximidade.

E esse sentido de vizinhança ainda existe hoje em dia?

Sim, acho que ainda hoje se sente. Por exemplo, quando foi agora este incêndio, os bombeiros chegaram uns 4 minutos depois, e ainda antes deles chegarem já a população, de diversas origens sociais e étnicas, tinha mandado abaixo as portadas com pés de cabra e o que arranjaram à mão, para salvar as pessoas que estavam dentro do edifício. E se não o tivessem feito, provavelmente teriam morrido mais pessoas. Portanto há esse sentido

de vizinhança. Aqui para nós, há dois medos que nós temos, duas coisas que nos preocupam... Agora com o sismo da Turquia, por exemplo... Nós todos imaginamos o que aconteceria num bairro destes se houvesse um sismo daquela magnitude. E por outro lado, um incêndio também é algo que nos preocupa... Como é que se fazem as operações de socorro principalmente na zona onde vivo, que é uma zona histórica onde não entram viaturas? Há meios de combate aos fogos, mas não entram ali viaturas, e esperamos que os bombeiros tenham isto bem estudado mas... Houve um incêndio em que eu já vivia aqui, e que foi combatido pelas próprias pessoas do bairro, que entraram prédio adentro, com baldes e panelas, e tudo o que pudesse levar água... E os bombeiros só chegaram depois para o rescaldo.

Mas o quartel de bombeiros dos Sapadores até é aqui na Praça do Martim Moniz, não é?

Sim, mas nessa altura não era, era na Graça. Quer dizer, acho que já havia o quartel por detrás do Teatro Dona Maria, mas de qualquer maneira, foi uma coisa que teve a sua ignição e que se expandiu, mas foi logo dominada pela população precisamente para não alastrar a outras casas e partes do prédio, e o foco é sempre esse. As pessoas aqui unem-se neste sentido, se existir um problema aqui dentro do bairro, dentro do possível não vamos ficar a olhar.

2.2.1. Olhando para o bairro da Mouraria há alguns anos atrás, na altura em que veio para cá viver, e olhando agora para o mesmo na atualidade, de que forma é que este se desenvolveu? Quais são as maiores mudanças, não só a nível territorial mas também social?

De um ponto de vista territorial, começamos a ver mudanças quando se iniciou o plano QREN da Mouraria, que abrange o Intendente e a Mouraria, e aí houve algumas mudanças territoriais significativas. Mais tarde, também por via de intervenção da Junta de Freguesia, já com este presidente, o Dr. Miguel Coelho, também houve algumas mudanças significativas em várias ruas do bairro. As mudanças sociais começaram a acontecer lentamente a partir dos anos 1970, 1980... Depois da revolução e do fim das colónias, começaram a chegar à Mouraria os refugiados que estavam principalmente em Moçambique,

e chegaram com o que tinham e começaram a abrir os seus negócios, sendo que muitos deles já tinham negócios em Moçambique, e esses negócios depois passaram de mãos ao longo de décadas. Nos anos 1980 chega o primeiro contingente de imigrantes, tanto chineses como do Bangladesh, e os negócios foram passando para eles, e depois para os paquistaneses que chegaram depois... Chegava-se a pensar que este bairro iria ser a nova “chinatown”, mas de maneira nenhuma, quanto muito hoje em dia é a “banglatown”. Neste momento, o contingente de pessoas oriundas do Bangladesh a viver aqui, nas ruas principais da Mouraria, deve ultrapassar seguramente as 5000. Há aqui de facto muitos indivíduos oriundos daquela península do Indostão, que vieram para cá à procura de uma vida melhor, mas normalmente Portugal é apenas um ponto de passagem. Agora já não é fácil ir para Inglaterra por causa do *brexit*, mas é fácil ir para a Bélgica, França, Alemanha, e por aí fora. As pessoas não se contentam com os salários de miséria que temos aqui em Portugal e emigram, com filhos e tudo...

2.2.2. E como é que é recebida esta chegada de imigrantes no bairro, como é a sua inclusão na comunidade? 2.2.3. Ainda por cima pensando num bairro tradicional, como é que de repente a multiculturalidade veio alterar a identidade do bairro?

De certa forma, a Mouraria é um bairro de migrantes, não é só de imigrantes. Grande parte das pessoas que vivem na Mouraria são indivíduos que vêm das Beiras, do Minho... E que vieram para Lisboa à procura de uma vida melhor. Se ainda hoje se fala tanto da necessidade de descentralização porque realmente está tudo muito centralizado no litoral, imagina o que era há 30 ou 40 anos atrás, quando tanta gente vinha para cá à procura de trabalho. Se pensarmos na vida há 40 anos atrás, Lisboa era um espanto para quem vinha da província, porque realmente era uma cidade que se podia considerar muito mais desenvolvida. E os migrantes estabeleceram-se por cá, a cidade foi crescendo, os refugiados vieram, os imigrantes começaram a entrar aqui cada vez mais, e a cidade foi-se desenvolvendo. Em relação à inclusão dos imigrantes, há sempre aqueles pensamentos mais antigos e xenófobos. Por exemplo, a comunidade do Bangladesh é alvo e vítima de muita xenofobia e racismo por parte da comunidade mais antiga do bairro, mas também de uma geração mais nova que pertence a estas famílias que trazem estes pensamentos preconceituosos, e pensam que os imigrantes não deviam estar aqui, que o seu bairro

já não é o mesmo, que só se veem emigrantes por todo o lado e já não há portugueses aqui... Mas é mentira, há milhares de portugueses aqui, só que também há milhares de imigrantes. Depois há a comunidade chinesa, que vive completamente à parte, tirando um ou outro caso. Há uma senhora chinesa que tem um cafezinho aqui na Rua da Mouraria com uma esplanada, quase em frente ao centro comercial... E a família é muito simpática. Tanto eu e a minha mulher, como muitos outros vizinhos, frequentamos regularmente o café e já se criaram laços com esta senhora e com esta família. Mas este caso é particular, porque realmente a comunidade chinesa é bastante fechada e voltada para si própria, só se abrem para fora na questão dos restaurantes chamados clandestinos. Mas hoje em dia já não há nenhum de facto clandestino, já foram todos identificados pela ASAE e já têm as suas licenças. Realmente começaram por ser clandestinos, mas neste momento é apenas uma ideia romântica chamar “clandestino” a um lugar muito famoso, onde toda a gente vai. É engraçado porque quando começámos a Associação Renovar há 15 anos, nós íamos lá jantar naquele restaurante “clandestino” na Rua da Guia, e ainda não se jantava naquela sala enorme mas no piso de cima, que neste momento serve de residência a quem lá trabalha. Aquilo são duas famílias, vivem no andar de cima, no do meio têm o restaurante e depois em baixo o armazém. Mas este é outro exemplo de uma família chinesa aberta ao resto da comunidade... O Afonso, que é uma criança que anda sempre lá a correr e com a bola e tudo, é muito engraçado... Ele foi acarinhado pela comunidade, foi o bebé chinês que nasceu na Mouraria e muito querido pela comunidade, e aquela mãe deu-lhe um nome português e acho que é daí que provém o nome, desta relação também que se criou com a comunidade portuguesa. É uma família que já fala com toda a gente, a filha mais velha anda na universidade. Eles dão-se com toda a gente, mas são poucos os casos assim.

3.1.1. O Nuno também esteve envolvido na Associação Renovar a Mouraria desde o princípio, correto? Qual foi o seu papel na idealização e concretização da mesma?

O meu papel foi apenas o de acompanhar a pessoa que criou a associação e que foi a Inês Andrade. Nós chamamos-lhe “a mãe da associação” porque realmente ela é que teve a ideia inicial. Nós éramos amigos, ela falou comigo, fomos germinando a ideia e num determinado momento, pusemos a ideia em prática e avançámos com a associação. Inicialmente, pensámos em fazer uma cooperativa mas depois a ideia foi posta de lado,

porque era preciso algum investimento de cada um, então criámos a associação. Começámos logo a fazer ações de rua, e o caminho passou por aí, nós não tínhamos sequer espaço físico, nenhuma sala... Fazíamos as reuniões da associação nas nossas casas, nos cafés do bairro, em restaurantes... Muitas vezes, vinha do meu trabalho e a Inês vinha do dela e jantávamos juntos, e os nossos jantares eram jantares de trabalho, em que discutíamos as questões da associação. Entretanto depois criámos um blog e houve quem começasse a olhar para aquilo e a ver que estávamos a querer fazer coisas pelo bairro e foi nessa altura que as entidades políticas da Câmara Municipal e não só, começaram a aproximar-se e a tentar perceber quem éramos nós. Fomos sempre independentes politicamente e nunca nos vergámos ao peso do dinheiro. Mais tarde a associação teve de ser subsidiada porque para ela crescer, eram precisas pessoas a tempo inteiro e para isso era necessário pagar ordenados, que o dinheiro não cai do céu... Resumindo, a pouco e pouco fomos crescendo, depois a Câmara Municipal arranjou-nos ali um 5.º andar na Rua da Mouraria, junto à Igreja da Senhora da Saúde... E foi aí que tivemos a nossa primeira sede, que era um espaço de 50m², e que dinamizou muito o nosso trabalho.

3.1.2. E de que forma é que o vosso trabalho veio transformar e impactar o bairro?

Nós fazíamos muito trabalho de campo, muito trabalho de rua, desde trabalho com as crianças nas zonas mais complicadas... como era o caso da rua do Benfornoso, na Vila Almeida, entre outras zonas. Trabalhávamos muito com as pessoas, não nos limitávamos a colar cartazes na rua ou distribuir papéis, ou fazer reuniões... Trabalhávamos com as pessoas na rua, falávamos sobre as situações, procurávamos soluções e ouvíamos opiniões por um lado, e por outro, apostávamos muito na dinamização de atividades culturais, como era o caso do Arraial. Essa foi uma transformação fantástica, porque na altura só havia um pequeno arraial quase sem expressão, que a própria população organizava. Mas como o bairro era visto com grande estigma, desde o tempo dos mouros... Porque o bairro da Mouraria nasce após a reconquista cristã, quando os cristãos se decidem instalar em Alfama, que era o lugar onde viviam os mouros... Os mouros que quiseram ficar a viver no território de Lisboa foram obrigados a deixar as suas casas em Alfama para a população cristã e foram colocados neste sítio que era um sítio ermo, era o sítio onde existia a pecuária dos mouros, os terrenos agrícolas, as olarias... E os mouros foram obrigados

a transferir-se para aqui e a criar o seu bairro aqui, o seu cemitério, as suas mesquitas... Esta zona era cercada por muralhas à volta, tinham 5 portas que abriam ao amanhecer e encerravam ao anoitecer, cumprindo também os rituais das tradições islâmicas. Aliás, os mouros que fossem apanhados fora de portas sofriam diversos tipos de castigos, consoante a reincidência que tivessem. Resumindo, isto é um bairro estigmatizado desde o início, desde a reconquista cristã, e apesar das muralhas terem desaparecido, o estigma continuou... A Mouraria abriu-se à cidade mas ficou sempre o estigma, tanto que, nos anos 1950, a baixa mouraria que existia onde é agora o largo do Martim Moniz foi toda demolida simplesmente porque Salazar considerou aquela uma zona putrefata, uma zona que não interessava e que tinha de desaparecer, fazia mal à cidade. Havia prostituição, havia tabernas, um mau ambiente, era uma população muito pobre... e essas pessoas foram expulsas para outras zonas da cidade, espalhadas por várias zonas, e desapareceu toda a baixa-mouraria e o que ficou é o que se conhece agora, esta Mouraria que tem maior expressão realmente naquela zona onde está o chinês clandestino, onde está o senhor António com a ginjinha, aquele dédalo de ruas, mas que também se espalha aqui para São Cristóvão. Pronto, os mouros foram colocados aí e foram obrigados a viver entre muros. E depois mais tarde veio a prostituição, depois todo um mau ambiente que existia dentro da mouraria, pela pobreza endémica que existia... Quando nós, associação, pegámos nisto, pegámos num bairro completamente estigmatizado. Lembro-me que nessa altura, e estamos a falar assim de 2008, os meus amigos tinham receio de vir à Mouraria. Lembro-me de fazer churrascadas e festas no meu quintal, e de ter de vir buscar as minhas amigas mulheres cá abaixo ao metro, porque elas não se sentiam confortáveis em subir sozinhas pelas ruas... E a minha casa nem é muito longe do centro. Tinha de as ir buscar e trazê-las no fim, a não ser que houvesse outros homens que fossem com elas. A situação era de tal forma complexa que os jovens que aqui viviam, quando procuravam emprego, evitavam dizer que viviam na Mouraria. Porque viver na Mouraria tinha sempre esta conotação negativa, as entidades empregadoras ficavam logo assim reticentes... As pessoas queixavam-se muito, havia muita gente que tinha vergonha de dizer que vivia aqui na Mouraria. Nós tivemos aqui muitos problemas quando iniciámos a associação porque as pessoas não queriam que se falasse, por exemplo, do tráfico de droga. E o tráfico de droga vem a existir exatamente nas mesmas famílias que eram provenientes

de vivências ligadas à prostituição, ou seja, as suas avós ou até bisavós eram antigas prostitutas que aqui se estabeleceram e tiveram os seus filhos, que por sua vez tiveram os seus filhos... Essa vivência dramática manteve-se aqui, eram pessoas que não tiveram educação, preparação, que não tinham os mínimos escrúpulos em começar a vender droga porque era um dinheiro fácil, tal como era o dinheiro fácil que as suas avós faziam enquanto prostitutas. Portanto este estigma perdurou. Hoje em dia já não é bem isso que se passa, por exemplo com a situação do tráfico de droga, porque este já saiu das mãos das tais famílias e a maior parte dos indivíduos que agora vemos até são negros, nem sabemos de onde vêm... E estão ali, aquilo funciona como uma organização bem estruturada, com horários de trabalho, com ordenado, com isso tudo... E portanto, apesar de existirem sucessivas rusgas de polícia, e prisões, é um negócio que por dia dá sempre cerca de uns 4000€. Aquelas pessoas muitas vezes estão ali só a vigiar, parece que estão só encostadas às paredes, mas são capazes de ganhar uns 80 ou 100€ só por um turno de trabalho, portanto aquilo dá imenso dinheiro. Portanto esse estigma hoje em dia deixou de existir, as pessoas já não têm medo de vir à Mouraria, há visitas guiadas, passeios de bicicleta, há festas... O arraial na Mouraria mais antiga é um arraial fantástico, são milhares e milhares de pessoas a vir ao arraial. Quando nós começámos a fazer o nosso arraial, nós fazíamos no Largo da Rosa, e as pessoas cá de baixo estranhavam haver tanta gente no nosso arraial e eles terem tão pouca gente. Mas tinham pouca gente porque tinham um programa mais básico, mais pimba, e a população na altura não se aproximava, ainda havia estigma associado à Mouraria. Mas as pessoas começaram a vir ao nosso arraial, e por consequência, começaram a ir também ao arraial deles, e eles começaram a compreender a fórmula... O nosso arraial tem duas vertentes, é um arraial solidário que funciona em regime de voluntariado: eu, por exemplo, já servi por lá milhares de bifanas... As pessoas que lá estão não ganham nada, a não ser as que estão ao lume a assar sardinhas, porque é um trabalho muito duro. Mas de resto, toda a gente está lá de forma voluntária, por amor à camisola, e estão lá italianos, belgas, polacos, franceses, sei lá... Gente que mora aqui e que quer ser voluntário da associação no arraial, também porque é divertido, é giro... Aquilo é mesmo muito giro... Mas de facto toda esta dinâmica do arraial alastrou para o arraial cá de baixo e agora vê-se também milhares de pessoas ali na rua da Guia, Largo da Severa... E é praticamente todo o mês.

3.1.3. Quais são os maiores problemas ainda hoje em dia no bairro? Tem-se falado muito da questão da habitação, agora com o incêndio... Que na verdade é um problema geral, mas parece que aqui os imigrantes são bastante explorados nesta questão.

Sim, tem sido uma questão com a qual nos temos debatido. As comunidades imigrantes têm várias formas de habitar, é comum os indivíduos juntarem-se e dividirem casa para pagar menos de renda, como também acontece com os jovens aqui em Lisboa, e noutros lugares... E depois existem agregados que são mesmo familiares, constituídos por pai, mãe e filhos... Estamos a falar dos indivíduos do Bangladesh... E depois existem as tais “camas quentes”, que afetam os indivíduos oriundos do Bangladesh, da Índia ou do Paquistão, e que estão aqui por pouco tempo, ou para juntar dinheiro para ir trabalhar lá para baixo para Odemira, ou para irem para outros lugares... Outra coisa que também existe e que é muito grave e não se pode deixar de falar, é toda uma máfia aqui no bairro, que infelizmente é operada por indivíduos asiáticos, e que alugam casas por 800€ e que põem lá 20 pessoas a viverem em beliches, que pagam 150€ cada uma, por isso se fizermos contas conseguimos perceber o lucro... Por isso estas comunidades imigrantes não só são exploradas no trabalho, porque não nos podemos esquecer que são eles que nos vêm trazer as refeições a casa através da *ubereats* ou da *bolt*, e que vêm ao calor, ao frio, à chuva... E trabalham muito por pouco dinheiro. O turismo também vive muito do trabalho quase escravo destes indivíduos asiáticos e do Bangladesh que cá estão, e a restauração também. As pessoas sujeitam-se a receberem ordenados de 300, 400, 500 euros... Alguns trabalham só em *part-time*... Isto é uma exploração total. E portanto estas comunidades são vistas com alguma xenofobia por muitas pessoas, mas depois por outras são aceites. Mas realmente o momento em que vivemos é bastante trágico e triste, porque aqui nesta zona vê-se que há muita pobreza, muita gente a dormir na rua, sem trabalho... Ou se calhar até tem, mas vão tendo uns trabalhinhos, de manhã ou à tarde, não estão ocupados todo o dia. E depois é engraçado porque os vemos a conviver, mas por outro lado também é muita sujidade... E depois há outro negócio que também prolifera, que faz parte das tais redes, que tem a ver com a alimentação dos imigrantes... Porque os imigrantes muitas vezes não tem condições para cozinhar em casa e fazem acordos com restaurantes que há aqui no bairro, e que lhes vendem refeições mensais por 100 ou 150€... Que aliás, era o que se praticava aqui na Mouraria e noutros bairros da cidade há uma série de anos

atrás: os operários pagavam ao mês para comer nas tascas e tabernas... Isto era muito vulgar, não é nada de novo. Simplesmente está-se a fazer o mesmo agora, estas pessoas são exploradas quer como força de trabalho, quer na habitação sem condições, quer até na própria alimentação, porque muitas vezes eu vejo-os a comer e eles comem arroz e um bocado de carne, e é isso, muitas vezes se calhar nem comem o que devem comer, nem têm grande variedade... Estas pessoas são muito sofredoras, e muitas delas até têm formação académica, e estão aqui a passar as “passas do algarve” para depois dar o pulo para outros lugares melhores.

3.2.1. Gostava de lhe perguntar também sobre esta função de mediação comunitária. Como é que surgiu este trabalho, ainda por cima sendo uma função tão pouco comum?

O trabalho como mediador comunitário surge no seguimento da Renovar. A Renovar surgiu em 2008, e em 2010 eu deixei de trabalhar no emprego em que estava e andava à procura de trabalho. E nesta altura a Renovar já tinha uma dinâmica grande, e com o dinheiro que se ganhou no segundo ou terceiro arraial que fizemos, decidimos que precisávamos de ter alguém para trabalhar. E essa pessoa que estava dentro do assunto e que na altura estava disponível era eu, por isso na altura fui o primeiro trabalhador da Renovar a Mouraria. Depois mais tarde deixei de fazer esse trabalho, fui procurar trabalho noutra parte porque só ali não chegava... Mas isto foi tudo muito rápido, porque ainda em 2010 começou o tal plano QREN, a tal intervenção social, e o Dr. João Menezes, que na altura estava à frente do gabinete onde estava integrado, que era o GABIP, já sabia que era o mediador comunitário que andava pelo bairro. E então começou a andar muito comigo... Na altura fiz uma reunião com todos os organismos que já andavam pelo bairro a fazer trabalho social, mas todos isoladamente, e eu juntei-os todos e nessa altura estava cá o João Menezes, que era o diretor municipal de ação social e que tinha sido nomeado pelo António Costa para orientar um programa de desenvolvimento comunitário para a Mouraria e Intendente. E ele vem à reunião, apresenta-se e conhece-me, e depois começou a andar pelo bairro comigo... Eu também servi muito de ponte entre ele e as pessoas, e ajudei-o a integrar-se no bairro. Depois começaram uma série de reuniões para se começarem a dar os primeiros passos deste programa de desenvolvimento comunitário.

Ganhámos o orçamento participativo, um milhão e quinhentos mil euros, conseguimos ter capital para distribuir pelas associações para que pudessem fazer o seu trabalho, e conseguimos também pagar a uma equipa que trabalhava para gerir tudo isto. E na altura, o João Menezes convidou-me, no caminho para uma reunião com as associações, para trabalhar no GABIP e perguntou até se alguém se opunha a que existisse esta posição remunerada, e é assim que nasce o mediador comunitário. Portanto, não tenho formação académica, fui formado no terreno, no dia-a-dia, no contacto humano com as pessoas, no saber resolver os problemas... Fui aprendendo como é que se resolve o problema de um idoso que já não consegue sair de casa, de um idoso que precisa que lhe entreguem a comida em casa, como é que se resolve o problema de uma criança que precisa de apoio escolar, e por aí fora... Fui aprendendo, lendo, falando com pessoas, escutando os técnicos, e foi assim que fui aprendendo. Em 2015, o programa de desenvolvimento comunitário terminou e nessa altura ia cada um para seu lado, e eu ia ficar sem trabalho. E na altura o Dr. Miguel Coelho, conversou com a Dra. Ana Elisa, que era uma das técnicas que estava à frente deste GABIP, e disse-lhe que gostava de formar um gabinete na área do empreendedorismo, da formação profissional, apoio à criação de novos negócios... E que queria convidar a equipa que já existia, sendo que a Dra. Ana Elisa seria a coordenadora da equipa. E assim foi, foi ela que nos trouxe a todos para aqui... Aliás, começámos noutra espaço, mas entretanto fomos transferidos para aqui. Depois a Dra. Ana Elisa foi nomeada para diretora do instituto de emprego e quem ficou aqui à frente foi a Anabela Monraia, que é a minha chefe de serviço há já vários anos, e tenho muito gosto em trabalhar aqui neste gabinete e em continuar a ser o mediador da comunidade.

3.2.2. E em que é que consiste o seu trabalho enquanto mediador comunitário?

Bem, neste momento acompanho cerca de 365 idosos, o que exige visitas diárias, contactos de rua, telefonemas, etc. Quando digo “acompanhar”, é mesmo saber como é que as pessoas estão, quais é que são os seus problemas e tentar ajudar a resolver. Neste momento há uma ajuda poderosa que é o GAS, ou seja, o gabinete de apoio social que funciona aqui, na Junta de Freguesia. Sinalizo as pessoas, depois encaminho-as para o GAS, que se for preciso as encaminha para a Santa Casa da Misericórdia e por aí fora... Também acompanho os imigrantes na medida do possível, mas digamos que não é o meu *core business*.

E depois também acompanho tudo o que se passa no espaço público, desde um buraco que se abriu, a uma calçada estragada, a uma árvore que caiu... Acompanho também as associações e o comércio, vou sabendo quais são as lojas novas, vou fazendo o diagnóstico e levantamento do bairro, porque este está sempre a mudar.

3.2.2. E de que forma é que a mediação comunitária vem acrescentar à comunidade?

O trabalho do mediador comunitário é a proximidade com as pessoas. Se vivesses aqui por exemplo, e estivesse desempregada, já te tinha sinalizado e tínhamos tentado aqui na Junta arranjar-te trabalho, e íamos acompanhar o teu processo de integração no novo trabalho, ver se tudo corria bem e por aí adiante... O facto de ir sinalizando os vários casos e remetendo-os para quem na prática pode ajudar, facilita aqui o processo de ajuda à população. Mas depois também trabalhamos todos em rede, porque também não sou Deus, muitas vezes são as associações que me contactam porque sinalizaram alguém e damos depois seguimento à situação aqui. Vejo-me como um desbloqueador de problemas, até costumo dizer que aquilo que faço é acupunctura urbana!

É interessante porque esta figura de mediador comunitário não é algo comum de existir nas Juntas de Freguesia ou estou enganada?

Não é comum de facto, nem existe em mais ponto nenhum de Santa Maria Maior, mas existe porque eu herdei este trabalho... Na verdade sou assistente técnico, mas depois na prática mesmo, sou mediador comunitário, o meu trabalho é mesmo o trabalho de campo. Depois como também vivo aqui, acabo por trabalhar quase 24h por dia... Na teoria claro, porque não trabalho 24h por dia. Mas vou encontrando as pessoas e vou sabendo as coisas... Mesmo aos fins de semana, às vezes até tenho de dizer às pessoas que só vou conseguir dar despacho à questão na semana seguinte... Mas tenho uma agenda onde vou tomando notas, vou anotando todas as situações de que me falam.

Mas é curioso porque realmente não é uma coisa comum, por isso acho particularmente interessante o seu trabalho aqui no bairro.

Só conheci mediadores comunitários no bairro da Ameixoeira, mas lá são mediadores comunitários para os imigrantes. E a Associação Renovar também tem os seus mediadores

comunitários que ajudam os imigrantes, por isso não me meto muito nessa parte... Se existem mediadores comunitários formados e preparados pela Associação Renovar a Mouraria, são eles que estão no terreno. O que eu faço é, por exemplo... agora quando houve o incêndio, percebi que estavam lá duas famílias do Bangladesh à porta e telefonei logo a pedir que viesse alguém da equipa para ajudar na tradução e só aguardei, e depois todos juntos, gerimos a situação. Mas sim, sou uma espécie rara, e também estou quase a reformar-me. Mas de qualquer forma sei que vou continuar por aí a fazer este trabalho social, enquanto puder pelo menos, porque é o que realmente gosto de fazer. Tens mais alguma pergunta?

Penso que não. Obrigada pelo seu tempo e pela disponibilidade em falar comigo.

Claro, se precisares de mais alguma coisa, já sabes onde me encontrar.


Obrigada, continuação de uma boa tarde!

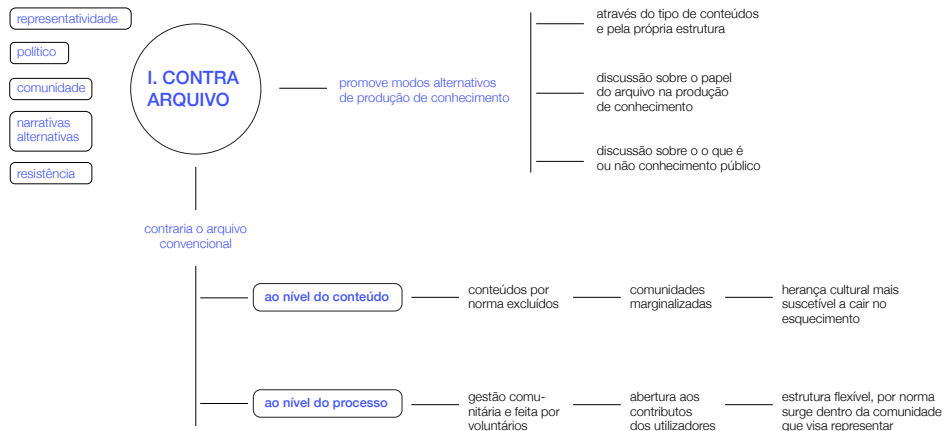
Até à próxima.

APÊNDICE 08.

Proposta de contra-arquivo, apresentada à Associação Renovar a Mouraria, aquando do início do desenvolvimento do trabalho colaborativo

Aquando o início do trabalho colaborativo com a Associação Renovar a Mouraria, em Setembro de 2022, considerou-se importante clarificar o modelo – contra-arquivo –, que se pretendia implementar no projeto, bem como ilustrar este modelo, através de exemplos práticos, de forma a mais facilmente comunicar as intenções do mesmo. Desta forma, compôs-se uma apresentação que foi partilhada com a Associação, onde se procurou avançar também os objetivos projetuais, bem como refletir sobre as semelhanças, diferenças e mais valias deste contra-arquivo face ao site da Associação, começando a questionar o lugar deste projeto. A apresentação poderá ser consultada seguidamente:

 <p data-bbox="263 1037 383 1077">Contra Arquivo Projeto de Tese</p>	[A] Discussão Inicial	Setembro 2022
CONTRA ARQUIVO		
Proposta de colaboração - Maria Inês & Associação Renovar a Mouraria		
b <hr/> a belas-artes ulisboa		



II. Exemplos de Contra Arquivos

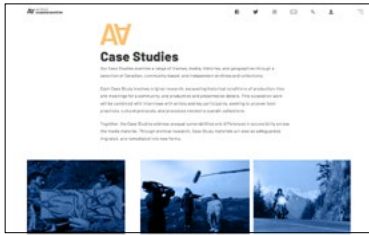
1. Black Archives Sweden

<https://www.blackarchivesweden.com/>

Parte de uma constatação: a falta de representação da comunidade sueca afrodescendente, e africana residente na Suécia, nos arquivos oficiais. O arquivo centra-se nas experiências e narrativas destas comunidades, destinando-se principalmente às mesmas. Perceciona o arquivo enquanto espaço de invisibilidade de conteúdos, ao mesmo tempo que o projeta enquanto local de partilha, aprendizagem e imaginação de outras realidades e condições futuras.

conteúdos:

- fotografias
- coleções de vídeo
- coleções áudio
- cartas
- histórias orais
- posts de redes sociais



II. Exemplos de Contra Arquivos

2. Archive / Counter Archive

<https://counterarchive.ca/>

Projeto que se dedica à recuperação de arquivos audiovisuais criados por indivíduos indígenas, comunidade negra, pessoas de cor, mulheres, LGBTQ2+ ou imigrantes, grupos que por norma veem as suas narrativas e experiências pouco representadas nos arquivos oficiais. Apesar de ser um projeto que nasce no seio académico, tem um sentido de resistência e a intenção assumida de narrar a história de outras perspetivas.

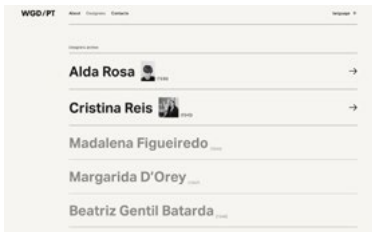
conteúdos:

publicações sobre arquivos

entrevistas

conferências

estudos de caso



II. Exemplos de Contra Arquivos

3. Women in Graphic Design / PT

<https://www.wgd-pt.com/>

Plataforma que pretende destacar o percurso e trabalho de designers mulheres portuguesas. Existe uma escassez de estudos sobre a presença das mulheres na história do design gráfico português, que se reflete na falta de reconhecimento das mesmas na história. O projeto nasceu no meio académico, e atualmente é uma plataforma aberta a receber outras referências por parte dos utilizadores, no sentido de crescer e tornar-se mais completa.

conteúdos:

biografias

galeria de trabalhos

III. Possível Colaboração

1. OBJETIVOS DO PROJETO

dar voz a uma comunidade que ainda é alvo de marginalização na sociedade

trazer as suas histórias e experiências para o centro do debate

sensibilizar para as dificuldades que as comunidades migrantes enfrentam em Portugal

demonstrar como é possível ajudar à sua integração, através da mostra dos projetos desenvolvidos pela ARM

refletir sobre os arquivos institucionais e a forma como propagam as desigualdades sociais

abordagem de arquivo diferente + possivelmente existir uma secção dentro do arquivo focada nesta questão

III. Possível Colaboração

2. OBJETIVOS DA COLABORAÇÃO

mediação e facilitação do contacto com a comunidade que habita o bairro da Mouraria

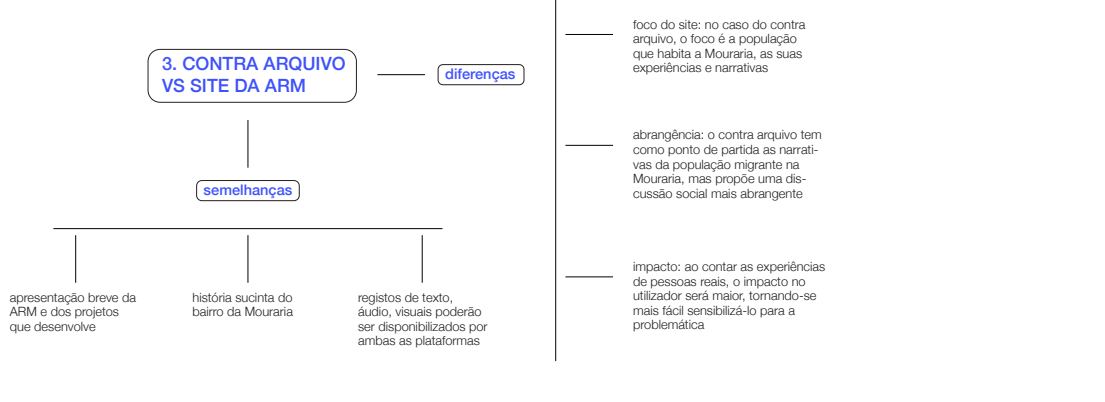
disponibilização dos materiais em posse da ARM relativos ao bairro e aos vários projetos

criação de um novo meio de comunicação que poderá ser utilizado por ambas as partes

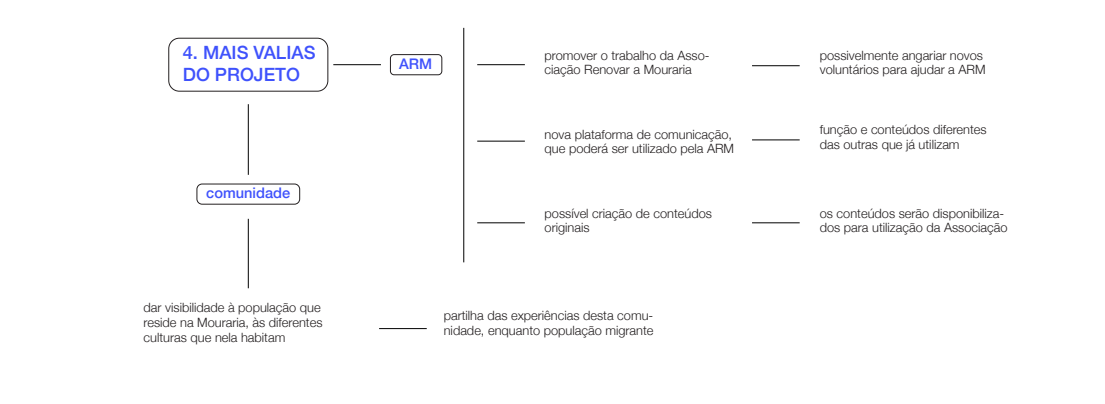
os projetos serão depois apresentados de forma sucinta no projeto final

abordagem mais focada no bairro e nas pessoas, com maior poder de sensibilização para as dificuldades que esta comunidade ainda enfrenta

III. Possível Colaboração



III. Possível Colaboração



(página intencionalmente deixada em branco)

APÊNDICE 09.

Lista dos conteúdos usados no contra-arquivo *A Mouraria*, bem como as suas origens

[1] O bairro da Mouraria

- Conteúdos textuais: Jornal Rosa Maria, um jornal comunitário sobre a Mouraria, escrito pela voz dos seus habitantes. Este projeto esteve em vigor entre os anos de 2009-2020, sendo que as edições continuam disponíveis online (<https://issuu.com/renovaramouraria>).
- Conteúdos visuais: Conteúdo original.

[2] Quem habita a Mouraria?

- Conteúdos textuais e visuais: Conteúdo original.

[3] Culturas que convergem

- Conteúdos textuais: 1) Áudio-livro “Há Fado na Mouraria”, publicado como resultado de um concurso de fados organizado em 2010, pela Associação Renovar a Mouraria e pela BOCA - Palavras que Alimentam; 2) Livro “Histórias daqui e além mar”, editado e publicado pela Associação Renovar a Mouraria em 2020, com contributos dos moradores do bairro, em forma de textos e músicas originais do seu país.
- Conteúdos visuais: 1) Áudio-livro “Há Fado na Mouraria”; 2) Playlist criada pela Associação no youtube, onde desafiaram os moradores que contribuíram para o livro, a ler, declamar ou cantar os textos que haviam enviado e que eram originais dos seus países (<https://youtu.be/qJd-zLkhHWQ>)

[4] Sobre o projeto

- Conteúdos textuais: Conteúdo original.

[05] Glossário

- Conteúdos textuais: 1) Referências bibliográficas; 2) Dicionário.

[06] Referências

- Conteúdos textuais e visuais: Conteúdo original.